

RELATÓRIO DOS ENCONTROS PREPARATÓRIOS DO III ENE RIO GRANDE DO SUL



ENCONTRO PREPARATÓRIO PARA O III ENE

ETAPA RS

O III Encontro Nacional de Educação, Etapa Rio Grande do Sul, ocorreu em Porto Alegre, nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2018, perfazendo um total de 20 horas. O Encontro é organizado no estado do RS pelo Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública Classista e Democrática – Fortalecendo o ENE.

A programação contou com:

Mesa de Debate I – Capitalismo, Trabalho e Educação, por Eblin Farage (ANDES-SN), Joaquina de Oliveira (CSP Conlutas) e Gustavo Coelho (Alicerce)

Mesa de Debate II – Experiências de Educação Popular no Capitalismo, por Frente Qilombola, Escola Indígena de Maquiné (RS), Madre Terra (Educação do Campo), Ocupações Secundaristas e Ocupações Universitárias.

Grupos de Trabalho

Plenária de Sistematização

POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO!



ETAPA RIO GRANDE DO SUL

Mesa de Debate I

Capitalismo, Trabalho e Educação

- Eblin Farage, ANDES-SN
- Joaquina de Oliveira, CSP-Contutas
- Gustavo Coelho, Alicerce

PARTICIPE!!! | INSCREVA-SE: encurtador.com.br/bdku7

POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO!



ETAPA RIO GRANDE DO SUL

Mesa de Debate II

Experiências de Educação Popular no Capitalismo

Frente Quilombola, Escola Indígena de Maquiné, Madre Terra,
Ocupações Secundaristas e Ocupações Universitárias.

PARTICIPE!!! | INSCREVA-SE: encurtador.com.br/bdku7

FOTOS DO ENCONTRO:



ABERTURA



ABERTURA



MESA I



MESA II



MESA II (Frente Qilombola)



MESA II (Indígenas de Maquiné)



Mesa II (Educação do Campo - Madre Terra)



Mesa II (Ocupações Secundaristas)



Mesa II (Ocupações Universitárias)





Links de Reportagens sobre o III ENE RS:

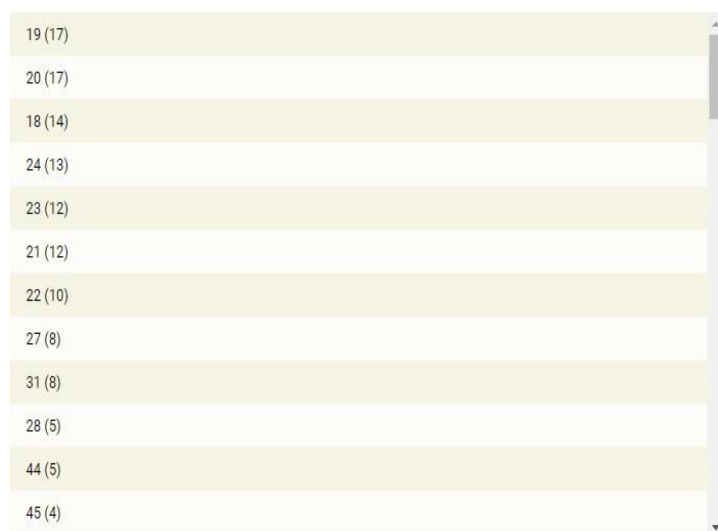
1. http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=5117&arq_db=
2. http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=5119&arq_db=
3. <http://agencianota.blogspot.com/2018/08/mesa-sobre-educacao-e-reformas-abre-iii.html>
5. <http://agencianota.blogspot.com/2018/08/mesa-e-debates-em-grupos-marcam-segundo.html>

DADOS DOS PARTICIPANTES DO III ENE – RS

225 participantes inscritos

Idade

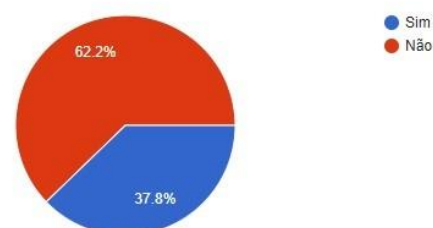
225 responses



Desses, a maioria é jovem estudante/trabalhador(a) entre 19 e 22 anos. A maioria participou do ENE pela primeira vez. Os GTs mais procurados foram Opressões e Privatização da Educação.

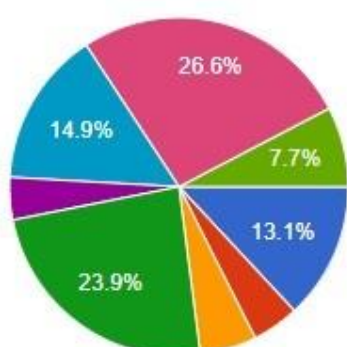
Participou de alguma edição do ENE?

225 responses



Grupos de Trabalho (GTs)

222 responses



- Passe-livre, acesso, permanência e conclusão com qualidade social
- Avaliação e meritocracia
- Democratização, autonomia e transparência na gestão
- Privatização, mercantilização e pre...
- Financiamento público para a escol...
- Trabalho e formação das/os trabalh...
- Opressões: machismo e misoginia;...
- Escola como território

ETAPA PREPARATÓRIA III ENE – PELOTAS (RS)



O III ENE foi sendo construído numa quadra histórica de recrudescimento da violência do Estado sobre nós, classe trabalhadora e juventude, num processo que se acentuou na medida em que a crise do capital, aberta com o petróleo nos anos 1970, não consegue recuperar a taxa de lucro em que pese as sucessivas reestruturações produtivas, incluindo as novas formas de precarização do trabalho.

Em 2008, já amplamente caracterizada como crise estrutural, tivemos um novo aprofundamento disparado a partir do setor imobiliário e das empresas.com nos Estados Unidos. No Brasil, tempo do governo de conciliação de classes, vivemos um período inicial em que a crise internacional ficou obscurecida por políticas de fortalecimento do consumo/endividamento, programas de governo como crédito consignado; redução do Imposto sobre Produto Industrializado – IPI, para a linha branca; Financiamento Estudantil – FIES; Minha Casa Minha Vida/Dívida... constituem exemplos.

A classe trabalhadora e juventude periférica vêm sendo atacada pelos diversos governos com a política nomeada de ajuste fiscal que inclui a Emenda Constitucional – EC 95, a lei geral das terceirizações, a contrarreforma trabalhista e as contrarreformas previdenciárias já em trâmite nos municípios. Como dados gerais do Brasil onde erguemos o III ENE, encontramos 18,7 milhões de pessoas recebendo uma renda abaixo do salário mínimo (R\$ 937,00 em 2017), 13 milhões estão desempregados (IBGE 2017; DIEESE, 2017) e cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estão em situação de trabalho explorado (PNAD-2015).

A situação tende a se agravar exponencialmente sob a égide da retirada de direitos nas contrarreformas – o ajuste fiscal/EC 95 que congela investimentos em políticas sociais básicas; a destruição da previdência pública; o extermínio de uma história de duras conquistas no campo trabalhista; a lei geral das terceirizações e a ruína da escola pública.

Dados da educação estadual – RS

Principais ataques aprovados pelo governo estadual: autorização do parcelamento do 13º salário; aprovação de projeto que facilita a entrada de empresas privadas na escola; redução no teto de pagamento dos RPVs (Requisições de Pequeno Valor) de 40 para 10 salários mínimos; aumento no valor da contribuição previdenciária, perdas no plano de carreira “fatiadas”, não pagamento do piso e descumprimento do 1/3 da hora-atividade. Quanto às *lutas* da categoria, em 2017 ocorreu a 2ª maior greve da história do CPERS, em termos de duração, com 94 dias, com 100% de adesão de importantes escolas no estado, chegando em alguns momentos a adesão de 70% da categoria. Mais de 150 escolas ocupadas pelos estudantes. As principais pautas do movimento foram o fim do parcelamento do salário e retirada dos projetos de leis (PLs) que retiram direitos.

Na greve de 2017, o governo ameaçou demitir os contratos temporários que aderissem ao movimento. A partir desta ameaça, e da tentativa de demitir os contratos para contratar terceirizados, foi criado um Comitê Estadual dos/das Professores/as e Funcionários/as contratados/as e a Frente Parlamentar em Defesa dos Educadores Contratados. Na contramão do último Congresso do CPERS/Sindicato, ocorrido em 2016, em que, dentre várias e importantes ações e políticas aprovadas, não se aprovou política específica para esta grande parcela da categoria que representa 40% dos/as trabalhadores/as em educação do Estado RS.

Para o início de 2019, o governo aponta renovar 7.373 contratos, número que poderá ser ampliado para 9.820, conforme demanda. Os/as educadores/as que trabalham sob regime de contratação temporária não têm direito a férias remuneradas, plano de carreira e nem estabilidade no emprego. No Brasil, a cada 3 professores da rede estadual, 1 tem regime de contrato temporário. Em 9 estados brasileiros, o número de educadores em contrato temporário ultrapassa 50% do quadro de educadores.

Alguns dados gerais sobre a educação do Estado RS: 2.539 escolas; 43 escolas fechadas; 3.081 turmas fechadas; 900 mil alunos; 43.540 professores/as efetivos; 19.637 professores/as temporários; 65.177 professores/as em atividade; 85.382 é o total de professores/as e servidores/as em atividade; defasagem salarial em relação a inflação está no marco dos 23,29%; defasagem salarial em relação ao piso do magistério em 72%; desde 2014 sem correção salarial; desde 2015 com o salário parcelado/atrasado/escalonado (em alguns meses variou entre parcela/atraso e escalonamento, mas num geral foi parcelado), totalizando hoje 37 meses; 3 anos de parcelamento do 13º (ou adiantamento via empréstimo bancário); categoria composta por mais de 192 mil educadores/as, entre ativos e aposentados.

Dados gerais de Porto Alegre

Dados apontam 223 mil desempregados na região metropolitana (PNAD/IBGE, janeiro 2018); 46,2% da população de Porto Alegre habita em domicílios cuja renda *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo (PNAD/IBGE, referente ao ano de 2016). Na Educação, faltam 19.307 vagas em creches de Porto Alegre, para crianças entre 0 e 3 anos; 28% das crianças entre 0 e 5 anos não estão matriculadas em instituições de educação infantil; 14% dos jovens entre 15 e 17 não está matriculado no ensino médio (dados de estudo do TCE, referente ao ano de 2016); faltam 697 professores na Rede Municipal (dado da ATEMPA utilizado durante a greve de 2018).

Sobre os ataques à Previdência do funcionalismo municipal: acumulou-se 8,5% de perdas históricas e o salário está sem reajuste inflacionário desde o início do governo Marchezan Jr, em 2017; nesse mesmo ano, a categoria municipal sofreu um confisco salarial com o aumento de 3% da alíquota da Previdência, subindo de 11% para 14%. Com o Projeto de Lei 07/18, aprovado na Câmara Municipal em 8 de agosto desse ano, Marchezan Jr. criou uma Previdência Complementar – POAPREV, compulsória para os novos servidores. Nela a garantia de recebimento da aposentadoria está condicionada ao resultado das aplicações financeiras realizadas com a contribuição dos servidores, não prevendo cobertura, ou seja, quando acaba o saldo do funcionário ele não terá mais dinheiro algum a receber. O POAPREV ainda onera os cofres públicos em 3 milhões ao ano, verba destinada ao custeio de sua estrutura.

Um pouco de nossa história

Em 2011, criamos o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública, Já! Fim do PNE (2001-2010); aprofundamento das concessões do governo do PT aos interesses do Capital, principalmente no setor da educação; plebiscito que teve por título a consigna do comitê e que, somente no primeiro ano, contou com a participação de 360 mil pessoas, das quais 352 mil votaram favoráveis. (Maristela Silva e Sueli Goulart, Relatório III ENE/RS, p.3)

O I ENE (2014) avança na articulação de eixos e produz escrita de cartilhas tensionando algumas metas do PNE (2014-2024), em discussão naquele período, tendo como caldo de conjuntura as Jornadas de Junho de 2013, em cuja Carta de Intenções explicitamos os eixos: privatização e mercantilização, financiamento, precarização das condições de trabalho, acesso e permanência, avaliação meritocrática, democratização da educação e passe livre e transporte público.

Já a Carta de Porto Alegre, documento síntese do I ENE RS (2014), assim traduz o Encontro em seus primeiros parágrafos

Em dezembro de 2013, xs lutadorxs sociais no Rio Grande do Sul iniciaram o processo de construção do Encontro Nacional de Educação (ENE) no Rio Grande do Sul. Chegamos à etapa estadual com o acúmulo de debate produzido em Jaguarão, Santana do Livramento, Pelotas, Santa Maria e Porto Alegre. Dialogamos com a construção da etapa Regional do Paraná e Santa Catarina.

Contamos, especialmente, com a participação de militantes da base da categoria de trabalhadorxs da educação estadual e dos municípios citados; docentes do ensino superior; técnicxs administrativxs, docentes da educação básica, técnica e tecnológica, dirigentes de entidades de base e militantes do movimento estudantil. Compas que, além da organização do Encontro, constroem ocupações, mobilizações, paralisações e greves nos distintos rincões do Rio Grande do Sul.

Tendo como pressuposto que as concepções de educação da classe trabalhadora estão associadas às lutas travadas pela classe, nossa pauta nos três dias de Encontro, estabeleceu um diálogo profícuo da educação pública com transporte, democracia, financiamento e precarização do trabalho e da formação. [...]

O II ENE RS (2016) aprofunda as discussões dos eixos anteriores, reformula alguns títulos e avança no diálogo com situações concretas. Articulando os eixos: financiamento; avaliação; acesso e permanência: necessidades especiais e inclusão; acesso e permanência: gênero, sexualidade raça e etnia; trabalho e formação; meio ambiente e gestão. Assim sistematizamos na Carta da Etapa Estadual RS.

Nos dias 21, 22 e 23 de abril de 2016, na cidade de Porto Alegre, ocorreu a etapa estadual do II Encontro Nacional de Educação com a presença de 455 participantes, entre eles estudantes, trabalhadores em educação e outros movimentos. Durante o Encontro tivemos três mesas de debates, grupos de discussão e plenária final que refletiram a situação atual da educação em todos os seus níveis. Além disso, foram realizadas etapas municipais preparatórias em Santa Maria, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Livramento e Passo Fundo.

Numa conjuntura polarizada entre o impeachment e o “fica Dilma”, apontou-se a necessidade de construir alternativas independentes dos trabalhadores e trabalhadoras. Para resistir à retirada de direitos que vem se aprofundando no último período, é importante impulsionar, apoiar e unificar as greves e ocupações de escolas e fábricas. Nesse contexto, o II Encontro Nacional de Educação está inserido como um espaço de unidade

dos lutadores para enfrentar os projetos de governos das esferas municipais, estaduais e federal, tais como congelamento e parcelamento de salários, a entrada das organizações sociais (OS) na escola pública, as terceirizações, as parcerias público-privadas, demissões etc. Essa disputa se dá também no campo ideológico, com a tentativa de impor uma escola cada vez mais a serviço da classe dominante, tal é o exemplo do projeto Escola Sem Partido. Esse projeto nada mais é que a restrição do desenvolvimento do pensamento crítico na formação dos trabalhadores e trabalhadoras na medida que cerceia a reflexão sobre a realidade social. [...]

Etapas Preparatórias no RS

Santa Maria, 15 e 16 de junho de 2018; o encontro contou com 63 participantes e iniciou com uma apresentação de dança, no final da tarde de sexta. A etapa preparatória seguiu com uma mesa redonda intitulada “Projeto atual de educação: o que temos (BNCC) e o que queremos (classista e democrático)”. Em continuidade, na manhã de sábado, houve os GTs com um/a professor@ responsável por disparar cada temática (1) Acesso e Permanência; (2) Terceirização, privatização, gestão e financiamento; (3) Opressões; (4) Trabalho e precarização docente. Durante o encontro manteve-se a exposição fotográfica: “Negros e negras: na cultura, na ciência e nos movimentos sociais”. O GT 4 propôs os encaminhamentos:

Retomada do protagonismo: resgate da identidade de ser professor e ser aluno;

Necessidade de se retomar a mobilização da sociedade, através da união dos trabalhadores;

Resgatar a criticidade, autonomia e debates, avançando na superação do senso comum;

Como forma de nos fortalecemos, propomos a construção de encontros comuns, formações continuadas e ações entre o conjunto da sociedade.

(Relatório SM, p.3)

Pelotas, 16 e 17 de agosto de 2018; a mesa de abertura na quinta 18h30 teve como temática “Educação e Capitalismo”, na sexta pela manhã a mesa II “Juventude ocupa sim, não vão nos calar” e à tarde os GDs: (1) Educação não é mercadoria, (2) Reforma do ensino médio e (3) Entrar e permanecer sem opressão; ao término dos GDs, apresentação do Teatro do Oprimido e a plenária final. Entre os encaminhamentos, recortamos:

Criar agenda deste grupo, com reuniões com objetivo de fortalecimento e ocupação dos diversos espaços. Frente de resistência para os ataques EC 95, reforma do ensino médio, corte de bolsa CAPES;

Criação de grêmios estudantis em todas as escolas secundaristas, fazer formação nas escolas para entender o que são os grêmios e a importância da representação estudantil.

Articulação com os alunos do PBID que estão nas escolas.

Fortalecer os estudantes como categoria, aproximação dos secundaristas e dos universitários. Fazer a formação dos alunos desde o ensino fundamental desde a base como ensaio para os grêmios do ensino médio.

(p.1)

Rio Grande, 18 de agosto de 2018, manhã e tarde, realizada no auditório do Hospital Universitário de acordo com o *Relatório do ciclo de atividades relacionadas ao III Encontro Nacional de Educação (ENE)* contou com 50 participantes que depois de uma mesa de abertura,

reuniram-se em três GTs (1) Financiamento, gestão e estrutura da educação, (2) Avaliação e condições de Trabalho e (3) Acesso, Permanência, Opressão e Repressão. Recorto do relatório, acima citado

Preocupações que se manifestaram nas falas dos presentes à reunião de avaliação identificaram a dificuldade de o ciclo de atividades relacionadas ao III Encontro Nacional de Educação (ENE) alcançar trabalhadores da educação, sobretudo professores do ensino fundamental e técnicos em educação. Assim como também ficou evidente nas falas que é necessário um esforço para que as discussões em torno do ENE cheguem a um número maior de pessoas dentro da universidade. Outra preocupação surgida refere ao período ‘entre-ENEs’. De acordo com os presentes, é necessário que as discussões realizadas nos ENEs sejam encampadas pelos participantes, sejam grupos ou indivíduos, para que seus avanços se materializem. [...] o primeiro passo dado pelo grupo para incidir sobre as preocupações explicitadas acima foi iniciar um processo de aglutinamento e organização para buscar a articulação do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública [...] (p.3)

Etapa Estadual RS do III ENE (2018)

Na estrutura/conjuntura acima exposta, realizamos a etapa estadual do III ENE, nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2018, na Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre. Entremeadas por apresentações culturais fomos tecendo o debate político, tendo como foco preferencial o chão da escola – espaço de precarização e espaço de resistência; o que significa dizer, situações concretas da realidade concreta vivida na escola pública, em suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal); níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior) e modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial, educação indígena e quilombola e educação do campo).

O Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública Classista e Democrática: Fortalecendo o ENE, entidade que fomenta os debates do ENE permanentemente no Estado do RS, organizou a realização do III ENE a partir das seguintes comissões: *Estrutura*: Rejane (MLS) e Gil (Alicerce); *Finanças*: Maristela (Sedufsm), Rejane (MLS), Carlos Pires (Regional RS Andes), Guilli (PSTU); *Cultural*: Carol (UJC), Micaela (UJC), Tzusy (Alicerce) e Giovana (Resistência); *Alimentação*: Giovana (Resistência) e Juliana (Alicerce); *Comunicação*: Ezequiel (Alicerce) e Laisa (MLS); *Sistematização*: Laura (Alicerce), Rafael (Alicerce), Minasi (Aprofurg), Sueli (UFRGS) e Resplande (PSTU).

O III ENE contou com a participação das seguintes entidades e organizações: ADUFPEL, Alicerce, Andes Regional RS, Andes-UFRGS, APROFURG, CSP- Conlutas, MLS, PSTU/DL, SEDUFMS, SINDISPREV-RS, SINDPPD e UJC.

De acordo com dados do Dossiê da Comunicação (organizado pelo compa Ezequiel/Alicerce) o III ENE contou com 255 inscrit@s, cuja maioria foi de jovens entre 19 e 22 anos e participantes pela primeira vez do Encontro; quanto à participação nos GTs, “Opressões” e “Privatização da Educação” foram os mais procurados.

A mesa de abertura contou com saudação das entidades e organizações que, na perspectiva processual, vêm dando a batalha pela elaboração de um projeto classista e democrático para a escola pública, desde a campanha e no plebiscito pelos *10% do PIB exclusivamente para a escola pública, já!*. A primeira mesa de debate intitulada “Capitalismo, Trabalho e Educação” deu seguimento às nossas reflexões ouvindo exposições sobre a educação federal, particularizando o ensino superior, a educação estadual, e a educação municipal, particularizando a situação de Porto Alegre-em-greve.

A segunda mesa “Experiências de educação popular no capitalismo” contou riquíssima contribuição da Frente Quilombola, da Escola Indígena de Maquiné, do Madre Tierra, e de representações das Ocupações Secundaristas e Universitárias. Os GTs, (1) Passe-livre, acesso, permanência e conclusão com qualidade social; (2) Avaliação e meritocracia; (3) Democratização, autonomia e transparência; (4) Privatização, mercantilização e precarização da educação; (5) Financiamento público para a escola pública, sem PPPs; (6) Trabalho e formação das/os trabalhadoras/es da educação; (7) Opressões: machismo e misoginia; racismo, lgbtfobia e capacitismo; (8) Escola como território: violências e religiosidades. Tendo como referência as etapas anteriores – o que ajuda em nossa dimensão processual – reorganizamos os eixos e propusemos um novo eixo, buscando maior aproximação com a realidade concreta da escola pública, aqui particularizando a situação nas periferias.

Este documento, pelo acordo proposta construída na coordenação, deverá ser atualizado em plenária estadual às vésperas do III ENE.

PARANÁ

ABERTURA DA ETAPA ESTADUAL E DA ETAPA REGIONAL DE CURITIBA, DO ENCONTRO PREPARATÓRIO AO III *ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (ENE)*

Nos dias 18 e 19 de maio de 2018, realizou-se, no auditório central da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), câmpus Curitiba (dia 18) e, no anfiteatro 100 da Universidade Federal do Paraná (UFPR), câmpus reitoria (dia 19), a abertura da etapa estadual do Paraná do *III Encontro Nacional de Educação*. A coordenação geral e a organização do encontro estadual ficaram a cargo de representantes das entidades APUFPR, SINDUTF-PR e Regional Sul do ANDES-SN, contando, ainda, com a participação de discentes de diversos coletivos estudantis, sendo eles, Alicerce, Construção, Reviravolta, Cordão Sul, Insurgência, PAR e RUA. No total, o evento contou com a participação de 88 pessoas.

A abertura foi realizada em 18 de maio de 2018, a partir das 19h, com o tema "Educação no Paraná – Lutas em defesa da educação pública", sob a coordenação da professora Milena Martinez e da discente Amanda Coelho, tendo como palestrantes a professora Cintia Xavier, a professora Mônica Ribeiro e a discente Helena Wognitz.

Em 19 de maio de 2018, foi discutido o eixo "Financiamento", sob a coordenação do professor Altemir José Borges e da discente Maria Victoria Ruy, com a presença do professor Ângelo Ricardo de Souza e do discente Lucas Finger. No mesmo dia, foram discutidos os eixos "Acesso e Permanência" e "Gênero Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-raciais", sob a coordenação da discente Vanessa Lima, tendo como palestrantes o discente Bruno Nascimento, o técnico em educação Rodrigo Tomazini e a professora Megg Rayara Gomes de Oliveira.

No período da tarde do dia 19 de maio de 2018, foi realizada a plenária de Curitiba e região, na qual foram elaboradas e discutidas as propostas a serem apresentadas na plenária final do estado do Paraná (Pré III ENE), a ser realizada em 30 de março de 2019.

**ETAPA REGIONAL DE PONTA GROSSA, IRATI E GUARAPUAVA,
DO ENCONTRO PREPARATÓRIO AO III *ENCONTRO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO (ENE)***

Em 09 de março de 2019, nas dependências do PDE, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), câmpus de Uvaranas, realizou-se o Encontro Preparatório (etapa regional) ao III Encontro Nacional de Educação. Esse encontro da etapa regional objetivou discutir e fazer proposições, em âmbito regional, de questões referentes à necessidade de um projeto de educação divergente ao colocado pelo projeto do capital. Ainda, visou contribuir para o objetivo principal do III Encontro Nacional de Educação, que é “aprofundar o diagnóstico do projeto do capital para a educação, tendo como perspectiva a construção de um Plano Nacional de Educação da classe trabalhadora, tomando como base a análise crítica e atualização do PNE da Sociedade Brasileira” (ENE, 2019, documento orientador).

A coordenação geral e a organização desse Encontro Preparatório ficaram a cargo de representantes das entidades SINDUEPG, ADUNICENTRO, SINDUTF-PR, núcleo de Ponta Grossa, e Regional Sul do ANDES-SN, contando com a participação do DCE da Unicentro (câmpus Irati) e da UEPG, de representantes de instituições públicas de educação básica e superior da região de Ponta Grossa, Irati e Guarapuava. O evento contou com 133 participantes, no total.

O Encontro Preparatório estava previsto para ocorrer das 13h30 às 18h, mas se encerrou às 19h, tendo a seguinte dinâmica:

- I- Das 13h30 às 14h30: abertura, com a leitura do regimento e proposição de destaques ou alterações neste;
- II- Breve análise da conjuntura;
- III- Indicação de grupos de trabalho para debater sobre os níveis e as modalidades de ensino e eixos. Na perspectiva de posicionar sobre o projeto classista e democrático de educação que defendemos para o Brasil e, também, identificar as estratégias (iniciativas) de luta e enfrentamentos construídos localmente, em defesa da educação pública e gratuita. Indicação das salas para os grupos de trabalhos que ocorreram das 14h30 às 16h30;
- IV Apresentação das proposições discutidas nos grupos a partir das 16h30;
- V- Plenária e sistematização do documento síntese às 17h30, encerrando-se às 19h.

Os eixos definidos previamente para criação dos grupos de trabalho (GT) foram:

I- Universalização da Educação, Acesso e Permanência/Trabalho na Educação e Condições de Estudo

II- Gestão/Organização do Trabalho Escolar/Financiamento da Educação III- Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais

IV- Organização da Classe Trabalhadora/Formação de Trabalhadores da Educação

Na Plenária Final do Encontro Preparatório, entendeu-se que algumas propostas eram comuns a vários ou a todos os grupos de trabalho (eixos de discussão). Desse modo, antes de se destacar as propostas de cada GT, em específico, seguem as propostas gerais aprovadas na Plenária:

- Criar fóruns permanentes e em rede, municipais e regionais, em defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade, constituídos por representação sindical, membros dos segmentos dos trabalhadores da educação, movimento estudantil e movimentos sociais, de modo a construir sua unidade por meio das pautas comuns. A diversidade da luta não é a simples soma de diferenças, mas, sim, sua síntese!
- Lutar pela criação de creches, nas universidades estaduais do Paraná, de modo a contribuir para a permanência de mulheres trabalhadoras, mães e estudantes no ensino superior público.
- Reivindicar uma reestruturação da carreira docente, lutando por adequações e melhores condições salariais, priorizando a dedicação exclusiva em todos os níveis educacionais.

**ETAPA REGIONAL DO OESTE DO PARANÁ, DO ENCONTRO
PREPARATÓRIO AO III *ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*
(ENE)**

Em 10 de maio de 2018, realizou-se a abertura da etapa regional Oeste do Paraná, no auditório da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), câmpus Marechal Cândido Rondon. A coordenação geral e a organização desse Encontro Preparatório ficaram a cargo de representantes das entidades APUFPR, ADUNIOESTE, SINDTEST, SINTEOSTE, Regional Sul do ANDES-SN e as Regionais de Toledo e Foz do Iguaçu da APP-Sindicato, contando com a participação de discentes e de uma tribo indígena de Guaíra.

A abertura foi realizada em 10 de novembro de 2018, às 9h, com uma apresentação cultural dos indígenas, seguida pelo debate com a mesa de Educação & Trabalho, tendo como palestrantes os professores Geraldo Augusto Pinto (UTFPR) e Aparecida Dark (Unioeste).

Às 11h foi aberta a mesa "Políticas e Financiamento da Educação", tendo como palestrantes os professores Luiz Fernando Reis (Unioeste) e Ricardo Lobato Torres (UTFPR).

A tarde, dois grupos de trabalho se revezaram. Os dois primeiros iniciaram às 13h30 discutindo "Democracia e Autonomia", com Gilberto Grassi Calil (Unioeste-His), Rodrigo Ribeiro Paziani (Unioeste-His) e Odirlei Manarin (APP-Foz), realizado em paralelo com o grupo de "Educação e Integração", com Mariana Leguizamón (UNILA), Geranilde Costa e Silva (Unilab), Patrícia Mechi (SESUNILA), Andréia Moassab (SESUNILA), Alexandre Felipe Fiuza (Unioeste). Às 15h30 mais dois grupos aconteceram em paralelo: "Classe, Gênero e Diversidade", com Cláudia Mallmann, Carla Conradi (Unioeste), representante indígena Francely Rodrigues Nyamien, Geranilde Costa e Silva (Unilab) e "Acesso, Permanência e Infraestrutura", com Renata Gotardo (UFPR), Ivã José de Pádua (Sinteoeste), Luana de Oliveira (Unioeste), José Alfonso Klein (Unioeste).

Às 18h15 foi realizada a plenária final do Oeste do Paraná, na qual foram elaboradas e discutidas as propostas a serem apresentadas na plenária final do estado do Paraná (Pré III ENE), a ser realizada em 30 de março de 2019.

**ABERTURA DA ETAPA ESTADUAL DO PARANÁ, DO ENCONTRO
PREPARATÓRIO AO III *ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*
(ENE)**

Em 30 de março de 2019, no auditório do bloco A do Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT) da UFPR, em Curitiba, das 9h às 15h, realizou-se a etapa estadual do Paraná do encontro preparatório ao III Encontro Nacional de Educação (ENE). A coordenação geral e a organização desse Encontro Preparatório ficaram a cargo de representantes das entidades APUFPR e Regional Sul do ANDES-SN, tendo como palestrante a professora Olinda Evangelista (UFSC/UNOESC/GIPE-MARX) cujo tema da palestra foi "Questões em torno da Política Educacional Brasileira". Após a palestra, foi realizada a plenária final para sistematização das propostas do Estado do Paraná para o III ENE, a partir das propostas aprovadas nas etapas regionais de Curitiba (em 18 e 19/05/2018), de Ponta Grossa, Irati e Guarapuava (em 09/03/2019) e do Oeste do Paraná (em 10/03/2019). A seguir, encontram-se as propostas aprovadas na plenária da etapa estadual do Paraná. Na sequência, estão as propostas aprovadas nas plenárias das etapas regionais, mas não apreciadas pela plenária da etapa estadual, por falta de tempo, as quais foram remetidas para o III ENE.

PROPOSTAS DO ESTADO DO PARANÁ PARA O III ENE, APROVADAS NA ETAPA ESTADUAL

Eixo I - Conhecimento, Currículo e Avaliação

- 1- Formar coletivos para a elaboração de ações curriculares escolares e a efetivação no Projeto Político Pedagógico.
- 2- Realizar ações na escola pública para autonomia na construção do currículo. 3- Defender a elaboração dos currículos a partir da diversidade.
- 4- Decolonizar a organização dos currículos, desconstruindo as narrativas colonialistas sobre questões sociais, humanas e históricas.
- 5- Instalar observatórios, com foco nos parlamentares e em seus projetos de lei, no âmbito da educação e currículo.
- 6- Enfrentar as políticas de retrocesso, utilizando-se todos os meios de comunicação, incluindo mídias sociais e outras ferramentas, para alcançar a classe trabalhadora.
- 7- Intensificar a utilização de mídias sociais como instrumento de disseminação de novas políticas, em defesa da classe trabalhadora e em combate aos conteúdos anticientíficos.
- 8- Debater sobre as avaliações em larga escala com a comunidade escolar, de modo a priorizar a avaliação formativa dos estudantes e respeitar os projetos político-pedagógicos das instituições escolares e universitárias.
- 9- Reforçar a luta pela revogação imediata da reforma do ensino médio.
- 10- Lutar contra a efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas escolas públicas, e as suas implicações no currículo e no acesso ao ensino superior. 11- Lutar pela revogação imediata da BNCC.

Eixo II – Formação de trabalhadores da educação

- 1- Reafirmar a escola como espaço legítimo de diálogo entre o conhecimento científico, artístico, filosófico e os saberes dos povos tradicionais.
- 2- Denominar adequadamente as fobias sociais, nas políticas públicas educacionais, bem como na formação de professores.

Eixo III – Trabalho na Educação e Condições de Estudo

- 1- Afirmar o princípio da liberdade de cátedra em todos os âmbitos do ensino.
- 2- Apoiar as mobilizações docentes contra as demissões, o não pagamento ou a redução de salários e as afrontas à liberdade de cátedra, na educação particular.
- 3- Reivindicar uma reestruturação da carreira docente, lutando por adequações e melhores condições salariais, priorizando a dedicação exclusiva, em todos os níveis educacionais.
- 4- Fortalecer a luta contra quaisquer tipos de políticas de *ranking* das escolas.
- 5- Realizar ações para coibir práticas que resultem em reduções de responsabilidades, em relação aos investimentos dos governos, dar visibilidade e publicização de planos de carreira para os professores das redes municipais, readequação daqueles com impeditivos para obtenção efetiva de ascensões, não concessão de reposições de perdas inflacionárias.

Eixo IV – Universalização da Educação, Acesso e Permanência

- 1- Desenvolver projetos públicos que divulguem e apoiem a inserção de estudantes oriundos de escolas públicas, na universidade pública.
- 2- Fortalecer as lutas contra a nova reforma do ensino médio, garantindo a permanência do ensino noturno para jovens estudantes e trabalhadores.
- 3- Lutar pela universalização da educação infantil.
- 4- Lutar por cotas para pessoas transexuais, travestis, indígenas e quilombolas, no ensino superior.
- 5- Lutar por cotas para pessoas transexuais, travestis, indígenas, negras e quilombolas na pós-graduação.
- 6- Lutar pela garantia das cotas de caráter socioeconômico e étnico-racial nas bolsas de pós-graduação.
- 7- Defender a pós-graduação pública, no sistema nacional da pós-graduação, com equidade e acessibilidade.
- 8- Lutar contra o fechamento de cursos de graduação e pós-graduação, nas universidades públicas.
- 9- Produzir e difundir de diferentes formas, meios e veículos de comunicação para a afirmação dos princípios da defesa da educação pública, gratuita, universal, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada.

- 10- Combater o papel do grande empresariado da educação privada, na privatização e precarização do ensino público.
- 11- Lutar contra o aprofundamento da privatização do ensino superior.
- 12- Lutar pela manutenção e ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIDIB), em todos os anos das licenciaturas, respeitando a livre adesão das escolas e a autonomia político-pedagógica de escolas e universidades.
- 13- Lutar pela revogação do Programa Residência Pedagógica.
- 14- Posicionar-se contrário ao projeto de residência pedagógica (forma de estágio obrigatório, não remunerado e sem supervisão de professor da escola), nas licenciaturas.
- 15- Denunciar o aumento do desemprego da juventude, que atinge a marca de 43% no Brasil, o qual prejudica ainda mais a permanência dos estudantes nas instituições de ensino.
- 16- Lutar pelo acesso e permanência, na educação básica e no ensino superior, defendendo programas de bolsa e creche para filhas e filhos de estudantes da classe trabalhadora.
- 17- Lutar por programas de permanência estudantil mantidos e custeados pelas universidades privadas, tais como, bolsas, restaurantes universitários e creches.
- 18- Estruturar e viabilizar a assistência estudantil.
- 19- Lutar pela criação de creches, nas universidades estaduais, de modo a contribuir para a permanência de mulheres trabalhadoras, mães e estudantes do ensino superior público.
- 20- Criar fóruns estaduais que agreguem a comunidade acadêmica, que garantam a desburocratização e a ampliação das políticas de acesso e permanência estudantis, isto é, restaurantes universitários gratuitos, transportes de meia passagem e passe- livre, sem restrição de utilização, criação de creches para filhos e filhas de estudantes e servidores, ampliação de bolsas permanência em ensino, pesquisa e extensão, criação e/ou manutenção de moradias estudantis, entre outras medidas que garantam permanência de classe trabalhadora na universidade.
- 21- Lutar pelo ensino emancipatório e plural – artes, humanidades, educação física, atividades extracurriculares.
- 22- Combater medidas punitivas e ou reprovações que, veladamente ou não, incentivem exclusões do sistema educacional.
- 23- Lutar por maior aproveitamento das vagas ociosas, nas universidades.

- 24- Fortalecer e ampliar as licenciaturas de Educação do Campo e a Pedagogia Indígena.
- 25- Apoiar as lutas do “Paiol de Telha”, dos povos indígenas e quilombolas, do MST, MPA e de outros movimentos sociais.
- 26- Fortalecer os mecanismos de tutoria aos alunos indígenas.
- 27- Combater a invisibilização das escolas rurais, quilombolas e indígenas, especialmente apagadas em tentativas de universalização dos currículos, como a BNCC.

Eixo VIII – Organização da Classe Trabalhadora

- 1- Reafirmar preceitos aprovados no I e II Encontro Nacional de Educação.
- 2- Realizar um intenso trabalho de base com a comunidade externa das universidades e escolas, para a construção do III ENE.
- 3- Criar fóruns permanentes e em rede, municipais e regionais, em defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade, constituídos por representação sindical, membros dos segmentos dos trabalhadores da educação, movimento estudantil e movimentos sociais, de modo a construir sua unidade por meio das pautas comuns. A diversidade da luta não é a simples soma de diferenças, mas, sim, sua síntese!
- 4- Solidarizar-se amplamente com a construção da luta dos trabalhadores da América Latina e do mundo.
- 5- Organizar fóruns representativos de estudantes das classes populares que enfrentam a dupla jornada de trabalho e estudo, e que necessitam da assistência estudantil de forma mais efetiva.
- 6- Empenhar-se para criar ou consolidar o Comitê em Defesa da Democracia e dos Direitos Sociais.

PROPOSTAS DO ESTADO DO PARANÁ PARA O III ENE, APROVADAS EM ETAPAS REGIONAIS

(Remetidas ao III ENE, que, por falta de tempo, não foram apreciadas na plenária da etapa estadual, em Curitiba, em 30/03/2019)

Eixo IV – Universalização da Educação, Acesso e Permanência

- 28- Posicionar-se contrário ao aumento do valor da refeição nos restaurantes universitários, bem como à redução de quadros dos funcionários terceirizados, nas cozinhas dos mesmos (ambos já aconteceram em várias universidades e, em outras, são medidas ensaiadas e sinalizadas pelas reitorias).
- 29- Lutar pelo passe livre estudantil e pelo transporte escolar *intercampi*, nas universidades, e ônibus escola, especialmente, em universidades do campo.
- 30- Lutar pelo ensino em tempo integral, no ensino básico, com trabalhadores, estrutura e merenda.
- 31- Construir um plano estadual de assistência estudantil voltado especificamente para universidades estaduais.
- 32- Lutar para garantir creches e serviços para estudantes, enquanto política estudantil, bem como, por melhorias nas condições desses serviços para técnicos administrativos e docentes.

Eixo V – Gestão/Organização do Trabalho Escolar

- 1- Fortalecer e compartilhar produções das instituições de ensino superior (IES) públicas preocupadas com a gestão, trabalho escolar e financiamento da educação local, estadual e nacional, reconhecendo essas IES como legítimas parceiras, no planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais.
- 2- Realizar trabalho de base nas comunidades escolares (descentralizadas), de modo a viabilizar entendimento acerca dos problemas e desafios que dizem respeito à gestão, à organização do trabalho escolar e ao financiamento da educação e, assim, gerar ações populares e democráticas de intervenção política (materiais informativos e inteligíveis, participação nas mídias comunitárias, mapeamento e intervenções nas comunidades).
- 3- Aproximar e ampliar interação ou pontes com conselheiros municipais, estaduais e nacionais de educação, de modo a ampliar a representatividade da educação

pública (trabalhadores da educação e comunidades escolares e universitárias) e encaminhar políticas públicas de valorização, popularização e democratização da educação.

4- Lutar pelo processo de democratização das escolas, por meio do fortalecimento dos conselhos escolares.

5- Defender incondicionalmente a eleição direta dos diretores das escolas e dos dirigentes das instituições de ensino superior.

6- Lutar contra a militarização, nas escolas.

7- Defender a valorização das universidades, em especial, as universidades de integração, UNILA e UNILAB.

Eixo VI – Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais

1- Realizar uma discussão no III ENE da proposta de uma escola para a diversidade. 2- Cobrar políticas públicas para a formação de professores, em relação a gênero, sexualidade e questões étnico-raciais.

3- Defender a obrigatoriedade de debates sobre gênero, sexualidade e educação sexual para decidir.

4- Incluir, desde a educação básica, os conhecimentos produzidos por negros e negras, bem como a história da abolição da escravatura, sem reparações ao povo negro, a fim de acabar com o epistemicídio negro e superar o mito da democracia racial.

5- Construir um debate e levantar estudos sobre racismo e trabalho docente, gênero e trabalho docente, etnias e trabalho docente.

6- Incentivar a aplicação de políticas de cotas raciais e a ampliação das mesmas.

7- Aprofundar os debates sobre políticas de acesso e permanência inclusivas para negros e negras, indígenas, quilombolas, povos do campo e da floresta, pessoas com deficiências e LGBT, considerando a estrutura física dos espaços de ensino, pesquisa e extensão, bem como a qualificação dos docentes.

8- Lutar por políticas de acolhimento continuado aos afetados, como enfrentamento a todas as formas de opressão na escola, em todos os níveis de ensino.

9- Enfrentar, na sala de aula, questões étnico-raciais e não falar sobre isso somente na semana da Consciência Negra, mas efetivar essas questões realizando um projeto no decorrer do ano letivo.

- 10- Defender a proximidade com a comunidade, sobre o projeto “A valorização da cultura Afrobrasileira e Africana”.
- 11- Decolonizar os currículos de forma a tirar da centralidade o conhecimento europeu como referencial e majoritário. Incluir nos currículos temas como História da África e da América do Sul e Etnomatemática, revisando o conceito de grade curricular, sob uma perspectiva decolonial.
- 12- Defender a educação pública, laica, de qualidade e gratuita para a classe trabalhadora — com equidade para pessoas com deficiência.
- 13- Criar, nas instituições de ensino, comitês de educação contra a violência e intolerância política, com vistas a unificação em uma frente estadual contra a violência e a intolerância.
- 14- Repudiar veementemente o Movimento Escola sem Partido, a Lei da Mordada e todas as iniciativas formais e informais voltadas à intimidação dos professores e ao cerceamento à liberdade de ensinar e aprender.
- 15- Afirmar a necessidade de se aprofundar os debates sobre todas as formas de opressão.
- 16- Defender e propor políticas de enfrentamento, prevenção e formas de apoio à atuação da rede de proteção da criança e do adolescente, no combate à violência nas escolas.
- 17- Fomentar discussões para que haja uma responsabilização das universidades, em relação aos problemas surgidos no interior das próprias instituições (assédio moral, assédio sexual, questões pedagógicas), buscando uma universidade no seu sentido plural.

Eixo VII - Financiamento da Educação

- 1- Defender a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada, e os artigos 206 e 207 da Constituição Federal.
- 2- Reafirmar incondicionalmente os princípios estabelecidos nos artigos 206 e 207 da Constituição Federal.
- 3- Intensificar ações e campanhas que defendem a destinação de 10% do PIB para educação pública, cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal de 1988, e a revogação da emenda constitucional do Teto de Gastos (EC 95/2016, que congelou por 20 anos os investimentos com educação): aproximação e esclarecimento às

APMF's e Conselhos Escolares, contra o sistema de bolsas e *vouchers* com recursos públicos para estudantes de instituições privadas de ensino.

4- Lutar pela realização da auditoria cidadã da dívida pública.

5- Criar estratégias ou vinculação a esforços já existentes de acompanhamento e fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano Nacional de Educação (Campanha Nacional do Direito à Educação).

Defender a realização de auditorias (financeiras e quanto às vinculações político- pedagógicas) das parcerias público-privadas na área educacional, visando a publicização, fiscalização e problematização de informações para discutir/revisar o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

MARANHÃO

PRÉ-ENE MARANHÃO

Tema: POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO

Dias 23 e 24 de novembro de 2018

Rumo Ao



DOCUMENTO FINAL



O Encontro Preparatório para o III Encontro Nacional de Educação (Pré-Ene) do estado do Maranhão ocorreu nos dias 23 e 24 de novembro, sob a organização de um conjunto de entidades sindicais e movimentos sociais com atuação no campo educacional que defendem um projeto de educação democrático e classista: APRUMA, SINASEFE Seção Monte Castelo, CIMI-MA, SINDEDUCAÇÃO, MST-MA, SINPROESSEMA, ABEM, SINTEMA, HISTEDBr-MA.

O Pré-Ene foi antecedido por três mesas redondas com o objetivo de mobilização/preparação, realizadas entre os meses de setembro e outubro que abordaram temas fundamentais para a educação pública na atual conjuntura, que foram: “Financiamento da educação no Brasil: cenário pós golpe de 2016”, “O direito a creches e a condição feminina” e “Educação do Campo, indígena e quilombola.” Realizadas, respectivamente, na UFMA campus Bacanga/São Luís, IFMA campus Centro Histórico/São Luís e UFMA campus Imperatriz.

Ainda como forma de mobilização/preparação foi construído um site www.pre-ene.org (ainda em vigor para mobilizar para o ENE) para disponibilizar os vídeos das mesas, além de textos e entrevistas relacionadas às ações desenvolvidas.

O Pré-Ene teve como atividades uma Mesa Redonda sobre o tema do ENE “Por um projeto classista e democrático de educação”, oito Grupos de Trabalhos e Plenária Final. O Documento Final do Pré-ENE/Maranhão contém a síntese dos debates realizados nos GTs, as propostas e estratégias de enfrentamento para a construção do Projeto classista e democrático de educação e encaminhamentos para a realização do III-ENE, em Brasília, de 12 a 14 de abril de 2019.

Participaram do encontro 54 pessoas, representando diversas entidades:

1	ACILDO LEITE DA SILVA	DEP. EDUCAÇÃO/UFMA
2	ALDENIR GOMES DA SILVA	MST
3	ANA BEATRIZ OLIVEIRA COELHO	IFMA
4	ANA CAROLINA GESVALDO	IFMA
5	ANA CAROLINA P. SOUSA	UFMA
6	ANA PAULA DE A. MARTINS	SEMED - SÃO LUÍS
7	ANA PAULA RIBEIRO	HISTEDBR-MA
8	ANTONIA MATIAS LIRA DE MEIRELES	SEDUC-ST. INÊS
9	ALEX SANTOS DIAS	IFMA
10	CACILDA RODRIGUES CAVALCANTI	GTPE-APRUMA

11	CARLOS ANDRÉ SOUSA DUBLANTE	DEP. EDUCAÇÃO/UFMA
12	CÉLIA SOARES MARTINS	CRESS-MA
13	DENISE BESSA LEDA	GTPE-APRUMA
14	ELIANE MARIA PINTO PEDROSA	IFMA
15	ELIZABETE PESSANHA SILVA	COLUN/UFMA
16	ELIZABETH RIBEIRO C. BRANCO	SINDEDUCAÇÃO
17	ELONE SOEIRO BARROS	UFMA
18	ESTER NAYARA DA S. MOURA	UFMA
19	FABÍOLA FERNANDA DOMINICI SAMPAIO	IFMA
20	FRANCISCO VALBERTO DOS S. NETO	UFMA
21	GILVAN AZEVEDO DOS SANTOS	IFMA
22	GISLAINE NATÁLIA MENDES DA SILVA	IFMA
23	IAGO HENRIQUE	IFMA
24	JOSEFA BATISTA LOPES	APRUMA
25	LAIANE DOS SANTOS SILVA	CIMI
26	LENILDE DE ALENCAR ARAUJO	MST
27	LETÍCIA DE SOUSA ALVES	MST
28	LÍCIA C. A. DA HORA	IFMA
29	LUCILENE GUIMARÃES	IFMA
30	LUIZ ALVES FERREIRA	APRUMA
31	MARCELINO CUTRIM	STE-PAÇO DO LUMIAR
32	MARIA ALZERINA CARNEIRO MONTELO	MST
33	MARIA CELESTE M. BATALHA	MOV. SOCIAL
34	MARIA DA CONCEIÇÃO LOBATO MUNIZ	COLUN/UFMA
35	MARIA DA GRAÇA ARAÚJO BARROS	
36	MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA	MOV. SOCIAL
37	MARIA DALVA LIMA LOPES	SEMED
38	MARIA DOLORES SILVA	ABEM
39	MARIA TEREZA LYRA LOPES	COLUN/UFMA
40	MARIANA LEI BALSALOBRE	COLUN/UFMA
41	MARISE MARÇALINA DE CASTRO SILVA ROSA	DE I/UFMA
42	NAIANE CARNEIRO MONTELO	MST
43	REGINA SHEILA BORDALO MARTINS	REDE ETADUAL E MUNICIPAL
44	RAIMUNDO RAMOS MARINHO	UFMA

45	ROSANA DE JESUS DINIZ SANTOS	CIMI
46	ROSANE DE SOUSA MIRANDA	GTPE/UFMA
47	ROZANA ELRES FIGUEIREDO	GTPE/APRUMA
48	SANDRA MARIA B. A. MELO	UFMA
49	SANDRARINA CRISTINA CHAGAS NUNES	IFMA
50	SAMARA OLIVEIRA	UFMA
51	SORAIA DE OLIVEIRA SILVA	UFMA
52	THAIS ANDREA CARVALHO DE FIGEIREDO LOPES	HISTEDBR-MA
53	VITÓRIA DO LAGO NASCIMENTO	UFMA
54	WILLIAN COSTA ROSA	GEPPEF

SÍNTESE E PROPOSTAS DOS GTS

EIXO 1 - Conhecimento, Currículo e Avaliação

As escolas brasileiras, em conformidade com o que define a LDB nº 9.394/1996, têm autonomia para propor e executar suas propostas pedagógicas, o que significa que as definições do currículo e das formas de avaliação da aprendizagem devem ser, principalmente, objeto da ação da escola e dos profissionais da educação. Porém, nos últimos anos, o governo federal, articulado ao setor privado, ao terceiro setor e a entidades representativas de secretarias municipais e estaduais de educação tem proposto uma Base Nacional Curricular Comum que alinha a educação básica ao projeto educativo do capital e aos parâmetros de avaliação em larga escala e dificulta um projeto de educação emancipatória pensado a partir da escola e seus sujeitos. O projeto do capital reduz o conhecimento mediante currículos que focam na domesticação para o trabalho e a alienação, reduzindo ou impossibilitando a capacidade crítica reflexiva. **O currículo tem significado cultural e social por isso deve ser definido com ampla participação social, em especial dos profissionais da educação, que enfrentam cotidianamente as problemáticas e desafios da aprendizagem na escola.** A avaliação em larga escala desenvolvida nas duas últimas décadas tem como referência parâmetros definidos por organismos internacionais, a exemplo da OCDE e tem servido mais como instrumento de *ranqueamento* das escolas, estimulando a competição e a política de responsabilização do que como instrumento para diagnosticar as dificuldades de aprendizagem e definir uma

política que garanta, de fato, a aprendizagem de todos com o desenvolvimento de visão crítica da sociedade. **Na perspectiva de um projeto educativo democrático e classista, o currículo escolar deve garantir o acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, de forma crítica, interdisciplinar e atualizada. O currículo escolar defendido pela classe trabalhadora organizada deve se articular com a realidade social, local e global, considerando as especificidades da diversidade cultural, étnica e territorial que demarcam a sociedade brasileira, bem como fornecer elementos para uma compreensão das contradições e das condições econômicas e sociais que configuram as relações de poder e que determinam as classes e desigualdades sociais.** Assim, o currículo deve valorizar a ciência, a tecnologia, o trabalho, a cultura e a realidade em que a escola se insere, levando em consideração os atores sociais partícipes desse processo (professores, gestores, alunos). Precisamos de educação emancipatória que respeite as diversidades, que considere a cultura da região e que seja inclusiva. **As organizações e movimentos da classe trabalhadora defendem uma escola como lugar de apropriação de saberes, espaço de multiculturas, não sendo espaço de imposição de um único conhecimento e de uma única visão de mundo.** As entidades que lutam em defesa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade social defendem uma educação engajada social e politicamente em seu tempo e seu contexto. Portanto, devemos nos posicionar **política e ideologicamente contra o Projeto Escola sem Partido que pressupõe uma pseudoneutralidade ao currículo escolar, cujo real objetivo é o de controle sociopolítico dos professores e de formação de uma geração facilmente manipulável pelos que detém a direção da sociedade.**

Assim, diante da conjuntura atual, afirma-se a necessidade de lutar por uma educação crítica, emancipatória e democrática, tendo como estratégias principais:

- Organizar uma agenda de estudo e ações político-pedagógicas acerca da BNCC, para avaliar seus fundamentos, impactos e implicações para o projeto de educação democrática e classista, de modo a construir uma análise crítica da mesma;
- Desenvolver estudos e debates aprofundados sobre as avaliações de desempenho em larga escala, a fim de fundamentar a posição do movimento sindical e dos movimentos sociais que atuam na defesa da educação pública;
- Participar ativamente das ações contra o Projeto Escola Sem Partido no âmbito local, estadual e nacional.
- Participar ativamente do processo de construção de propostas curriculares das escolas, afirmando a defesa da inclusão das disciplinas de história, Artes, Filosofia,

Sociologia e do estudo das relações de gênero, da diversidade étnico-racial, de educação sexual, entre outros temas que englobam a diversidade.

- Lutar contra a reforma do ensino médio proposta pelo governo Temer, focada apenas no currículo e que aprofunda a dualidade dessa etapa do ensino, ajustando-a aos imperativos do mercado e à estrutura de classes da sociedade capitalista.

EIXO 2 - Financiamento da educação

A política de financiamento da educação no Brasil tem como fontes principais a receita de impostos, o salário-educação e os royalties de petróleo. Esses recursos são repartidos entre os entes federados, observando-se uma grande assimetria entre as responsabilidades de oferta da educação básica e os recursos disponíveis por cada ente federado para assumir tais responsabilidades. Assim, a assistência da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios apresenta-se como uma condição necessária para a garantia da equidade e da qualidade da oferta educacional. No ano de 2017, os Municípios tiveram uma receita tributária equivalente a 2,28% do PIB enquanto a receita do governo federal foi equivalente a 21,42% do PIB (CNM, 2018). No entanto, os municípios possuem a maior matrícula da educação básica e os maiores desafios para a garantia da universalização e a melhoria da qualidade da oferta educacional. A garantia de recursos financeiros é condição fundamental para a garantia da educação pública com qualidade. Nas duas últimas décadas, os movimentos sociais e sindicais estabeleceram lutas pela ampliação e melhoria da gestão dos recursos da educação pública, resultando em algumas conquistas fundamentais para o avanço no financiamento da educação pública, sendo as principais: a instituição do Fundeb com uma complementação mais proeminente da União; a meta de aplicar um montante de recursos equivalentes a 10% do PIB em educação; a aprovação da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que destina 75% dos recursos provenientes da exploração do pré-sal exclusivamente para a educação pública; a inserção do Custo Aluno Inicial como estratégia para o alcance da meta 20 do PNE (10% do PIB).

No estado do Maranhão, o Fundeb tem se constituído o principal mecanismo de garantia de recursos financeiros para a garantia da educação, uma vez que a receita tributária dos municípios tem se mostrado insuficiente para a ampliação e melhoria da oferta da educação básica. Dessa forma, **os municípios maranhenses se encontram entre os que mais recebem complementação da União ao Fundeb, bem como recursos dos demais programas de assistência financeira do Governo Federal. O corte de recursos**

financeiros nas ações de assistência voluntária da União ocorridos nos últimos dois anos afetam diretamente os municípios maranhenses, o que pode ser observado em diversas obras de construção de escolas paradas.

Os impactos negativos da EC nº 95, que congelou os investimentos em educação por 20 anos, já se fazem presente no cenário educacional brasileiro, com impacto no Fundeb, cujo valor/aluno base de 2017 foi menor que o de 2016, e nas demais ações de assistência federal, que passaram de 43 programas que vinham sendo desenvolvidos para apenas 17 nos dois últimos anos.

Assim, grandes questões ainda se apresentam como desafiadoras e devem constituir objeto de lutas dos movimentos organizados da classe trabalhadora na perspectiva de um projeto classista e democrático, destacando-se a necessária garantia de **ampliação dos recursos e sua destinação exclusivamente para a educação pública.**

O setor privado tem se apropriado de parte significativa dos recursos da educação. Registre-se que, de acordo com informações do relatório de gestão do FNDE, no ano de 2017, 17,75 bilhões foram destinados ao FIES e R\$ 67,47 milhões foram destinados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, por meio do Pronatec.

Assim, diante da atual conjuntura, propõe-se a seguinte agenda de luta no campo do financiamento da educação:

- Manter a luta pelos 10% PIB estabelecidos no PNE, com a defesa da destinação dos recursos públicos exclusivamente para a educação pública, contrapondo-se ao projeto de privatização e mercantilização da educação e da gestão empresarial da educação pública.

- Manter a luta pela revogação da EC 95, com definições de estratégias de luta junto ao legislativo

- Ampliar a luta pela implementação do CAQi;

- Lutar por novos impostos como IGF e o aumento de alíquotas de impostos já existentes – ITR e o ICMD, cuja receita está vinculada à educação.

- Aumentar a participação da União no financiamento da educação, em especial, na assistência legal e voluntária aos estados e municípios, de modo a manter programas fundamentais para a melhoria da qualidade, com atualização de valores compatíveis com a garantia das condições de qualidade da oferta da educação;

- Trabalhar no aprimoramento dos sistemas de transparência, de modo a possibilitar a ampliação e o aperfeiçoamento das ações de controle social dos recursos da educação;

- Instituir uma Rede colaborativa de pesquisa e estudos sobre financiamento da educação no Brasil, com uma plataforma de dados e divulgação de ações e oferta de cursos de formação para profissionais da educação e comunidade;

- Colocar a defesa da educação pública como pauta da agenda de luta de todos os movimentos sociais e sindicais do campo e da cidade;

- Lutar pela equiparação salarial dos professores aos demais profissionais de mesmo nível de formação;

- Defender a permanência e a ampliação do Fundeb para um fundo nacional, garantindo uma complementação mais proeminente da União e valor/aluno mais adequado aos custos conforme as etapas, modalidades e situações de específicas de oferta.

EIXO 3 – Formação de trabalhadores da educação

A política de formação de professores no Brasil não contribui de forma efetiva para a formação de um docente que se identifique enquanto trabalhador, ou seja, tem sido preponderantemente aligeirada e esvaziada de formação política. Esta não se faz pensando no professor como trabalhador, mas, em geral, como um missionário, um sacerdote. Como consequência, perde-se a identidade de classe, perde-se o olhar para a luta coletiva, uma vez que a ação missionária e sacerdotal tem um caráter individualizado, e com um percurso diferenciado da do trabalhador da educação. Assim, ao perder o olhar para a luta coletiva, perde-se também a capacidade de resistir coletivamente expressa na dificuldade de aglutinação dos trabalhadores da educação para o enfrentamento dos ataques sofridos pela classe docente. Além disso, **observa-se na atual conjuntura uma campanha de desmoralização do professor e de ataques que vêm sendo proferidos contra a educação e os professores, concretizados de forma contundente no projeto Escola Sem Partido, que significa a ingerência, o determinismo, a retirada da autonomia e da fala do professor.**

Este momento, em que o próprio ofício do trabalhador docente é questionado, constitui-se a hora propícia e singular de construção de pautas estratégicas que sinalizem

principalmente a tomada de posição e ação, diminuindo a postura simplesmente acuada, reativa, que não planeja e não estuda seus movimentos. O quadro conjuntural que se delinea no horizonte não nos permite mais dar passos aleatórios.

A extrema direita que avança e avoluma sua ação está determinada a desconstruir conquistas de muitas lutas. Eles sabem exatamente o que querem desconstruir, o que precisa ser silenciado, o que precisa ser censurado. Nós sabemos, temos consciência de nossas conquistas, do que deve ser priorizado na luta? A consciência do que precisa ser construído e mantido para a classe trabalhadora brasileira passa necessariamente pela formação do trabalhador docente. Quando a liberdade de pensamento e de expressão do trabalhador passam a ser ameaçadas, dentro do seu “espaço natural” de trabalho, torna-se urgente a perspectiva da construção de espaços de resistência, bem como de espaços de afeto e de acolhimento. O quadro de disputas que está posto nos convida a lembrar Gramsci: “pessimismo da inteligência, otimismo das ações”. Sem planejamento estratégico, visão da conjuntura e ações coordenadas nos diversos segmentos de organização popular, ficaremos apenas como reféns do governo que se avizinha.

Como proposta para pensar possibilidades de superação da realidade posta, o GT levanta as seguintes questões para reflexão: Como podemos ver tudo isso do ponto de vista da formação? Que formação nós queremos ter e precisamos para que sejamos canais de desconstrução do que está posto? Quais são as orientações teórico-metodológicas dos profissionais da educação? Quem somos? Qual a identidade do Trabalhador da Educação? Conseguimos ler a realidade a partir da ótica de classe? Como resolver as questões hierárquicas existentes entre professores que atuam nas esferas federais, estaduais e municipais? Qual a reação organizada e qualificada dos sindicatos e movimentos sociais, e quais são as nossas frentes de luta? Na nossa atuação profissional, que tipo de sala de aula estamos construindo?

As questões acima subsidiaram o debate do Grupo de Trabalho e resultaram em reflexões que diante das adversidades e da conjuntura atual e seus desafios a classe trabalhadora da educação realizou e continua realizando enfrentamentos, visíveis na construção e fortalecimento de espaços para a discussão e mobilização (construção do pré-ENE, participação em assembleias, movimentos sindicais e sociais entre outros).

Vale destacar, nos últimos 30 anos a categoria docente foi uma das que mais se colocou à frente das lutas por direitos e conseguiu importantes vitórias no que diz respeito à correlação de forças entre os governo e os servidores públicos, isso se deu nacionalmente pela luta organizada dos trabalhadores tendo à frente a organização

sindical empunhando bandeiras como a luta pelo piso nacional dos professores, os 10% do PIB para a educação pública, a luta pela política de fundos (Fundef e Fundeb), a elaboração de legislações progressista para o setor como a LDB, a lei de Ensino da cultura afro-brasileira e indígena, a elaboração do PNE de Sociedade Brasileira em contraposição ao PNE da agenda Nacional dos governos e dos organismos multilaterais. Foram pautas que aglutinaram os trabalhadores em educação em todas as regiões brasileiras e movimentaram a categoria docente na luta não só por salários, mas inserindo-a numa batalha maior em defesa da *“educação pública, gratuita de qualidade social”*.

Esse clima de lutas que motivou os educadores Brasil afora a lutarem por seus direitos, não foi indiferente aos professores da rede municipal de São Luís-MA que conseguiram dar importante salto na sua organização e experimentaram significativas melhorias nas condições de trabalho na primeira década desse novo século. Vale lembrar que nos anos 1980 e 1990 a rede municipal de educação de São Luís era praticamente marginal atendendo apenas alunos da educação infantil aos primeiros quatro anos do ensino fundamental (1º grau na época). Foi também no final desse período, a partir do sancionamento da lei 9.394/96, que instituía a responsabilidade dos municípios com o ensino fundamental e a forma de financiamento dessa etapa da educação básica via Fundef que a rede experienciou sua primeira expansão, **entretanto sob forte precarização** do trabalho docente, pois **grande parte dos novos docentes que vieram suprir a demanda da expansão da rede era contratada em regime “temporário”, portanto, sem formação adequada e com a baixíssima remuneração de um salário mínimo, cerca de R\$ 151,00 nos inícios dos anos 2000.**

Com a expansão da rede, os trabalhadores começam a ser organizar em sindicato. É no bojo dessas lutas que APMEP – Associação dos Professores do Magistério de São Luís vai se transformar no Sindeducação, um dos maiores e mais importantes sindicatos do Estado. Com essa ferramenta de luta os educadores se enfrentaram diversas vezes com o governo municipal e arrancaram diversas vitórias como a realização de concursos públicos em 2001, 2009 e 2016, a constituição de um estatuto do Magistério 2008, piso salarial, progressões horizontais e verticais, auxílio aos professores que trabalham na zona rural, ampliação de carga horária com o respectivo aumento salarial entre outras pautas econômicas. Mas o mais importante foi a resistência construída pelos professores em defesa da educação, da carreira docente e contra a precarização e a destruição da rede de ensino municipal que nos últimos dez anos tem sofrido um duro

ataque no qual várias conquistas como a melhoria das condições salariais, de trabalho e estudo negociadas com a categoria ao longo dos governos Jackson Lago (PDT) e Tadeu Palácio (PDT) foram praticamente destruídas pelas últimas gestões dos governos João Castelo (PSDB) e Edvaldo Holanda Jr. (PDT).

Atualmente, com a mudança na correlação de força entre as classes, com o avanço da agenda burguesa neoliberal, a categoria docente de São Luís está na defensiva das lutas, a precarização do trabalho docente através de contratos temporários e a destruição das escolas por falta de manutenção tem avançado a passos largos, a terceirização irrestrita dos funcionários das escolas é a marca aguda do último período, a violência contra alunos e professores dentro e nas imediações das escolas tem aumentado exponencialmente. Ser professor tem se tornado profissão de risco. **O Plano Municipal de Educação é um reflexo daquilo que tem se imposto nacionalmente: esvaziamento do pensamento crítico escolar e castração da liberdade de cátedra com um conteúdo ultraconservador e reacionário, nesse mesmo escopo estão em pautas projetos que visam aprofundar ainda mais esses ataques como o PL “Escola sem Partido” de autoria do vereador Francisco Carvalho (PSL) e o “Infância sem Pornografia” do vereador Ricardo Diniz (PHS), além disso, os professores municipais amargam 2 anos sem reajuste numa clara demonstração de como o governo municipal tem avançado sobre os direitos dos educadores municipais.**

Ainda a respeito de encontros realizados, com base nos dados publicados na Revista 30 anos do SINASEFE/2018, apresentamos um resumo das greves realizadas desde a década de 1980, que resultaram em muitas conquistas dos servidores públicos federais.

Em 1980 temos a primeira greve de professores, abrangendo 19 universidades e 7 escolas. Neste período ocorreu a publicação o Decreto-Lei nº 820 e o Decreto nº 85.487, estabelecendo um novo plano de carreira do Magistério Superior das Instituições Federais Autárquicas; reenquadramento dos docentes; reajuste de 35% para janeiro de 1981 e 35% cumulativos em abril, resultando em 82,25% de aumento para os professores.

Em 1981 nova frente de luta se constituiu, alcançando professores de 19 universidades e 5 escolas. As conquistas foram reposição salarial de 30% a partir de 01/01/1982; reenquadramento dos colaboradores; recuo do Governo Federal em transformar as universidades em fundações.

A greve de 1982 foi a primeira em que se obteve adesão dos técnicos administrativos. Os resultados conquistados foram o recuo do governo na implantação, por

meio de Decreto, do ensino pago nas universidades federais e da transformação das autarquias em fundações.

A greve de 1984 se encerrou sem nenhuma conquista imediata, sendo suspensa com o corte dos salários em 01/08/1984. Uma comissão de “alto nível” foi formada no Congresso Nacional para reabrir as negociações, revertendo punições. Em janeiro de 1985 os docentes tiveram uma reposição salarial de 20%, fruto do enfrentamento desta greve.

Em 1985 ocorreu a primeira greve no governo Sarney, com adesão de professores de 16 universidades e fundações. As principais conquistas obtidas: liberação de 60 bilhões de cruzeiros para as IFEs; elaboração de um novo Plano de Cargos e Salários que garantisse isonomia entre fundações e autarquias, a entrar em vigor até janeiro de 1986, o que foi descumprido pelo Ministério da Educação (MEC) devido ao diferenciamento de regimes jurídicos (com o novo Plano de Cargos e Salários, somente algumas categorias de docentes, em algumas fundações, tiveram um ganho superior a 50% em 1986).

Em 1989 ocorreu a primeira greve da história *do SINASEFE*, obteve-se a adesão de professores, técnico-administrativos e estudantes de 42 IFEs. As principais conquistas foram: reposição salarial de 30% aos Servidores Públicos Federais (SPFs) em geral, em maio de 1989; o Plano de Carreira dos docentes recebeu algumas alterações: o incentivo de Dedicção Exclusiva para os professores do 3º grau passou de 40% para 50% sobre o salário base, já para os docentes de 1º e 2º graus das IFEs, este percentual passou de 25% para 30%; a progressão horizontal da carreira passou de 4% para 5%; o governo autorizou a contratação, para o conjunto das IFEs, de 760 docentes e de 1.340 técnico-administrativos; reconhecimento do direito de aposentadoria especial.

A greve 1994 abrangeu professores e técnico-administrativos de 38 IFEs e demais SPFs, vinte e três seções sindicais do SINASEFE participaram do movimento. Pode-se destacar como principal conquista desta greve a legitimação do direito de greve no serviço público pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde que regulamentada pelo Congresso; nenhum ganho econômico.

Em 1995 ocorreu a primeira das cinco greves nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, com a adesão de cerca de 15 mil servidores das IFEs. Entre as principais conquistas foi afastada a possibilidade de privatização das IFEs; resgate do substitutivo do senador Cid Sabóia (PMDB-CE), que foi ao plenário do Senado Federal junto ao substitutivo do senador Darcy Ribeiro para aprovação da Lei de Diretrizes Bases de 1996.

Entre as principais conquistas da greve de 2000 podemos destacar a suspensão do projeto de autonomia do MEC para as universidades brasileiras; suspensão do envio ao

Congresso do Projeto de Emprego Público do Governo Federal; houve a inclusão da elevação da massa salarial na Lei de Diretrizes Orçamentárias. No ano de 2001, última greve neste governo, os técnicos administrativos conquistaram a retomada da GAE para os técnico-administrativos, com a sua incorporação integral ao vencimento básico.

A greve de 2005 foi a terceira greve do Governo Lula, e uma das maiores, durou 91 dias, aderiram 35 seções do Andes-SN, 41 sindicatos da Fasubra e 37 seções do SINASEFE. O Governo Federal, mesmo não atendendo ao conjunto das reivindicações dos servidores, por força da pressão dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, acabou aumentando os recursos para melhorar os salários da categoria de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões, e o estabelecimento dos percentuais de qualificação para os integrantes do PCCTAE; compromisso do governo de implantação de diversos Grupos de Trabalho (GTs). No ano de 2006 ocorreu a primeira greve que o SINASEFE realizou sem adesão de outros Sindicatos da rede federal. Entre os resultados mais importantes destaca-se para os docentes: reajuste de 12% a partir de janeiro; criação da Classe Especial, incluindo aposentados, gerando um aumento de 18% em relação ao E4 (último nível da tabela); para os técnico-administrativos: segunda fase do PCCTAE; implementação dos percentuais de capacitação a partir de janeiro de 2006; implementação dos percentuais de qualificação a partir de julho.

Em 2011 ocorreu a primeira greve no governo Dilma, com a adesão do SINASEFE, FASUBRA e ANDES. Entre as principais conquistas destaca-se, o direito dos técnico-administrativos poderem ser reitores, pró-reitores e diretores gerais; a ampliação da concessão do regime de Dedicção Exclusiva; recomposição do Conselho Superior com a inclusão do SINASEFE representando os trabalhadores. A greve de 2014 foi uma das mais difíceis, foi encerrada por judicialização do governo Dilma.

A greve de 2016 foi iniciada pelas ocupações estudantis. Foi uma greve sem conquistas econômicas, mas obteve ganho político de articulação da força do movimento estudantil secundarista.

Em 2017 foram realizadas greves, contudo sem conquistas com base na pauta de reivindicações. Do ponto de vista político podemos apontar a rearticulação da unidade entre Centrais Sindicais para enfrentamento ao governo Michel Temer.

Diante do exposto, propõe-se a seguinte agenda de luta no campo da formação de trabalhadores da educação:

- Defender a formação profissional do professor que considere sua condição de trabalhador e não de missionário, de forma que a visão de coletivo se instaure com mais força;
- Retomar a formação política, filosófica, pedagógica dos trabalhadores da educação;
- Lutar por uma formação profissional consistente que contemple os estudos sobre a diversidade de gênero, étnica e inclusão de deficientes e dos que possuem necessidades especiais de aprendizagem, para os trabalhadores da educação e dirigentes sindicais;
- Trabalhar na construção da identidade de classe, a partir do fortalecimento dos coletivos de trabalhadores da educação;
- Planejar e organizar a construção de uma reação racional, e organização das frentes de luta;
- Resgatar de forma positiva o trabalho docente como constructo histórico, positivo e produtor de riqueza;
- Abrir canais de diálogo com o governo Flávio Dino que apresenta ações progressistas no contexto nacional;
- Desenvolver estudos e análise para a compreensão do protestantismo dentro do projeto conservador de educação (este é um conteúdo a ser priorizado);
- Promover discussões acerca da natureza do trabalho educativo e sobre quem realiza esse trabalho;
- Fortalecer as parcerias com todos os sindicatos de trabalhadores da educação das redes pública e privada
- Construir uma agenda comum com sindicatos, partidos e movimentos sociais para elaborar conteúdos e programas de formação política para trabalhadores da educação, a partir do primeiro semestre de 2019.
- Buscar parcerias com rádios comunitárias objetivando a criação de conteúdos de formação política;
- Construir estratégias discursivas para dialogar com a nova classe trabalhadora.
- Lutar pela implantação urgente de planos de cargos e carreiras docentes e funcionais, em todos os sistemas de ensino, que valorizem o tempo e a formação de trabalhadores/as em educação, tendo por referência o PSPN (Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público).

EIXO 4: Gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais

Os acordos e convenções internacionais estabelecidos na última década do século XX para a promoção dos direitos fundamentais como a educação, impulsionaram debates e estudos acerca de grupos e temas historicamente excluídos da agenda educacional do Brasil. **Os movimentos sociais de caráter identitário têm atuado de formas diversas para a promoção de políticas educativas que garanta, de fato a inclusão dos sujeitos em suas diversidades, na escola e nas universidades, garantindo o direito à educação em sua plenitude, dando visibilidade aos sujeitos por suas identidades de gênero, étnica, racial ou sexual.**

Como resultado desse processo, o Brasil experimentou nas duas últimas décadas algumas políticas de educação para a diversidade, a exemplo da lei 10.639/2003 que institui “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. Entretanto, ainda se está longe de aplicar a lei desde o ensino básico até o ensino superior.

As lutas pelo respeito às diferenças nos espaços educativos têm sido acompanhadas de lutas de grupos dominantes que tentam impor um padrão de sujeito e de comportamento como moralmente e politicamente aceitável, que se evidenciam em ações como a do Projeto Escola Sem Partido e outras ações de caráter conservador, racista, homofóbico e sexista. Observa-se na atualidade, propostas e movimentos conservadores que tentam excluir do currículo escolar a educação sexual, a abordagem de questões de gênero, a história e cultura afro-brasileira, a arte, que encontram reforço no atual governo. Os movimentos sociais e sindicais atuam na defesa do respeito às diferenças de gênero, de orientação sexual, de raça/ etnia devem ser respeitadas e repudiam as iniciativas do governo atual e de organizações religiosas conservadoras que tentam descaracterizar as lutas dos movimentos sociais e reforçam a exclusão social e política baseada no gênero, na raça, na etnia e na orientação sexual dos sujeitos. Por outro lado, é importante lutar também contra as políticas de caráter assistencialista, que não promovem o protagonismo político, social e econômicos dos sujeitos que historicamente foram excluídos do acesso ao conhecimento. Se fez necessário considerar que a educação brasileira, historicamente, desconsiderou ou deixou em segundo plano a história dos povos negros e indígenas, afirmando uma narrativa da história do conquistador.

Nesse sentido, torna-se importante também observar que as questões relacionadas à diversidade de gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-

raciais se estabelecem no contexto das relações de opressão e exploração que envolvem as classes na sociedade capitalista. A exploração se caracteriza como a detenção de riquezas apropriadas pelo capitalista, e a opressão como estando no âmbito, também, da subjetividade, e situa-se no uso das diferenças que existem entre as pessoas para justificar uma relação de exploração. Seguindo essa caracterização conceitual, o racismo é inventado como ideologia com o desenvolvimento das navegações e a consequente inserção da Europa no circuito do tráfico negreiro. Assim, para justificar a exploração, os colonizadores construíram teorias pseudocientíficas que colocam outros povos em uma situação de inferioridade.

No estado do Maranhão, observa-se iniciativas, ainda tímidas, mas de grande significado político-pedagógico, como o primeiro curso de Estudos Africanos do país, iniciado pela Universidade Federal do Maranhão. A política de cotas para negros também se apresenta como uma importante medida para garantir o acesso de jovens e adultos negros na universidade. Observa-se ainda diversas iniciativas no campo da formação de professores da educação básica para trabalhar como tema da diversidade, bem como para a implementação da lei 10.639/2003. Destaca-se também a criação de setores na estrutura da gestão pública do governo estadual. **Porém, deve-se ressaltar que estes setores têm enfrentado limites jurídicos, financeiros, políticos e ideológicos para implementar políticas para a diversidade.** Registra-se na realidade maranhense um grande avanço de religiões neopentecostais, com agenda conservadora e de ataque à diversidade religiosa, em especial, às religiões de matriz africana e de partidos políticos ultraconservadores, que atuam fortemente contra as políticas educacionais para a diversidade e pra a inclusão de grupos minoritários.

A partir disso, os membros do GT discutiram estratégias que poderiam compor a agenda de luta dos movimentos sociais e sindicais integrantes do Pré-ENE:

- Propor à organização do ENE que o eixo 4 seja desdobrado em dois eixos para garantir a centralidade necessária para os dois temas – relações étnico-raciais e relações de gênero e sexualidade;

- Levar para o III ENE a proposta de mais cursos que tratam da formação de professores a partir da perspectiva dos Estudos Africanos, somando-se a isso a proposta de abertura de mais cursos de Estudos Africanos no Brasil, como o da Universidade Federal do Maranhão;

- Propor que as disciplinas de história afro-brasileira sejam obrigatórias nos currículos universitários;

- Quebrar a resistência para implementação da lei 10.639/2003 no ambiente escolar e trabalhar sua forma de implementação também considerando o reconhecimento étnico;

- Pensar na disseminação das discussões abordadas no grupo não apenas no espaço universitário, mas também na confecção de oficinas a serem realizadas em diversos locais;

- Fomentar a formação dos professores no âmbito universitário e no âmbito das escolas para trabalhar com os temas da diversidade ético-racial, da educação sexual e das relações de gênero.

Eixo 5- Gestão e organização do trabalho escolar

O GT discutiu a importância da constituição histórica das políticas educacionais geradas pelo processo de redemocratização do país, no qual a transição de governo foi compactuada com militares e resultou em uma ausência de punição dos ditadores. Dessa forma, só foi possível se pensar em uma discussão da herança militar danosa à sociedade brasileira a partir do governo Lula, que representou uma real quebra com o passado militar, e a criação da comissão da verdade. Foi na IV Conferência Brasileira de Educação, que ocorreu em Goiânia e culminou na Carta de Goiânia, que se produziram as principais contribuições no que tange à área da educação para a Constituição de 1988. Tais determinações previam a necessidade de uma educação democrática que ia de encontro com as práticas educacionais militares, possibilitando a participação da sociedade civil e incluiu, conseqüentemente, a possibilidade de eleições diretas para gestores escolares.

O retorno de uma ideologia militarista e a instituição de um governo de caráter conservador que apresenta discursos que demonstram grandes ameaças às conquistas sociais e educacionais, inclusive por declarações que indicam a possibilidade de que reitores indicados pela presidência assumam na frente dos candidatos mais votados, de forma que a impossibilidade de escolha dos representantes institucionais seria um intangível retrocesso da gestão democrática da educação básica, da educação superior e das escolas.

Assim, torna-se imprescindível a discussão sobre qual será a voz para contrapor o projeto educacional retrógrado, que já se vê por iniciativas como o *Projeto escola sem partido* e como se pode garantir a democratização das escolas e da sociedade em geral?

A partir do debate realizado, o GT propõe a seguinte agenda de luta por um projeto classista e democrático de educação:

- Defender, nos diversos espaços de luta política e de formação, a gestão democrática das instituições de ensino, em todos os níveis e esferas governamentais;
- Promover debates para pensar as formas e estratégias de **gestão democrática** da educação brasileira;
- Ampliar a participação dos sindicatos no processo de formulação e implementação das políticas educacionais, tanto no poder legislativo quanto executivo.
- Organizar uma frente de luta em defesa da democracia na educação, como mobilização permanente de docentes, discentes, pais e gestores educacionais;
- Organizar um debate com o Conselho Estadual de Educação e o Fórum Estadual de Educação para avaliar e propor ações de democratização das tomadas de decisão sobre as políticas educacionais.
- Lutar em defesa da manutenção e do aperfeiçoamento democrático dos diversos conselhos e fóruns de controle social da educação.

Eixo 6- Organização da classe trabalhadora

A exposição sobre o tema partiu com a leitura da ementa proposta pelo “Documento Orientador” do III ENE, destacando o significado do tema para “Um projeto classista e democrático de educação” que considere as necessidades e interesses da classe trabalhadora. O debate foi desenvolvido em torno de dois recortes do tema: 1) Identificação dos principais problemas para a organização política da classe trabalhadora e 2) Desafios para as estratégias e táticas na organização e luta dos trabalhadores no enfrentamento de combate do desmonte da educação pública.

No primeiro item, destacou-se a questão da identidade de classe, como uma questão fundamental na organização da classe trabalhadora. Lembrou que essa questão é histórica, mas na atual fase do desenvolvimento do capitalismo, foi agravada com a flexibilização das relações de produção e de trabalho, em um movimento que aprofunda a fragmentação da classe trabalhadora e coloca desafios novos para a organização e luta dessa classe em todo o mundo, exigindo atenção à especificidade no Brasil, considerando em particular a situação que vem se configurando desde o golpe de Estado de 2016, com retrocessos na vida social e perdas de conquistas que pareciam asseguradas.

Para uma análise crítica da organização da classe trabalhadora na luta por educação pública foi ressaltada a importância da compreensão dessa luta como resultado da luta entre as classes fundamentais da sociedade - proprietários dos meios de produção versus

trabalhadores, dominantes versus dominados, opressores versus oprimidos. Nesse sentido, apontou-se o processo Constituinte que culminou com a Constituição de 1988, como um referencial indispensável na periodização de análise: a) da atual situação de retrocessos e perda de direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história, em particular no concernente à educação; e b) sobre os desafios, estratégias e táticas para a organização da classe e da luta em defesa da educação pública, considerando o referido processo desde as eleições de 1986, quando várias forças da sociedade reivindicaram uma “Constituinte Exclusiva”, mas a proposta foi derrotada pelas forças sociais que defendiam a “Constituinte Congressual”. Entende-se, assim, que a Constituinte foi um campo de batalha entre as classes e frações das classes com intensiva atuação de grupos organizados que tentavam exercer influência junto aos parlamentares constituintes, em torno de seus respectivos interesses, em particular no referente à educação, cuja comissão contou com a participação ativa de vários deputados progressistas, dentre os quais o Deputado Federal Constituinte Prof. Florestan Fernandes. A classe dominante e as forças conservadoras saíram do processo Constituinte bastante insatisfeitas, diante da tendência que marcou a Constituição de 1988, razão de ser chamada “Constituição Cidadã”, profundamente atacada, desde o primeiro momento depois de sua promulgação. No pós Constituinte a luta continuou entre as forças conservadoras, reacionárias e as forças progressistas: enquanto o primeiro grupo buscava o retrocesso, o segundo buscava consolidação das conquistas e avanços em relação a estas e para além delas. Concluiu-se que no atual momento de avanço do conservadorismo reacionário, a “Constituição Cidadã” é um instrumento importante de luta contra os retrocessos já em curso e com indicações claras de aprofundamento.

No caso da educação, especificamente, enfrenta-se o avanço crescente e avassalador do ensino privado, iniciado no Brasil com o sucateamento das escolas públicas de ensino fundamental e médio que, em um movimento já antigo na sociedade brasileira, empurrou a classe média para as escolas privadas, incluindo-se aí, as escolas confessionais; essa classe afasta-se, assim, da pauta de defesa da escola pública, antes frequentada nesses níveis de ensino, inclusive por segmentos da elite dominante, e adere ao projeto de mercantilização da educação. Um movimento semelhante ocorre na atualidade em relação ao ensino superior, com o aval do Estado e, como ocorreu no ensino fundamental e médio, novamente com o protagonismo da classe média, hoje profundamente crítica à universidade pública.

Com o acirramento da luta de classes e a agudização dos problemas da educação que já eram complexos e graves antes do golpe de 2016, os desafios para a organização e a luta da classe trabalhadora tornam-se ainda mais difíceis, após a eleição de 2018 que elegeu

um presidente de extrema direita, com viés nazifascista, e também um Congresso majoritariamente de extrema direita, cuja vitória, não por acaso, é seguida de uma grande visibilidade ao projeto *Escola sem partido* com tentativas de aprovação em várias unidades da federação e municípios. Enfrentar esses desafios requer consciência crítica dos dirigentes e militantes das entidades de organização das lutas sobre a complexidade do movimento das classes sociais em relação à educação, na atual fase do capitalismo; essa consciência é fundamental na definição de estratégias e táticas adequadas à organização dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação em articulação com as entidades de organização dos estudantes e também com o conjunto da classe trabalhadora, consciente da identidade de uma classe que na sociedade capitalista é a maior interessada pela educação pública, ainda que esta seja universal. Para essa articulação devem ser consideradas as formas clássicas de organização das classes, como sindicatos e partidos políticos, com destaque à classe trabalhadora para as quais, além das formas clássicas de organização, também são importantes as mais diferentes formas de articulação e organização, ainda que as formas clássicas continuem muito importantes, apesar da crise que as atingiu, a partir da consolidação da ideologia neoliberal no mundo e da flexibilização das relações de produção e de trabalho, em particular nos países onde essas formas de organização foram mais fortes, a exemplo da Europa. Assim, continua muito importante a organização da classe trabalhadora em sindicatos e também em partidos políticos em cuja organização é imprescindível a formação política dos dirigentes e da massa dos trabalhadores, tendo no centro da estratégia a questão da identidade de classe e a necessidade histórica de emancipação dessa classe, mas também de toda a humanidade. Nesse aspecto, destacou-se as experiências de organização da classe trabalhadora em partidos políticos no Brasil, através dos partidos de esquerda, em particular do PT, como um partido nascido das lutas dos trabalhadores e populares que chegou ao poder do Estado e, desde o golpe de 2016, vem sendo profundamente atacado pelo conservadorismo reacionário, através de um amplo movimento de ódio ao partido, chamado de “antipetismo” que, embora se apresente como anti-PT é, efetivamente, contra: os direitos mínimos conquistados pelos trabalhadores ao longo da história; as lutas e conquistas étnico-raciais e de gênero; os avanços civilizatórios da sociedade brasileira e as conquistas do Estado Democrático de direito, como os “direitos humanos”; é, de fato, contra toda a esquerda e centro-esquerda na medida em que, em última instância empunha a bandeira de combate ao comunismo, daí a fixação no combate a Cuba e a Venezuela, e tudo que lhe pareça assemelhado ao comunismo.

O cenário atual reflete as lutas, as conquistas alcançadas e as derrotas ao longo dos últimos anos. A escola vive o afloramento de questões existentes na sociedade, principalmente depois do golpe de Estado de 2016 e coroado nas eleições de 2018. Assim, há a exaltação de expressões fascistas, com forte teor moralista e enfrentamento sem disfarce de alunos em sala de aula. Ter um reacionário no poder também empodera as manifestações de ódio e preconceitos que vinham sendo contidos ou disfarçados por políticas públicas inclusivas. Observa-se um engessamento das escolas: falta de espaço, tempo e energia para construir lutas e organização da classe trabalhadora. As lutas estão se dando mais pelo viés do economicismo, que visam garantir salários e jornadas de trabalho, enquanto, as demais bandeiras de lutas vêm sendo cerceadas e distorcidas.

As entidades organizativas da classe trabalhadora travaram diversas lutas nas três últimas décadas em defesa dos seus direitos, entre elas destacam-se as diversas iniciativas na defesa da escola pública, encampados fortemente pelo Fórum em Defesa da Escola Pública, tanto no âmbito nacional quanto estadual. Registra-se também as diversas iniciativas da classe trabalhadora em defesa do respeito às diversidades, sobre a questões de gênero, grupos religiosos dentro das escolas e o debate da laicidade e conflito com a possibilidade de livre expressão (pluralismo e não-imposição de ideias).

Diante do contexto atual, os participantes do Pré-ENE afirmam a luta pela defesa de um Projeto Classista e Democrático e propõem como plano de luta no campo da organização da classe trabalhadora:

- Lutar pela promoção de uma educação que, em uma relação de liberdade de pensamento, forme a consciência crítica de alunos e alunas sobre a sociedade capitalista, a luta de classes e a necessidade histórica da emancipação da classe trabalhadora e de toda a humanidade, e na qual o conteúdo curricular adequado à realidade dos alunos.

- Construir uma estratégia de formação política para dirigentes de entidades de organização de professores e professoras, mediante a articulação dessas entidades e destas com outras entidades de organização do conjunto desses dos trabalhadores, como forma de combater o corporativismo.

- Lutar junto com o movimento indígena pela garantia de escola destinada à população indígena que garanta o respeito à especificidade dessa população.

- Organizar uma agenda de diálogo com os professores para a importância da sindicalização e da participação ativa nos sindicatos, ampliando a luta coletiva da categoria docente.

- Trabalhar pela unificação das lutas em torno de bandeiras importantes como a educação pública, gratuita, de qualidade e laica, convocando o conjunto da sociedade com vistas a fortalecer a luta por meio de objetivos comuns.

EIXO -7 Trabalho na educação e condições de estudo

Os principais pontos enfatizados pela exposição inicial e referendados pelo debate acerca das formas de precarização do trabalho docente na atualidade, destacaram as estratégias de fragmentação do coletivo, como por exemplo, a implementação de práticas competitivas e de auto superação para realização de metas cada vez mais inalcançáveis. Outro ponto apontado como emergente no cenário atual, são as “novas formas de contratação” que representam uma intensa fragilização dos vínculos de trabalho. A esse respeito, foram citados dois exemplos, o dos professores “Uberizados”, aqueles professores temporários contratados via aplicativo e sujeitos a mesma dinâmica de trabalho dos serviços oferecidos em aplicativos. O outro exemplo refere-se a um leilão de professores, ocorrido em uma região da grande Florianópolis, onde os professores ofereciam sua força de trabalho em lances para competir a uma vaga de trabalho.

Um fator que tem contribuído para a precarização do trabalho docente é o incentivo, cada vez mais crescente, do trabalho voluntário nas escolas, em especial em áreas do conhecimento como Educação Física e Artes. Tais estratégias, geralmente travestidas de parcerias entre o setor público e o setor privado, acabam por substituir a mão de obra do profissional habilitado para o exercício da função docente e, acarretam em ensino sem qualidade, comprometendo a aprendizagem dos(as) educandos(as).

Ainda na fala inicial foram feitos apontamentos sobre a necessidade de enfrentamento dos ataques atuais à educação pública, com reflexos diretos ao trabalho docente, como exemplo disso, está o projeto para cobrança de mensalidade nas universalidades públicas.

No contexto da educação superior destaca-se como elemento do trabalho docente precarizado, o grande número de professores, sobretudo na educação privada, submetidos a contratos em condições precárias, derivados da lógica dos grandes conglomerados de empresas de educação que chegaram ao Maranhão e estabeleceram a dinâmica do trabalho hipermonitorado, ou seja, o professor é vigiado e controlado o tempo todo pela organização do trabalho, o que culmina na ausência de autonomia dos professores.

Diante do contexto atual em que avançam e se diversificam as estratégias de precarização do trabalho docente, os participantes do GT-7 propõem a seguinte agenda de luta:

- Promover mais espaços de reflexão sobre os efeitos anestésicos da morfologia atual do mundo do trabalho na subjetividade do trabalhador que passa a naturalizar o isolamento no trabalho.

- Articular os sindicatos e movimentos sociais e aproximá-los para maior mobilização e resistência ao projeto hegemônico de precarização do trabalho na educação e em geral.

- Combater jurídica e politicamente a precarização via contratos de trabalho, a exemplo do uso de aplicativos; editais de leilão e contrato de trabalho voluntário.

- Mapear por meio de pesquisas científicas as diferentes formas de contratação dos profissionais da educação no Brasil.

- Promover atividades de formação política abertas a sociedade por universidades e sindicatos.

- Lutar contra políticas educativas aparentemente positivas, mas que resultam na precarização do trabalho do professor, a exemplo da Residência pedagógica e do Mais alfabetização.

- Aproximar o movimento sindical das comunidades tradicionais em favor das lutas sociais.

EIXO 8- Universalização da educação, acesso e permanência

A garantia de educação para todos é assegurada na Constituição de 1988 e na LDB nº 9.394/1996 e tem se constituído luta dos movimentos sociais e sindicais que atuam no campo da educação. A partir da década de 1990, o Brasil tomou diversas iniciativas para universalizar o acesso ao ensino fundamental. No entanto, só recentemente, a legislação definiu a obrigatoriedade do acesso à Pré-Escola e ao ensino médio. Em que pese a determinação legal, as ações para o seu cumprimento ainda são tímidas. Além disso, o acesso também ainda não está organizado da maneira devida, por exemplo, existem muitos alunos com grande defasagem série-idade. No Ensino Médio, existe ainda uma grande defasagem do acesso à educação com qualidade e dentro do prazo adequado. É notório o grande número de estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos que se encontra sem concluir o Ensino Médio.

Na educação superior, programas como o Reuni e o Prouni incidiram no aumento da quantidade de vagas, mas as políticas de assistência não dão conta das demandas advindas da expansão. Além disso, a expansão da oferta do ensino superior se deu principalmente pela oferta privada. Assim, observa-se a necessidade de pensar as políticas de democratização da Educação não somente quanto ao acesso, mas também quanto a permanência com foco na qualidade dessa educação. O que se tem observado é que as políticas de permanência não são pautadas nas condições e na diversidade dos alunos(as). Em relação ao ensino superior a defasagem idade-série aumenta, principalmente quando fazemos os recortes de classes e etnias. Além disso, existe um número de evasão muito grande nas universidades.

No que se refere à realidade local, observa-se que a maior problemática de acesso e permanência se localiza nas áreas rurais do estado. **Dados do Censo Escolar de 2017 mostram que no Maranhão não existe oferta de Ensino médio no campo em 72 municípios. Além disso, nas escolas do campo é que se observam as piores condições de oferta da educação básica. Os dados do Censo Escolar de 2017 mostram que apenas 25% das escolas dispõem de água encanada; 11% possui computador e nenhuma escola do campo dispões de laboratório de ciência. Na educação superior também se observa um percentual alto de alunos que se formam nas licenciaturas e que atuam fora de sua área de formação. Tal realidade se acentua devido ao não incentivo ao trabalho, a irregular distribuição de horários e a otimização do professor para mais de uma disciplina, configurando novas formas de exploração do trabalho.**

Diante do cenário, o GT propõe a seguinte agenda de luta para um projeto classista de educação visando o acesso e a permanência na educação com qualidade socialmente referenciada:

- Pensar a reforma do ensino médio que busca instrumentalizar o sujeito, e discutir um enfrentamento a esse projeto de mercantilização da educação.

- Lutar pelo desenvolvimento de políticas que garantam o acesso a uma aprendizagem de qualidade, que se contraponha ao currículo instrumental focado nas competências e habilidades.

- Defender as políticas de ações afirmativas e desenvolver estratégias de acompanhamento que minimizem ou mesmo eliminem as fraudes nas políticas de ações afirmativas.

- A evasão escolar é uma realidade a ser encarada, estudada e encaminhada, devendo envolver os órgãos da educação como também aqueles de defesa dos direitos da criança e do adolescente e órgãos de garantia de direitos.

ENCAMINHAMENTOS E PROPOSIÇÕES PARA O III ENE

1. Incluir um eixo específico para tratar da educação das pessoas com deficiência

A discussão da educação das pessoas com deficiência está historicamente invisível nos debates dos movimentos sindicais e movimentos sociais do campo progressista. O argumento teórico a esta questão é dado a partir do fundamento que o debate de classe permeia todas as discussões das modalidades (educação indígena, educação especial, educação étnica e de gênero). No entanto, é notório em nossos espaços de lutas que este tema não ganhou destaque ou não obteve devido valor nas nossas pautas reivindicatórias. Precisamos avançar, é urgente. O presidente eleito em 2018 entrou para história como o primeiro a trazer para as eleições um intérprete de libras presencialmente e considerando que a esposa do próximo presidente trabalha nas igrejas com projetos que envolvem a comunidade surda, nós dos movimentos do campo progressista, já refletimos sobre isto? Qual educação inclusiva e democrática estamos construindo? Na base do SINASEFE, temos filiados ao INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) e desde o primeiro ENE, temas que contemplem o debate sobre questões que propomos neste novo GT não tem sido garantidas nas programações. Se os companheiros desta base sindical não se enxergam nos ENEs, como poderão manifestar interesse em participar? Nas Universidades e Institutos Federais os Intérpretes de Libras estão enquadrados como técnicos em nível médio, eles reivindicam há muito tempo outro plano de carreira.

Ainda sobre a proposta deste novo eixo devemos estar atentos que neste momento a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva está sendo revista e ameaçada. Nesta revisão, a proposta dada é que os alunos com necessidades especiais retornem às classes e escolas especiais em parcerias com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e outras instituições filantrópicas e privadas. O avanço que estávamos conquistando ainda que vagarosamente era a matrícula de inclusão dos alunos em salas regulares, este movimento é percebido de modo crescente nos relatórios estatísticos. De acordo com os dados do Censo Escolar em 1998, 13% das pessoas estavam incluídas em classes comuns na educação básica e em 2014, 79% dessas pessoas estavam em classes comuns. O aumento nesse período foi de 66% (Dados do Censo Escolar). Esta

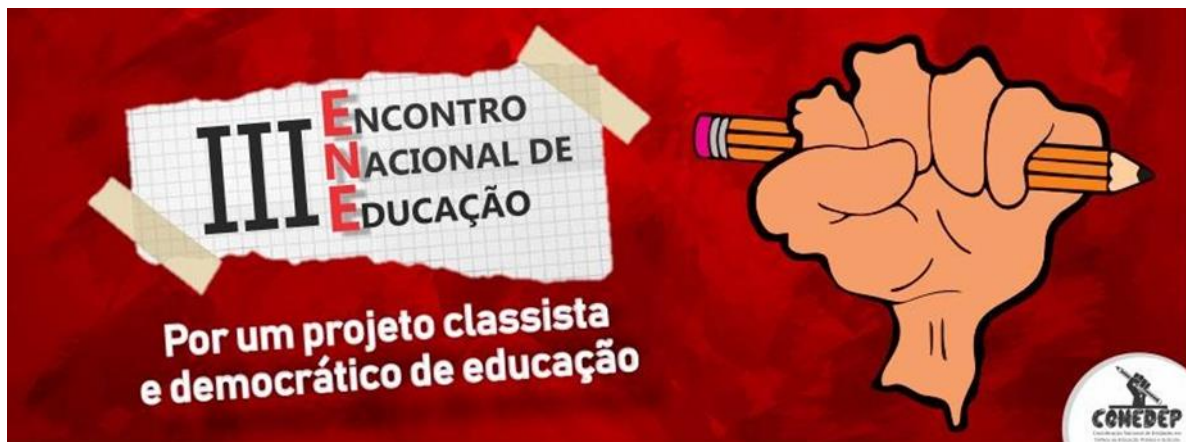
proposta de matrículas em salas especiais e instituições privadas e filantrópicas foi muito combatida na década de 1990 quando do início do debate da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996. É urgente que o III ENE considere este debate como um Eixo importante para avançarmos em direção a uma educação democrática e classista a todos e todas.

2 - Retomada do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública

O Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública no Maranhão ocupou importante papel na defesa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade, realizando estudos e debates que contribuíram para importantes conquistas no campo das políticas públicas em âmbito estadual e nacional. No contexto atual de ataques à educação pública democrática e de proposições mercantilistas e privatistas da educação, os participantes do Pré-ENE Maranhão propõem a reativação do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, como espaço permanente de mobilização, articulação e luta dos diferentes sujeitos políticos comprometidos na defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Para tanto, deliberou-se manter a mesma comissão de entidades organizadoras do Pré-ENE para realizarem a primeira reunião, no dia 11/12/2018, com essa pauta e assim, tomar os encaminhamentos quanto a reativação do Fórum. Deliberou-se ainda que o Fórum se articule ou incorpore à Frente Escola Sem Mordaza.

RIO DE JANEIRO



Relatório da Etapa Preparatória Rio de Janeiro – III ENE

Dias 23 e 24 de Março de 2019, na Praia Vermelha/UFRJ

147 participantes entre professores do ensino superior, professores da rede básica, estudantes secundaristas, universitários, movimentos populares, responsáveis (mães) da educação básica do Colégio Pedro II.

23 de Março – Manhã Mesa de Abertura

1. Mesa sobre a Conjuntura Internacional e Nacional da Educação, a Contra Reforma da Previdência e a Ementa Constitucional 95
Educação Básica: Vera Nepomuceno
EBTT: Luisa Colombo
Educação Superior: Eblin Farage
Contra Reforma da Previdência e Ementa Constitucional 95: Sandra Quintela

23 de Março – Tarde

2. Mesa: Os desafios do Movimento Estudantil
3. Mesa As experiências dos Movimentos Populares com a Educação Popular: MST, MTST, Emancipa, Quilombo Raça e Classe, Grupo de Extensão em Educação Popular da UFRJ.

Grupos de Discussão

1. Eixo: Conhecimento, Currículo e Avaliação
 - Realidade Local: falta de reflexão do processo de avaliação, restrição ao binômio aprovação/reprovação.
 - Proposta para projeto classista e democrático de educação:

1. Defender a autonomia das escolas para pensar seu currículo e sua avaliação de acordo com suas especificidades;
2. O currículo deve ser pensado também com a participação de todos os segmentos;
3. Pensar o currículo também como uma disputa política que envolve a formação de sujeitos e subjetividades;
4. Trata-se de relacionar cotidiano do jovem com a escola, que a vida seja refletida na escola: material e subjetiva; a escola para ter sentido precisa refletir sobre a vida de uma maneira crítica (sexualidade, consumo, mídia, violência);
5. A formação docente nas universidades deve pensar criticamente conhecimento, currículo e avaliação nas diferentes áreas;
6. Contra a ideologia do empreendedorismo nos currículos, que reforça a concepção individualista que obscurece questões estruturais e contribui para a manutenção do sistema;
7. Combater uma formação a-histórica, que não seja socialmente referenciada;
8. Que as diferentes áreas se relacionem com o cotidiano favorecendo uma aprendizagem significativa;
9. Fortalecer a concepção de politecnia e do ensino médio integrado em contraposição a fragmentação e ao tecnicismo;
10. priorizar a formação do sujeito integral, em todas as suas potencialidades e dimensões (omnilateralidade);
11. Pensar a concepção de currículo, conhecimento e avaliação que serve a classe trabalhadora;
12. Combater a restrição da visão de competências e habilidades e da visão reducionista da educação que não é vista como um processo de ensino-aprendizagem;
13. Defender a indissociabilidade entre teoria e prática. É da prática que se constrói conhecimento. Da prática para a teoria. Trabalho como princípio educativo.
14. disputar as determinações das legislações que impõem a noção de habilidades e competências;
15. defender conhecimento, currículo e avaliação de perspectiva da educação popular.

2. Eixo: Financiamento da Educação

- Realidade Local

1. Corte de bolsas, gratificação, etc;
2. falta de assistência estudantil por falta de recursos;
3. recorrentes demissões e atrasos de pagamento dos trabalhadores terceirizados;
4. obras e despesas com gastos excessivos;

5. orçamento e prestação de contas não divulgados.
- Enfrentamentos Realizados
 1. 10% do PIB para a educação X 10% do PIB para a Educação pública;
 2. Prouni X investimento nas universidades públicas;
 3. Fies
 4. Pronatec X Investimento na escola técnica pública;
 5. Contra a Terceirização
 - Proposta para projeto classista e democrático de educação
 1. Ter unidade salarial e nos planos de carreira para os servidores da educação;
 2. Suspensão do pagamento e auditoria cidadã da dívida pública.
3. Eixo: Gestão/Organização do Trabalho Escolar
- Realidade Local
 1. Gestão – termo neoliberal utilizado com sentido esvaziado de significado;
 2. Projeto Político pedagógico fechado em um documento burocrático;
 3. Condições precárias para efetivação de um projeto educacional rico, criativo e libertador;
 4. perspectiva de “democracia” restrita ao processo de eleição dos dirigentes;
 5. projeto Pedagógico que ignora as condições reais dos envolvidos em sua implantação.
 - Enfrentamentos Realizados
 1. gestão- combater o “burocracismo” contido na expressão democrática;
 2. projeto político e pedagógico com caráter regulatório deve ser substituído pelo caráter emancipatório (padronização X identidade de escola);
 3. denúncia das realidades (precarização);
 4. qualificar os processos de formação inicial e continuada;
 5. pensar e repensar criticamente o cotidiano da escola (pesquisa como base desse processo);
 6. Denúncia desse processo;
 7. Necessidade de sensibilizar os trabalhadores da educação para que se envolvam realmente no processo;
 8. Necessidade de “escuta” dos estudantes e comunidade.
 - Proposta para um projeto classista e democrático de educação
 1. gestão propiciadora de condições para elaborar e implementar um projeto político pedagógico revolucionário: participação de todos, possibilidade autêntica de formação continuada. Reforço a identidade da escola;
 2. ouvir e acatar as demandas de todos os envolvidos no processo educativo (estudantes, técnicos, docentes, terceirizados e comunidade – sujeitos do processo);

3. propiciar um ambiente que possibilite a avaliação crítica do processo e auto-crítica de todos os envolvidos;
 4. propor uma dinâmica de gestão que supere a simples eleição de dirigentes, ampliando seu significado e estabelecendo critério de participação efetiva de todos os sujeitos, rotatividade e alternância nas diversas instâncias, por exemplo;
 5. revolucionar alguma das práticas do cotidiano escolar, ouvindo as demandas de todos os envolvidos;
 6. reforçar a formação continuada.
4. Eixo: Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico- Raciais
- Realidade Local:
 1. Desafios depois dessa eleição, o aumento do feminicídio e luta das mulheres, o projeto escola sem partido;
 2. Conservadorismo na escola, avanço que se teve em função das cotas raciais,
 3. Evasão dos estudantes nas universidades; a dificuldade de permanência de jovens negros na universidade, sistema meritocrático;
 4. Sistema de permanência e luta das mulheres grávidas para completar seus estudos;
 5. Realidade elitista nas universidades e o quanto o movimento secundarista tem inspirado nas lutas e sempre estando a frente.
 - Proposta para projeto classista e democrático de educação
 1. debates nas escolas sobre a questão racial, e sobre a transfobia;
 2. expandir o debate da criminalização da LGTfobia nas escolas;
 3. reforçar os debates nas escolas estaduais e estimular esses docentes na criação de oficinas abordando esses temas;
 4. debates sobre terceirização e reforma previdência;
 5. reforçar as lutas por mais investimentos e acessibilidade as pessoas com deficiência.
5. Eixo: Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico- Raciais
- Realidade Local
 1. dificuldade de acesso de deficientes;
 2. falta de estruturas nas escolas;
 3. falta de participação na construção do projeto pedagógico;
 4. falta de investimento no PNAES;
 5. escola sem partido.
 - Enfrentamentos Realizados
 1. saúde mental dos estudantes.

- Proposta para projeto classista e democrático de educação
 1. defesa da educação pública, gratuita e de qualidade;
 2. defesa da liberdade de cátedra;
 3. universidade a serviço da sociedade;
 4. participação nos núcleos de fiscalização financeira;
 5. defender permanência e também é defender as pesquisas;
 6. necessidade de ter ações concretas sobre o adoecimento psíquico dos estudantes; criação de uma frente ampla pela permanência nas instituições de ensino através de mobilizações de ruas e comitês; defesa e ampliação das cotas indígenas e quilombolas;
 7. aproximar as universidades da população através de oficinas e debates com os movimentos sociais e pré-vestibulares populares;
 8. melhoria do acesso físico para toda a comunidade acadêmica (estudantes, docentes e técnicos).

6. Eixo: Organização da Classe Trabalhadora

- Proposta para projeto classista e democrático de educação
 1. necessidade de uma frente única; sindicatos, movimento popular e estudantil em defesa da previdência social e contra a Reforma da Previdência;
 2. formar comitês em defesa da Previdência Social nas escolas e universidades;
 3. necessidade da construção da greve geral para barrar a reforma da previdência;
 4. unificar a classe trabalhadora contra a reforma da previdência;
 5. defesa dos direitos sociais;
 6. defesa das liberdades democráticas;
 7. superar o apassivamento da classe, para isso: a) construir o ENCLAT; b) trabalhar e capilarizar o Fórum sindical, popular e de juventude de lutas por direitos e liberdades democráticas;
 8. questionar: contra qual projeto de Educação e III ENE se impõe? Contra o projeto reacionário do núcleo do governo Bolsonaro que, por ora, esta hegemonizando a estrutura do MEC, ou o enfrentamento é ao projeto de educação liberal, capitaneado pelos organismos internacionais (BM, OCDE entre outros) além dos setores do empresariado industrial e financeiro que, em grande medida, estruturam o “Todos pela Educação”?
 9. Lutar pela universidade e educação popular;
 10. Lutar por Frente Única, no campo e na cidade, em defesa da Convenção 169 da OIT, contra o PL 3234 (demarcação das terras indígenas e quilombolas), contra o genocídio da juventude e feminicídio da classe trabalhadora;
 11. Aprovação da Carta do Fórum Fluminense de educação do campo;

12. Formação dos Comitês de base e a Frente Classista a partir de um programa unitário em defesa de reformas estruturas;
13. Moção em solidariedade ao professor de Campos dos Goytacazes e ao Prof. Pedro Mara;
14. Construir a greve geral (como foi em 2017) em várias edições;
15. Mobilizar núcleos territoriais (ocupando praças...) para dialogar sobre a reforma da Previdência;
16. Moção de Repúdio ao PL 246/19 que propõe o novo “Escola sem Partido”;
17. Apoio ao PL 502/19 em Defesa da “Escola sem Mordaza”;
18. Pensar materiais para dialogar com setores mais amplos da sociedade (inclusive como abordar trabalhadores que votaram pelo ódio ao PT e /ou manipulados por fake News;
19. Combater o governo Bolsonaro, mas não afastar aqueles que votaram e estão arrependidos;
20. Lutar contra a Reforma do Ensino Médio, BNCC e Reforma das Diretrizes do Curso de Graduação da Educação Física;
21. Defesa da Universidade/escola pública (autonomia, financiada com fundo público, universal, socialmente referenciada pelos trabalhadores);
22. Lutar pela recuperação do orçamento das universidades/escolas públicas. Discutir manutenção do FUNDEB, que acaba em 2020.

Dia 24 de abril – Manhã

Plenária de Encerramento

Apresentação dos consolidados dos Grupos de Discussão e os encaminhamentos a serem acrescentados no relatório final do encontro.

Encaminhamentos:

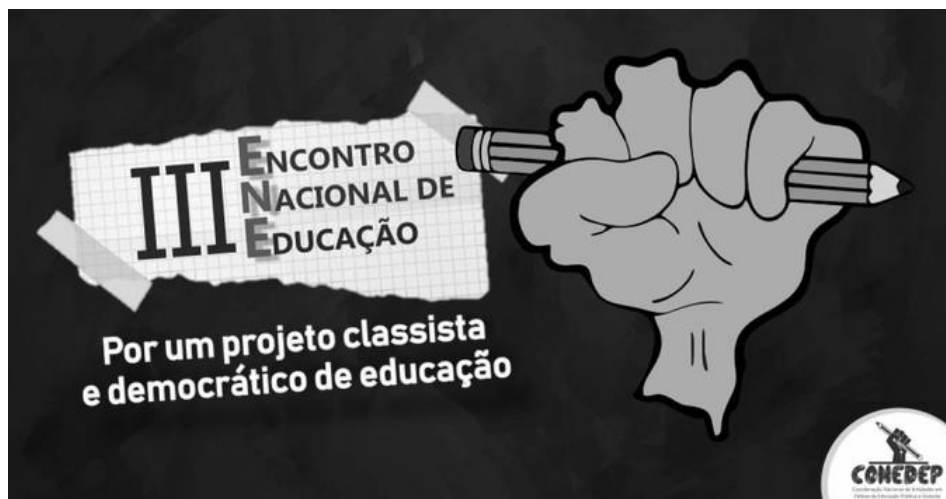
- 1- Defesa dos institutos federais – vários sendo fechados pelo Brasil;
- 2- Trazer o eixo Educação no Campo para o debate nos próximos ENEs;
- 3- Debate sobre a saúde mental – Reforma na Política de Atenção Psicossocial;
- 4- Fortalecimento dos Forúns de Educação no Campo no Estado do Rio;
- 5- Comprometer o poder público com o acesso nas escolas/universidades;
- 6- Apoiar e participar nas lutas das universidades privadas;
- 7- Culminar este evento num processo de luta, encaminhar para uma luta mais radicalizada;
- 8- Afirmar que somos contra as avaliações externas;

SANTA CATARINA



**COORDENAÇÃO ESTADUAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E
GRATUITA
SANTA CATARINA**

**CONTRIBUIÇÕES AO III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**



FLORIANÓPOLIS - 2019

APRESENTAÇÃO

A Coordenação Estadual em Defesa da Educação Pública e Gratuita de Santa Catarina (COEEDep-SC) foi criada no ano de 2016, a partir de demanda do II Encontro Nacional de Educação, sendo composta por entidades, movimentos sociais e organizações políticas ligadas aos setores da educação e que coloquem em suas pautas de luta a defesa de um projeto de educação classista e democrático.

Esse relatório é composto de duas partes: 1) a primeira com a Carta de Florianópolis, que serviu de síntese da 1ª Etapa Preparatória de Santa Catarina (Pré-ENE SC) para o III Encontro Nacional de Educação, realizada nos dias 15 e 16 de junho de 2018 e, também, o seu complemento trazendo novas contribuições advindas da 2º Pré-ENE SC realizado em 30 de março de 2019; 2) a segunda parte é composta por uma sistematização dos quatro grupos de trabalho (Educação Municipal, Educação Estadual, Ensino Superior e Educação Técnica e Profissional) organizados na COEEDep apresentaram um diagnóstico da educação catarinense, a partir dos eixos orientadores do III Encontro Nacional de Educação.

1) AS ETAPAS PREPARATÓRIAS PARA O III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Carta de Florianópolis

Nós estudantes, trabalhadores e trabalhadoras em educação, das esferas municipais, estadual e federal, organizados em movimentos, entidades e sindicatos, nos reunimos na cidade de Florianópolis, na Etapa Estadual do III Encontro Nacional de Educação. Promovido pela Coordenação Estadual em Defesa da Educação Pública e Gratuita, realizou-se nos dias 15 e 16 de junho de 2018, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Vivemos um período de crise econômica mundial do capitalismo. Nesse contexto, os governos têm desferido ataques aos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, como vivenciamos aqui no Brasil, com a aprovação da contrarreforma trabalhista, a lei das terceirizações e a ameaça da contrarreforma da previdência. Entretanto, esta também é uma conjuntura marcada pela brava resistência dos trabalhadores e dos setores oprimidos em nosso país e em inúmeros países do mundo.

Os ataques à Educação Pública, agravados no período recente, são expressos:

- no Plano Nacional de Educação (2014-2024) que ressignifica o público, retirando seu caráter estatal, permitindo o repasse direto de recursos públicos para a esfera privada subordinando todas suas estratégias e metas, o que torna um grande equívoco das organizações da classe trabalhadora reivindicar sua efetivação, pois este aspecto central está sendo implementado rapidamente;
- na promulgação da Base Nacional Comum Curricular e na contrarreforma do Ensino Médio;
- no Projeto Escola Sem Partido;
- no financiamento atrelado a resultados de avaliação externas e em larga escala;
- na abertura para contratação de trabalhadores da educação via Organizações Sociais;
- nos projetos de voluntariado para as escolas;
- na destruição dos planos de carreira e concursos públicos, com a opção pela contratação temporária;
- no preparo do quadro do magistério majoritariamente nas instituições privadas e via EaD, bem como na retirada da autonomia universitária na formação docente;
- nas Parcerias Público-Privadas com Institutos e Fundações empresariais intervindo na formulação de políticas educacionais, na gestão das escolas públicas, na elaboração de

material didático, na formação de professores e gestores, tendo como alvo a mercantilização da educação e a reprodução da sociabilidade requerida pelo momento atual do capital;

- ❑ nos cortes de financiamento para a Educação Pública gerados pela aprovação da EC 95/2016, cujo congelamento de vinte anos do gasto público já implicou, entre outras coisas, na degradação das condições de infraestrutura para pesquisa, ensino e extensão, na precarização das condições de trabalho e estudo, no corte de bolsas agravando as condições de permanência dos estudantes nas Instituições Educacionais;

- ❑ no incremento das verbas públicas para as instituições privadas, via FIES e PROUNI, e na transformação dos direitos sociais em serviços, como ocorre com a EBSEH na gestão dos Hospitais Universitários;
- ❑ no recrudescimento de políticas e ações discriminatórias sobre a classe trabalhadora, que atingem com maior intensidade as pessoas LGBTT, negras, quilombolas, mulheres, indígenas e do campo.

Levando em conta o cenário acima, nossos desafios para o próximo período são:

- ❑ ampliar as lutas em defesa de Educação pública, estatal, gratuita, laica, universal, com gestão pública e democrática e com qualidade na perspectiva da classe trabalhadora;
- ❑ recusar e enfrentar a tática da conciliação de classes, pois a história recente demonstrou que ela é incapaz de atender às reivindicações dos/as trabalhadores/as e da juventude;
- ❑ não nos enganarmos na tarefa política dando centralidade ao processo eleitoral na expectativa que este gere efetivas mudanças sociais que suplantem a sociabilidade vigente;
- ❑ atualizar a proposta de Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira (1996);
- ❑ ampliar a participação das entidades e dos movimentos em torno do ENE, fortalecendo um espaço de aglutinação e construção de uma agenda comum de lutas;
- ❑ ampliar, especialmente em nossos locais de atuação, a mobilização e resistência contra as Organizações Sociais na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis;
- ❑ repudiar e denunciar a participação das federações da indústria na agenda educacional por imporem a subordinação da educação à lógica do capital, como a FIESC no projeto “Movimento Santa Catarina pela Educação”;
- ❑ ampliar as lutas pela realização da auditoria da dívida pública já, com a suspensão imediata de seu pagamento, pois é a principal forma de transferência direta de recursos do fundo público ao capital financeiro;
- ❑ denunciar e lutar pelo rompimento dos contratos e parcerias existentes entre as secretarias de educação e organismos privados, como a do BID e a do Grupo Educacional Augusto Cury com a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis e a do Instituto Ayrton Senna com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

Nossa necessidade premente é construirmos a unidade com base num diagnóstico detalhado da realidade e com uma compreensão aprofundada, traçarmos a estratégia e as táticas que caminhem para a superação da ordem do capital. Para contribuirmos no processo de reorganização da classe trabalhadora, conclamamos todos e todas à participação e construção do III ENE.

Florianópolis, 16 de junho de 2018.

Contribuições ao III ENE: Novos elementos complementares à Carta de Florianópolis

Nós estudantes, trabalhadores e trabalhadoras em educação, das esferas municipais, estadual e federal, organizados em movimentos, entidades e sindicatos, nos reunimos na cidade de Florianópolis, na segunda Etapa Estadual do III Encontro Nacional de Educação. Promovido pela Coordenação Estadual em Defesa da Educação Pública e Gratuita (COEEDep), realizou-se no dia 30 de março de 2019, na Universidade Federal de Santa Catarina, sendo precedido pela segunda Etapa Preparatória Municipal realizada em Joinville no dia 16 de março corrente.

Após a etapa de junho de 2018, nos propusemos a ampliar a COEEDep e a partir de seu trabalho contribuir para a compreensão da situação da educação no Brasil realizando um diagnóstico da educação no Estado de Santa Catarina, organizado em 4 Grupos de Trabalho: Educação Municipal de Florianópolis; Educação Estadual; Educação Superior; Educação Técnica e Profissional. A sistematização deste trabalho, em forma de relatório, compõe este documento e segue em anexo.

No debate, avaliamos que merecem destaque na nossa conjuntura os seguintes elementos:

- mudança de conjuntura com eleição e posse de Bolsonaro para o Governo Federal e Moisés para o Governo do Estado, além de legislativos federal e estadual conservadores e com setores de extrema direita;
- recrudescimento das ações de ataque aos docentes e estudantes e à liberdade de ensinar e aprender pelas ações do movimento escola sem partido;
- recrudescimento da aplicação da EC 95/2016, com seus efeitos destrutivos sobre a educação pública;
- continuidade das ações privatizantes, expressas nos anúncios da nova equipe desqualificada do MEC;
- a continuidade da política educacional vinculada aos interesses da burguesia expressa na nomeação de quadros dos aparelhos privados de hegemonia, como o novo Secretário de Estado de Educação;
- estímulo a militarização das escolas;
- o PL autorizando a *homescholing*;
- o processo de sucateamento das escolas do campo, quilombolas e indígenas;
- a luta contra a reforma da previdência, que visa a extinção a previdência pública;

- a defesa do concurso público para trabalhadores.

Nossa contribuição ao processo de compreensão da realidade para ampliar nossas ações no processo de lutas sociais e de reorganização da classe trabalhadora está em curso e com isso conclamamos todos e todas à participação e construção do III ENE.

Florianópolis, 30 de março de 2019.

2) OS DIAGNÓSTICOS DA EDUCAÇÃO CATARINENSE

GT 1 - EDUCAÇÃO MUNICIPAL

O relatório do GT 03 sobre a educação na Rede Municipal de Ensino (RME) de Florianópolis pautou-se pelos seguintes eixos deliberados pela Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública (CONEDEP) para o III Encontro Nacional de Educação (ENE): 1) Organização da classe trabalhadora; 2) Gestão/organização do trabalho escolar; 3) Financiamento da educação; 4) Trabalho na educação e condições de estudo; 5) Universalização da educação, acesso e permanência; 6) Conhecimento, currículo e avaliação; 7) Formação de trabalhadores da educação e 8) Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais.

1) Organização da classe trabalhadora

A organização dos trabalhadores da educação do município se dá através do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM), filiado a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O sindicato, que reúne também trabalhadores do quadro civil e da Companhia de Melhoramentos da Capital, tem um histórico de grandes mobilizações desde 1988, quando da sua fundação, passando por vitórias importantes, entretanto sofrendo uma grande derrota em 2018 na greve contra as OSs.

Através do Conselho Deliberativo do SINTRASEM, é possível ampliar o debate e tirar ações para além da direção do sindicato, onde cada unidade de trabalho da prefeitura pode indicar um representante.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) vem, sucessivamente, buscando meios de impedir a categoria de mobilizar-se novamente, seja através de perseguições aos grevistas, atrasos no pagamento dos dias de greve, assédio aos trabalhadores durante reposição e na tentativa de impossibilitar pagamentos/reposição de dias não letivos.

A ameaça da MP 873 (contribuição sindical), a princípio em âmbito federal, configura-se um sinal de alerta pelo qual teme-se que a categoria seja atingida.

2) Gestão/organização do trabalho escolar

A atual gestão municipal está a cargo do prefeito Gean Loureiro (MDB), que desde seus primeiros dias vem travando embates com a categoria, quando buscou destruir a carreira dos municipais com o chamado “Pacote de Maldades” em seus primeiros dias a frente da PMF e fez com que deflagrasse a maior greve em adesão do serviço público municipal de Florianópolis com mais de 9 mil trabalhadores paralisados (representando 95% da categoria). Após 38 dias de paralisação, a maioria das propostas foram retiradas da pauta pelo prefeito.

Mais especificamente sobre a organização do trabalho escolar, a terceirização é uma situação que afeta toda a estrutura da rede, como segurança, limpeza, cozinha, obras, almoxarifado (problema no repasse de material didático) e autorização a Organizações Sociais (OSs) para gerir o serviço público. Sobre as OSs registra-se que, até o presente momento, ainda nenhuma empresa foi credenciada.

Com relação às privatizações, existe a ameaça de que a mesma ocorra na perícia, trazendo implicações diretas na saúde do trabalhador tendo em vista sua lógica mercadológica e de metas quantitativas para a garantia de sua taxa de lucro.

Os conselhos escolares foram criados em 1987, contando com a participação de representantes da direção, dos professores, especialistas em assuntos educacionais, pais, alunos e funcionários.

Apesar de não fazer parte dos princípios da gestão democrática por parte da prefeitura, desde 1994 ocorrem eleições diretas para direção das unidades educativas, apesar de algumas unidades realizarem eleições de forma individual antes disso, e ainda possuem diretores indicados pela secretaria de educação. Ao sairmos da última data base (2018), a prefeitura decidiu criar uma comissão com o sindicato para discutir sobre a eleição direta para os cargos de direção, o que em outros momentos era aceito pela prefeitura, porém ainda não ocorreram reuniões desta comissão.

3) Financiamento da Educação

O FUNDEB é a principal fonte de pagamento dos professores das redes públicas (39% do orçamento). Em 2020 se encerra o prazo deste Fundo e o novo governo ainda não apresentou nenhuma proposta para suprir a demanda.

Art. 212 (Constituição 1988) prevê aplicação de no mínimo 25% de todos os impostos arrecadados pelo município na Educação. O atual Plano Municipal de Educação alega que Florianópolis tem investido acima do percentual para dar conta da obrigatoriedade da Educação Infantil (cerca de 30%). Registra-se alerta dos setores da educação para a pauta de PEC defendida pelo ministro da economia Paulo Guedes que pretende desvincular as receitas da União (DRU), desobrigando as prefeituras de repassar os 25% mínimos para a educação.

Para além da discussão sobre o veto à DRU, registra-se como necessária a discussão e denúncia acerca do mecanismo da dívida pública, que drena para o sistema financeiro quase metade do orçamento federal. Aponta-se como primeira tarefa a auditoria da dívida pública da União.

A PMF possui contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que foi sancionado a partir da Lei Complementar 433/2012 (FLORIANÓPOLIS, 2012) e teve no Proyecto de Expansión Y Mejoramiento de la Educación Infantil y la Enseñanza Fundamental em Florianópolis o detalhamento de suas intenções, condições e contrapartidas que foram negociadas desde o ano de 2010 e que foram estruturadas em quatro componentes (Expansão da Cobertura e Melhoria da Infraestrutura Educativa, Melhoria da Qualidade da Educação; Gestão, Monitoramento e Avaliação; e Administração do Programa).

O contrato de empréstimo do BID com a PMF foi no valor de US\$ 58.860.220,00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil, duzentos e vinte dólares estadunidenses) e possuiu uma contrapartida de US\$ 59.570.000,00 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta mil dólares americanos) da PMF.

O ministro da economia Paulo Guedes vem defendendo uma PEC que pretende desvincular as receitas da união, o que implicaria em os municípios deixarem de ter a obrigatoriedade de investir 25% de suas receitas advindas de impostos, o que representará um grave ataque a escola pública, além também de outras áreas como a saúde.

Ainda no quesito financiamento, registra-se a presença de 44 instituições conveniadas que drenam um recurso no valor de R\$ 16 milhões do fundo público municipal.

4) Trabalho na educação e condições de estudo

Com relação ao plano de carreira dos professores, consta-se o valor de 10% para regência de classe, 40% para Dedicção Exclusiva, 2% para o anuênio, progressão funcional (acesso-nível, aperfeiçoamento-formação continuada, assiduidade), Hora Atividade de 33% da jornada para professores de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental (ferindo o estatuto dos Servidores Municipais, que aponta que deveria estar em 40%).

Existe o flagrante descumprimento com a lei do magistério ao postergar os aumentos anuais diante da necessidade de aprovação pela Câmara de Vereadores.

Registra-se no *front* de lutas: a inclusão das auxiliares de sala na categoria do magistério (hoje no quadro civil), a revogação da lei das OSs e revisão do Plano de Carreira. Ainda sobre as auxiliares, foi conquistado na última data base a garantia de formação em horário de trabalho, porém segue com dificuldades para efetivação por parte da prefeitura.

A abertura de concurso público para repor as vagas do magistério vem sendo postergada desde o final do ano de 2017, o que leva a proporção de professores temporários aumentar nos últimos anos, chegando a representar 41,6% dos trabalhadores em 2017. O fato de trabalhar-se com a parcialização das vagas tem impedido as aulas de educação Física à diversos alunos da educação infantil.

5) Universalização da educação, acesso e permanência

Existe uma denuncia no Ministério Público sobre a ausência de vagas na educação infantil. A prefeitura apontou como saída a parcialização das vagas que antes eram integral, porém acaba não atendendo a demanda das mães/pais trabalhadores.

O aumento da tarifa do transporte público em valores acima da inflação, bem como mobilidade urbana precária, acarreta em dificuldades para trabalhadores do município buscarem seus filho(as) na escola fazerem leva aos professores fazerem hora extra sem serem remunerados para tal ao aguardar a chegada dos mesmos na unidade escolar.

Houve a diminuição no número de refeições na educação fundamental de quatro para duas.

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem a sua metodologia de trabalho (pesquisa) comprometida pela ausência de estrutura oferecida pelas unidades escolares, bem como em razão de todos os professores atuantes possuírem contratos temporários, além de necessitarem atuar em mais de uma unidade.

6) Conhecimento, currículo e avaliação

A RME do ano de 2007 até o ano de 2016 possuiu seu sistema próprio de avaliação em larga escala, a Prova Floripa, que foi descontinuada, após a contratação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) para elaboração, aplicação, processamento, análise e devolutivas. Essa descontinuidade somente foi possível devido ao boicote da categoria que fez com que a participação de estudantes na prova fosse a menor desde a criação da avaliação municipal (42,6%). Existem indicativos que possivelmente acontecerá a primeira avaliação da Educação Infantil na RME, já sob os parâmetros da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (aprovado em 2018).

A RME foi primeira rede do país a construir um currículo e diretrizes próprias para Educação Infantil. Inclusive, grande parte dos documentos da educação do município são construídos de forma conjunta com os professores da RME, resultando em determinado avanço teórico nos mesmos, porém possuindo dificuldades para sua efetivação. Há o

entendimento que BNCC vai representar um retrocesso a essa construção coletiva.

Registra-se que a RME foi uma das primeiras redes a designar a educação física curricular para esta etapa de ensino.

No ano de 2019 a PMF, por meio da Secretaria de Educação, implantou em 11 unidade de ensino a Escola da Inteligência. Segundo a PMF, a escolha das unidades foi com base nas que estejam situadas em locais com grande vulnerabilidade econômica e possuir a intenção de desenvolver uma educação socioemocional aos estudante. Compreendemos que o ensino das competências socioemocionais como concernentes a uma faceta humanizada do capital atendem às demandas do mesmo para formar o sujeito requerido pelo mercado do trabalho, ao possuir autonomia e resiliência para saber lidar com conflitos e capturando a sua subjetividade.

7) Formação de trabalhadores da educação

Na formação continuada, foi verificado que diversa empresas atuam formações descentralizadas em unidades na RME, fazendo a ressalva que na Educação Infantil é feita pelos próprios professores da rede.

No presente ano de 2019 foi contratada a empresa “Faz Educação e Tecnologia LTDA” ao valor de R\$ 3.569.843,50, para prestar serviço de formação continuada dos professores da RME. Esta empresa trabalha com base nas competências socioemocionais, com problemática apontada anteriormente.

Registramos que no segundo semestre de 2018 a COEEDep-SC realizou formações acerca das implicações políticas, econômicas e pedagógicas da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em cinco escolas da RME: NEIM Poeta João da Cruz e Souza, EBM João Apóstolo, NEIM Irmão Celso, EBM Donícia Maria da Costa, NEIM Ingleses.

8) Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais

No ano de 2018 um grupo político de extrema direita buscou atacar e impedir a realização de uma mostra de filmes sobre diversidade em uma escola do município, entretanto com grande resistência da comunidade escolar, trabalhadores da unidade e com o apoio do SINTRASEM, a mostra foi realizada e foi um grande sucesso.

O município também possui suas diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais desde 1994, sendo uma das cidades pioneiras na elaboração de uma proposta para esta temática.

A parcialização das vagas na educação infantil em meio período influencia diretamente no cotidiano das mães trabalhadores, que muitas vezes precisa recorrer a

cuidados pagos em seu horário de trabalho.

Para além dos descalabros, a proposta de reforma da previdência deseja fixar em 60 anos a idade mínima para professores se aposentarem, exigindo 30 anos de contribuição tanto para homens quanto para mulheres, não levando em consideração a tripla jornada feminina. O impacto para os trabalhadores da educação municipal deverão ser em efeito cascata após aprovada a Proposta de Emenda Constitucional. Sobre a previdência ainda, registra-se que desde 2009 foi criada uma previdência complementar, facultando a parte patronal dividir a sua contribuição, o que levou a quase a sua falência e levando a nova união dos dois fundos de previdência (antes e posterior de 2009).

A convocação de professoras com estabilidade gravídica para trabalhar no programa “Educar no Verão” no ano de 2018 realizou-se em situações insalubres, face o calor e as péssimas condições de infra-estrutura.

O Projeto de Escola Sem Partido foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Vereadores.

GT 2 - EDUCAÇÃO ESTADUAL

Este relatório apresenta alguns dos pontos destacados pelo GT no que se refere aos retrocessos na educação, em nível estadual, em Santa Catarina. Está dividido nos seguintes tópicos: BNCC e o Novo Ensino Médio; Escola sem Partido (Lei da Mordada); MP 873/19; Problemas de estrutura nas escolas; LC 668/2015. Todos expostos em maiores detalhes abaixo.

BNCC E NOVO ENSINO MÉDIO

Em Santa Catarina, algumas iniciativas com características em comum com o Novo Ensino Médio já vinham sendo colocadas em prática, e podem ser analisadas como possíveis “ensaios” do Novo Ensino Médio no estado. No ano de 2010 a Secretaria de Educação implementou o Ensino Médio Inovador (EMI), que atende hoje 155 escolas e cujo principal diferencial é a ampliação no tempo da jornada escolar e, em teoria, “o desenvolvimento de atividades integradoras que articulam as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia”. Na prática, os professores que atuam no EMI não recebem formação especializada e portanto tem dificuldades em diferenciar seu trabalho daquele realizado no Ensino Médio regular. Some-se a isso um profundo corte de verbas no ano de 2019, que obrigou a maioria das escolas a abandonar o programa, cancelando novas matrículas e mantendo apenas as turmas de 2º e 3º ano. - esse abandono foi também pela necessidade de migrar desse projeto para o novo ensino médio

Com uma proposta semelhante, o Ensino Médio Integral em tempo Integral (EMITI) começou em 2017, fruto de uma parceria da Secretaria estadual de Educação com Instituto Ayrton Senna e apoio do Instituto Natura, da Capes, do Movimento Santa Catarina pela Educação, do BID e da FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina). No início de 2018, já eram relatados problemas de infraestrutura em todas as 30 escolas que haviam aderido ao programa, em um indicativo de que a efetivação da proposta não era tão promissora quanto havia sido divulgado. Se a ilusão era de que as escolas solucionariam seus problemas através do recebimento de verbas vindas das empresas privadas, a realidade mostrou ser cruel: falta de internet, salas sem climatização, laboratórios sem equipamentos e espaços improvisados são alguns dos problemas mais frequentes. Já no fim de 2018, cinco escolas da rede desistiram de ofertar novas turmas.

A baixa adesão dos estudantes em ambos programas se deve, primeiramente, à necessidade econômica dos filhos da classe trabalhadora: tanto o EMI quanto o EMITI oferecem aulas em período integral, o que prejudica diretamente os estudantes que precisam

trabalhar - e é uma forte indicação do fracasso de tais projetos.

A aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), realizada de maneira totalmente vertical e sem nenhuma discussão com a comunidade escolar, retrata bem os tempos em que vivemos: o prazo que o governo federal impôs para a efetivação do Novo Ensino Médio é o ano de 2022, porém em Santa Catarina nenhuma ação vem sendo realizada no sentido de mapear as escolas para definição de “itinerários formativos” (como prevê a Reforma do Ensino Médio) ou de preparar a comunidade escolar para tais mudanças. É um assunto do qual muito se fala nas unidades escolares mas pouco se sabe por canais oficiais de informação. Ao flexibilizar o conteúdo que será ensinado aos alunos e manter a obrigatoriedade somente de Língua Portuguesa, Matemática nos três anos, a Reforma já prejudicará em um primeiro momento os professores de todas as outras disciplinas, que terão sua jornada de trabalho ainda mais precarizada ao terem que dividir sua carga horária em múltiplas escolas.

A possibilidade de que parte da carga horária do Ensino Médio seja realizada em disciplinas EaD (Educação à Distância) esconde, por trás do discurso de inovação tecnológica, a possibilidade crescente de privatização da Educação - seja através da compra de serviços como plataformas online ou compra de apostilas produzidas por empresas privadas ditas “especializadas em educação”. Ao mesmo tempo, exclui do processo educativo todo e qualquer estudante que não tenha acesso a computador e/ou internet em suas residências.

Por sua vez, o foco no ensino técnico demonstra bem os propósitos da BNCC e do Novo Ensino Médio: formar mão de obra minimamente qualificada (vide as únicas disciplinas comuns a todos os itinerários formativos) para manter o exército de reserva que atenda às demandas do capitalismo.

Estes são apenas alguns dos problemas causados pelo “Novo Ensino Médio”. Além destes, já facilmente identificados, outros pontos carecem de respostas: qual será o futuro do Ensino Médio noturno a partir do aumento da carga horária obrigatória? Sabemos que o público-alvo deste turno é predominantemente de trabalhadores que não possuem condições materiais concretas para se dedicarem a um ensino médio em tempo integral. Ou ainda: Qual será o futuro da carreira de professor, uma vez que as alterações na LDB preveem a contratação de não-licenciados que comprovem “notório saber” em suas áreas? Neste cenário, predominam as dúvidas e indefinições.

ESCOLA SEM PARTIDO (Lei da Mordça)

As discussões a respeito do projeto Escola sem Partido, que tem como principal defensora em Santa Catarina a deputada Caroline Campagnolo (PSL), tem tido avanços e

recuos nas disputas institucionais. Em Florianópolis, o Projeto da Escola Sem Partido foi rejeitado no dia 11 de março pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Vereadores, e este parecer deverá ir a plenário. Caso mantido, o projeto será arquivado; do contrário, voltará a tramitar nas demais comissões da Câmara. Em nível estadual, nos últimos anos também a disputa está se dando principalmente no âmbito do judiciário, como mostram alguns exemplos: em Blumenau no ano passado, a Procuradoria da Câmara havia considerado o projeto inconstitucional; em janeiro de 2019, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina autorizou a deputada do PSL a receber denúncias de alunos, e posteriormente o STF derrubou a decisão. Por sua vez, o imobilismo do SINTE em nada colabora para que as discussões sejam realizadas de maneira mais efetiva nas unidades escolares, permanecendo o tema sendo tratado apenas informalmente.

MP 873/19

No início de março de 2019, o governo Bolsonaro (PSL) lançou a MP 873, em mais uma tentativa de dificultar o financiamento dos sindicatos, em um documento que prevê que a contribuição sindical teria que ser descontada em boleto, e não mais em folha de pagamento. Assim como o projeto Escola sem Partido, a discussão sobre a MP 873 foi levada para o âmbito jurídico, onde a medida tem sido considerada inconstitucional. Acompanhando a tendência do sindicalismo brasileiro dos últimos anos, que tem focado suas ações na institucionalização das lutas dos trabalhadores, as centrais sindicais publicaram uma nota de repúdio que afirma que as centrais tomarão “todas as medidas de caráter legal e iniciativas junto ao Congresso Nacional e às bancadas dos partidos políticos”.

PROBLEMAS DE ESTRUTURA NAS ESCOLAS ESTADUAIS

Os problemas de estrutura nas escolas estaduais não são novidade. Esse problema já foi e é denunciado por diversos profissionais e entidades, chegando inclusive a ser reconhecido no Plano Plurianual vigente até este ano. Atualmente, de acordo com informações do SINTE, os pontos centrais de dificuldade são: (i) problemas de estrutura física e rede elétrica, com grande número de escolas que contam com a estrutura física em diferentes graus de comprometimento, sem o devido acompanhamento do Poder Público, o que expõe profissionais e alunos a risco nas atividades cotidianas, com redes elétricas em péssimas condições, telhados frágeis, dentre outros problemas; (ii) materiais de trabalho inadequados, em que o grande exemplo são os quadros de giz, ainda mantidos em algumas escolas, expondo professores e alunos a substâncias prejudiciais à saúde; (iii) problemas de informatização, caso em que após adotado o uso de diários de classe online, pelo governo,

ainda não foram fornecidos subsídios necessários para que os profissionais, de fato, possam implementar o sistema sem despesas pessoais, isto porque não está disponível sinal de internet adequado para isso, tampouco computadores e outros insumos essenciais para o trabalho.

PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E PRECARIZAÇÃO DAS FUNÇÕES ESCOLARES

Todos os problemas estruturais acima têm sido repassados nos últimos anos, pelas gestões da Secretaria de Educação, que mantém o discurso de estar fazendo levantamentos, que nunca terminam, para montar um plano de ação, que, obviamente, está longe de ser realizado. Porém, devemos incluir ainda a problemática da carência de profissionais especializados nas distintas áreas, dentro e fora da sala de aula.

O descaso com a leitura, competência fundamental na formação do ser humano, verificado pela inexistência do cargo de bibliotecária na rede estadual. Na realidade, muitas vezes sequer existe uma biblioteca, sendo sua ausência camuflada como “sala de leitura”. Em ambos os casos, estes espaços são supervisionados quase majoritariamente por professores readaptados que sequer recebem formação adequada para desempenhar as funções necessárias.

As salas de informática estão subutilizadas devido à obsolescência e falta de manutenção dos equipamentos, e de maneira similar a contratação de professores de informática se dá de maneira heterogênea e irregular nas escolas do estado. De maneira similar, a contratação de professores temporários para atuarem como segundo professor foi propositalmente negligenciada no processo seletivo de ACTs 2018, e só ocorreu após intervenção do sindicato frente à SED. A atuação destes profissionais é fundamental no atendimento de crianças e adolescentes diagnosticados com necessidades especiais, e a situação descrita anteriormente comprova onde estão as prioridades do atual governo - que segue a linha de seus predecessores no que tange à precarização crescente da educação pública.

A formação continuada é obrigatória no início do ano letivo, e não passa de vídeo-aulas com conteúdo decidido de maneira vertical dentro das salas da SED, apresentando temática e material que, devido a seu próprio caráter impositivo, não dialogam com as demandas reais de formação que os professores possuem. Neste cenário de faz-de-conta, as inúmeras carências de discussões políticas, formação técnica e troca de experiências é impossível de ocorrer.

Outro problema que atinge diretamente os estudantes é a merenda escolar, terceirizada. Os resultados dessa terceirização são alimentos altamente processados. A merenda do estado, conhecida como “risotolândia”, não oferece aos estudantes os nutrientes necessários para uma alimentação saudável e por conta disso muitos jovens estão apresentando anemia e aspecto depressivo.

PISO SALARIAL E PLANO DE CARREIRA

O Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica (PSPN), obteve um reajuste de 4,17% para o ano de 2019, conforme o valor publicado na Portaria interministerial nº 6 do MEC do dia 26/12/2018. Esse reajuste, que deveria ter validade a partir de 1º de janeiro de 2019 faria com que o piso, que atualmente é de R\$ 2.455,35 passasse para R\$ 2.557,73.

O reajuste do Piso deveria ser aplicado em todos os níveis da carreira, no entanto isto não acontece em Santa Catarina desde 2011. Desde então o governo somente vem reajustando o valor no início da carreira.

Em 2015 o governo aprovou o novo Plano de Carreira, a famigerada Lei 668, que incorporou a regência de classe, elevando o valor do piso estadual para além do valor nacional, argumento pelo qual, o governo não repassou ao magistério catarinense os reajustes do piso nacional de 2016, 2017 e 2018, aplicando apenas os percentuais da descompactação da tabela salarial conforme previsto na lei. Segundo as informações do SINTE, nas duas primeiras audiências com o novo governo, a pauta priorizou os quatro pontos aprovados em assembleia sobre pauta salarial, porém não há informes mais específicos.

Para além disso, outras problemáticas apontadas são a possibilidade do fim da estabilidade dos efetivos e remanejamento dos trabalhadores para onde houver carga horária compatível, diretamente relacionado ao Novo Ensino Médio. A hora atividade, além de ser extremamente reduzida, exige que neste período sejam inseridas informações para a plataforma online, reduzindo mais ainda o tempo de planejamento das aulas. O panorama geral dos professores no estado de Santa Catarina é de uma massa de desempregados, que compõem o grande exército industrial de reserva na educação, se submetendo às adversas condições de trabalho.

GT 3 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em Santa Catarina (SC), em 2017, 291.143 (81,2%) das matrículas do ensino superior estão em instituições privadas, na licenciatura a soma é de 62.547 (84,8%). 55.607 (75,4%) matrículas das licenciaturas são na modalidade a distância, destas 48.023 (86,4%) estão em IES particulares, que sozinhas na modalidade de educação a distância (EaD) concentram 65,1% das matrículas em licenciaturas. Entre as matrículas gerais privadas em EaD de SC, 64.557 receberam algum tipo de financiamento, entre eles os 7.866 bolsistas integrais e 717 parciais do PROUNI, 1.492 de financiamentos estaduais, seis de financiamentos estudantis municipais, 690 de financiamento reembolsável administrado pela Instituição de Ensino Superior, 214 de financiamentos externos às IES e 57.297 utilizam financiamento estudantil não reembolsável administrado pela IES.

Tabela 1 – Frequência e percentual de matrículas gerais e em licenciaturas no Ensino Superior de Santa Catarina, por categoria administrativa, 2017

	EaD		Presencial			TOTAL		
	N	%	TOT AL	N	CATEGO RIA	TOT AL	N	%
GERAL	1256			2328			3585	
	99	100	35,1	76	100	64,9	75	100
Federal	2254			4014			4240	
		1,8	0,6	8	17,2	11,2	2	11,8
Estadual	1730			1143			1316	
		1,4	0,5	4	4,9	3,2	4	3,7
Municipal	41			1182			1186	
		0,0	0,0	5	5,1	3,3	6	3,3
Particular	1100			5047			1605	
	58	87,6	30,7	5	21,7	14,1	33	44,8
Privada sem Fins	1161			1189			1306	
	6			94				
Lucrativos		9,2	3,2		51,1	33,2	10	36,4
LICENCIATU RA	5560			1814			7375	
	7	100,0	75,4	3	100,0	24,6	0	100
Federal	976	1,8	1,3	5293	29,2	7,2	6269	8,5

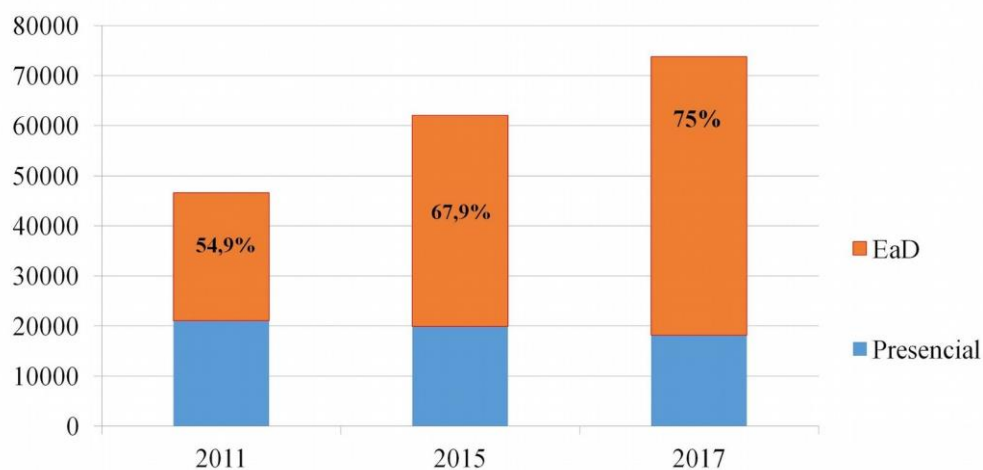
Estadual	1463	2,6	2,0	1721	9,5	2,3	3184	4,3
Municipal	40	0,1	0,1	1710	9,4	2,3	1750	2,4
Particular	4802			1863			4988	
	3	86,4	65,1		10,3	2,5	6	67,6
Privada sem fins				7556				
							1266	
Lucrativos	5105	9,2	6,9		41,6	10,2	1	17,2

Fonte: INEP (2017).

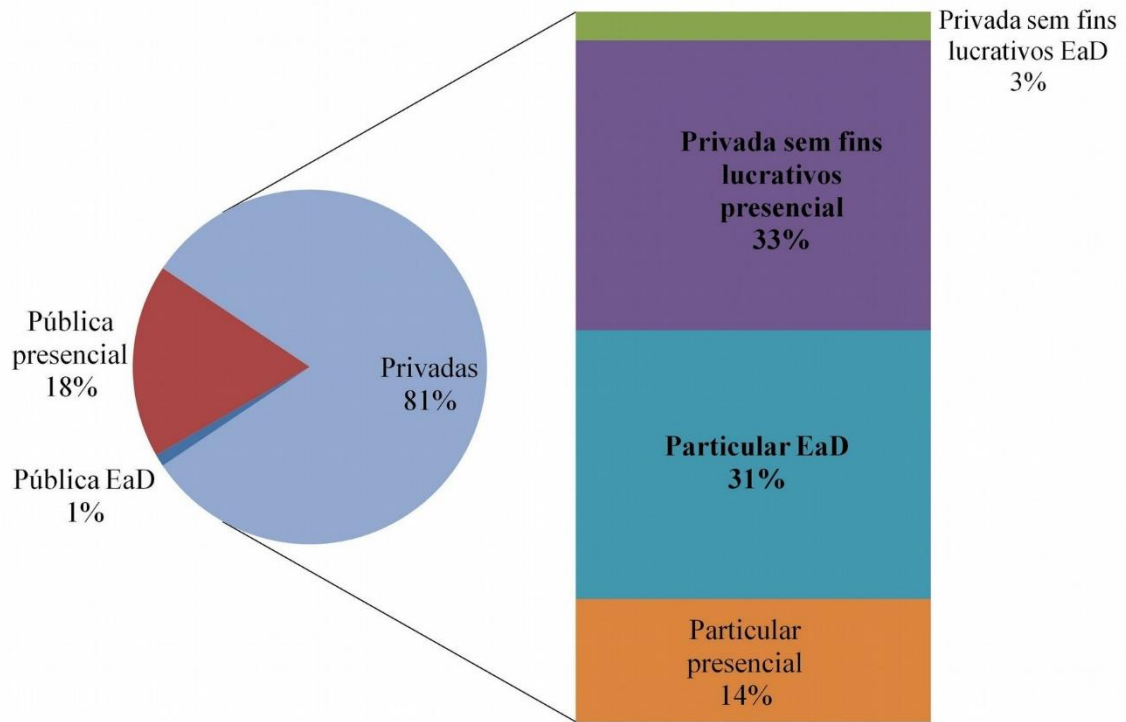
Nota: Elaboração própria.

Os professores de Santa Catarina vem sendo formados, majoritariamente na modalidade a distância conforme gráfico 1. Somos o estado brasileiro com maior percentual de matrículas EaD na formação de professores, cabendo destacar que a maior parcela desse total se concentra nos cursos de Pedagogia e Educação Física.

Gráfico 1: Número de matrículas em licenciaturas da área educação em Santa Catarina por modalidade de ensino, 2017



Percentual de matrículas no Ensino Superior por categoria administrativa – 2017 – Santa Catarina, Brasil



Percentual de matrículas em licenciaturas por categoria administrativa – 2017 – Santa Catarina, Brasil

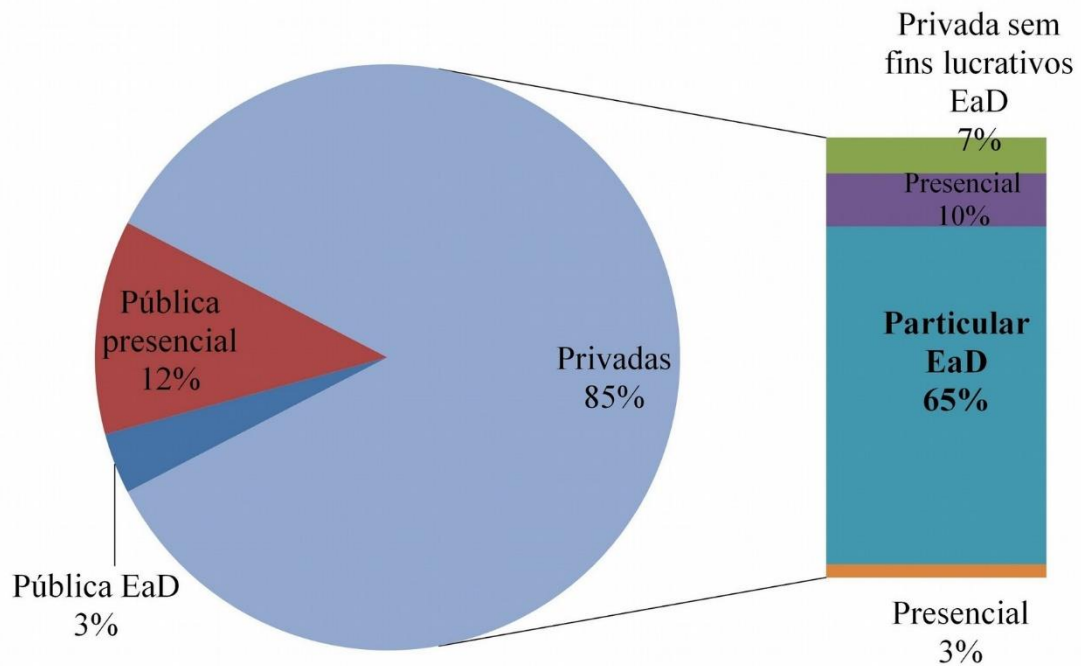


Tabela 2 – Matrículas em licenciaturas em Santa Catarina por modalidade de ensino e categoria administrativa, 2011, 2015, 2017.

	2011		2015		2017	
	N	%	N	%	N	%
	1469		1753		1120	
PÚBLICA	6	31,5%	6	28,3%	3	15,2%
	1148		1037			
Presencial	3	24,6%	2	16,7%	8724	11,8%
EaD	3213	6,9%	3413	5,5%	2479	3,4%
	2183		3771		4988	
PARTICULAR	4	46,8%	2	60,8%	6	67,6%
Presencial	2431	5,2%	2458	4,0%	1863	2,5%
	1940		3525		4802	
EaD	3	41,6%	4	56,8%	3	65,1%
PRIVADA	1007		1056		1266	
SEM FINS	7	21,6%	0	17,0%	1	17,2%
Presencial	7117	15,3%	7072	11,4%	7556	10,2%
EaD	2960	6,4%	3488	5,6%	5105	6,9%
	4660		6205		7375	100,0
TOTAL	7	100,0%	7	100,0%	0	%
	2103		1990		1814	
Presencial	1	45,1%	2	32,1%	3	24,6%
	2557		4215		5560	
EaD	6	54,9%	5	67,9%	7	75,4%

Fonte: INEP (2017).

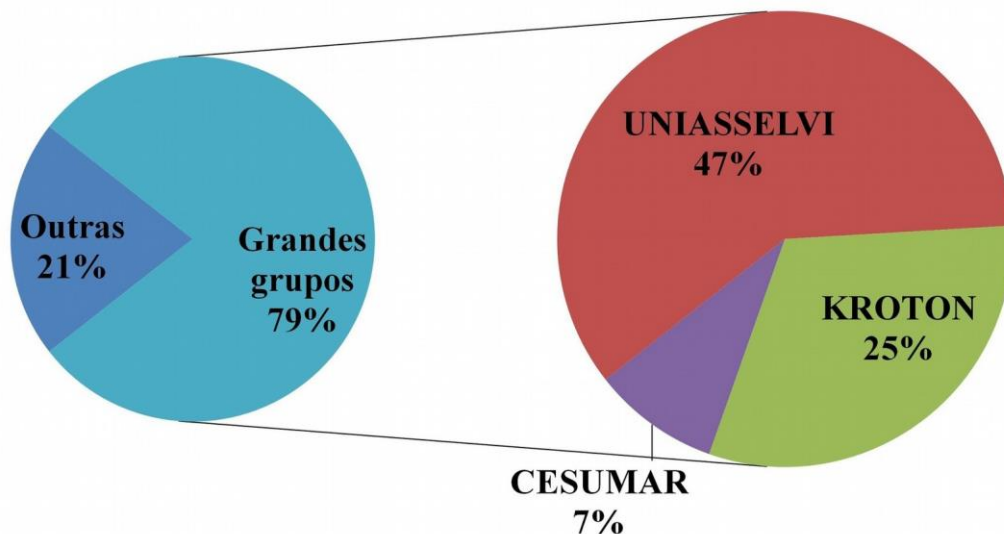
Nota: Elaboração própria.

A IES Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S LTDA (UNIASSELVI) concentrou 59.110 (47%) matrículas em EaD no estado e é controlada por grupos norte americanos. Em 2015 havia sido vendida pelo Grupo Kroton “às gestoras de *private equity* Carlyle e Vinci Partners”, e em 2018 25% da empresa “foi vendida por R\$ 375 milhões para o fundo americano Neuberger Berman”. Dessa quantia, 112,5 milhões serão utilizados para novas aquisições, “preferencialmente de instituições de graduação on-line” (KOIKE, 2018)¹,

¹ KOIKE, Beth. Após aporte de novo sócio, Uniasselvi prevê aquisições. *Valor*. 19/06/2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5603477/apos-aporte-de-novo-socio-uniasselvi-preve-aquisicoes>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

haja vista que o crescimento de polos não impacta financeiramente ao grupo e traz ganhos em escala. O barateamento dos polos de apoio presencial se deve à terceirização dos mesmos, quem investe são os donos dos polos em um sistema de franquia. A UNIASSELVI fornece a marca, plataforma e cursos prontos e o dono do polo investe no espaço e demais despesas. Em segundo lugar vem a Faculdade Pitágoras Unopar com 16.826 (13,4%) matrículas e a Faculdade Pitágoras de Uberlândia com 14.236 (11,3%), ambas mantidas pela a Editora e Distribuidora Educacional S/A do grupo Kroton, totalizando (31.062) 24,7% matrículas. Em terceiro o Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR), mantido pelo Centro de Ensino Superior de Maringa Ltda (CESUMAR) com 8.948 (7,1%). Na soma esses três grupos empresariais (UNIASSELVI, KROTON e CESUMAR) somam 99.120 (78,9%) das 125.699

Percentual de matrículas EaD no Ensino Superior dos três maiores grupos empresariais em relação ao geral – 2017 – Santa Catarina, Brasil



matrículas em Ead em SC, no ano de 2017.

Também de Santa Catarina é a maior empresa de produção de conteúdos para cursos EaD, a FabriCO. Fornece cursos para o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), diversas empresas estatais e também para a Uniasselvi. Para criação da plataforma WayCO, seu principal produto, recebeu aporte financeiro da FAPESC e do CNPq. Atualmente sua expansão inclui países da América Latina como México e suas ações são negociadas na bolsa

de valores (DTCOM, 2018a, 2018b)².

² DTCOM. *Quem somos*. 2018a. Disponível em: <<https://dtcom.com.br/>>. Acesso em: 04/02/2019. DTCOM. *Rumo ao mercado internacional, DTCOM firma contrato no México!*. 2018b. Disponível em: <<https://dtcom.com.br/blog/mercado-internacional-ead-mexico/>>. Acesso em: 04/02/2019.

PÓS GRADUAÇÃO

1. As muitas pós-graduações no estado e as poucas ações afirmativas

Quando analisamos as universidades públicas e institutos federais em Santa Catarina, encontramos cursos de pós graduação oferecidos em 5 instituições públicas diferentes, entre mestrado e doutorado *strictu sensu*, mestrado profissional e especializações. Importante atentar para o perfil de ingresso de estudantes nessas instituições, onde as ações afirmativas não estão presentes em todos os programas.

Na **Universidade Federal de Santa Catarina** temos 86 diferentes programas de pós graduação³. Apenas 9%⁴ possui normativa de ações afirmativas para o processo de ingresso nos cursos. Na **Universidade do Estado de Santa Catarina** dos 53 cursos⁵, sendo a única especialização da lista à distância, encontramos apenas um edital de ingresso⁶ com vagas de ações afirmativas. No **Instituto Federal de Santa Catarina**, dos 105 cursos entre mestrado e especializações⁷, sendo 64 EaD, há vagas de ação afirmativa apenas para os cursos de mestrado profissional, segundo instrução normativa nº 17, de 12 de dezembro de 2018. Enquanto no **Instituto Federal Catarinense**, dos 15 cursos⁸, entre mestrado profissional e especializações, nenhum possui ações afirmativas para o ingresso de estudantes. A única universidade pública do estado que possui ações afirmativas como prerrogativa de todos os cursos de pós graduação é a **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Através da resolução nº 08/2017 – CONSUNI/CPPGEC, todos os 48 cursos e as 3 residências médicas⁹ usa o critério de cotas em seu sistema de ingresso.

Entendemos que **as ações afirmativas na pós graduação são indispensáveis**, a fim de instituir um acesso de pessoas negras, indígenas e quilombolas, ampliar o debate sobre esses grupos e romper com a produção de conhecimento elitista e branco da pós graduação brasileira.

³ Universidade Federal de Santa Catarina, Pró-Reitoria de Pós-Graduação. <propg.ufsc.br/cap/programas-de-pos-graduacao/>. Acesso em março de 2019.

⁴ *Ações afirmativas na Pós-Graduação* da Associação de Pós-Graduandos da UFSC <apg.ufsc.br/acoes-afirmativas-na-pos-graduacao/>. Acesso em março de 2019.

⁵ Universidade do Estado de Santa Catarina <udesc.br/posgraduacoes>. Acesso em março de 2019

⁶ *Edital de Processo Seletivo para nova turma de mestrado e doutorado em Teatro*, UDESC. <udesc.br/ceart/noticia/udesc_lanca_edital_de_processo_seletivo_para_nova_turma_de_mestrado_e_doutorado_em_teatro>. Acesso em março de 2019.

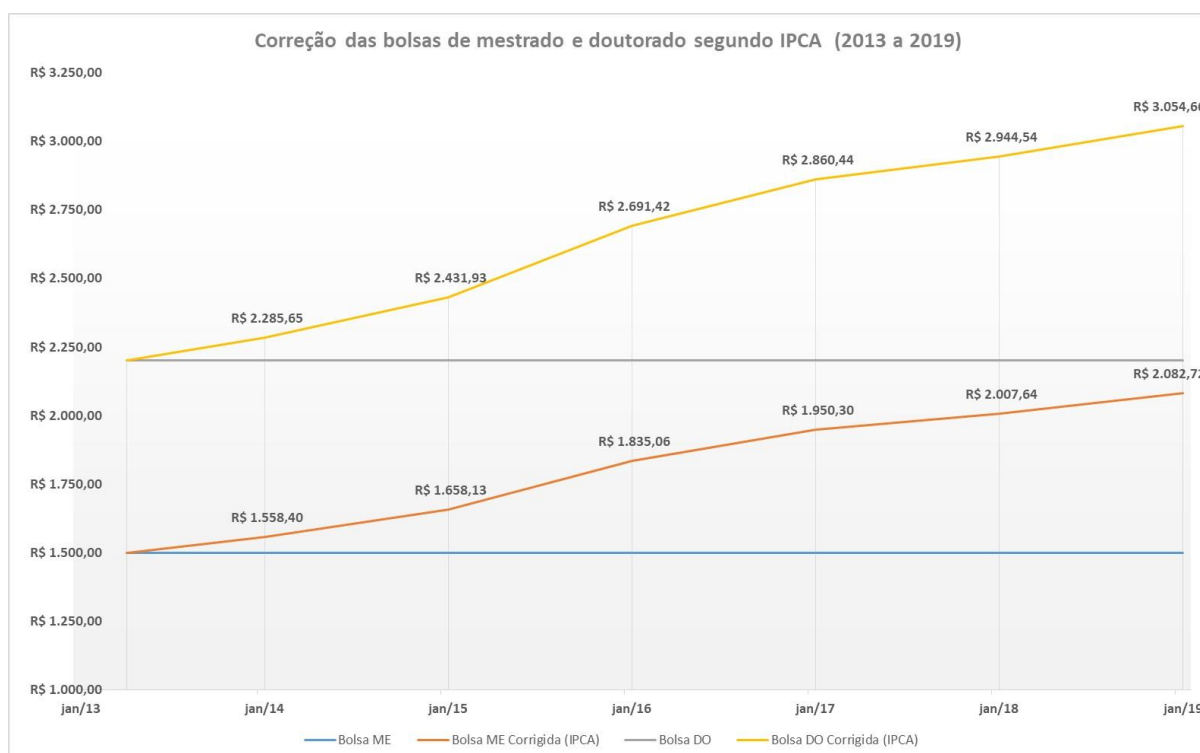
⁷ Instituto Federal de Santa Catarina <ifsc.edu.br/pos-graduacao/>. Acesso em março de 2019.

⁸ Instituto Federal Catarinense <ifc.edu.br/pos-graduacao/>. Acesso em março de 2019

⁹ Universidade Federal da Fronteira Sul <uffrs.edu.br/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/pos-graduacao/>. Acesso em março de 2019.

2. Falta de reajuste nas bolsas

O último reajuste das bolsas de mestrado e doutorado ocorreu em 1º de abril de 2013 e desde lá seguimos com o aumento do custo de vida para pós graduandas e pós graduandos. Se o reajuste atualmente fosse realizado de acordo com a inflação do período - que já somou 37% desde 2013 - e com referência no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o valor das bolsas seriam: de mestrado um equivalente a R\$ 2082,72 e doutorado R\$ 3054,66, como podemos observar no gráfico elaborado pela Associação Nacional de Pós Graduandos (ANPG) em fevereiro de 2019¹⁰.



Atualmente a bolsa de mestrado é de R\$1500 e de doutorado R\$2200, o que não se alterou de forma significativa desde 1995 - como mostra o gráfico¹¹ abaixo.

¹⁰ *O reajuste das bolsas da pós graduação é urgente e necessário*, da Associação Nacional de Pós Graduandos <anpg.org.br/04/02/2019/o-reajuste-das-bolsas-de-pos-graduacao-e-urgente-e-necessario/>. Acesso em março de 2019

¹¹ *Cartilha do reajuste de bolsas*, da Associação Nacional de Pós Graduandos <anpg.org.br/wp-content/uploads/2019/02/cartilha-reajuste-2-1.Pdf>. Acesso em março de 2019

Linha temporal de valores de bolsas de estudo CAPES/CNPQ



Atualmente, o não aumento de bolsas vem sendo justificado pela Emenda Constitucional 95, aprovada em 2016 e que prevê o congelamento de investimentos durante os próximos vinte anos. No entanto, além da revogação imediata da EC95, a APG-UFSC entende que há como buscar no orçamento nacional formas de subsidiar o aumento das bolsas de mestrandas e doutorandas - como mostra o esquema abaixo.



3. UFSC e os cursos de especialização pagos

Em fevereiro de 2019, houve uma primeira tentativa de aprovação de um curso de especialização (pós-graduação *lato sensu*) na Câmara de Pós-graduação (CPG), espaço deliberativo institucional da Universidade quanto aos assuntos da pós graduação, com representação administrativa, docente e discente. Tal curso, chamado *Inovação e empreendedorismo*, previa a cobrança de uma mensalidade de R\$ 530,00 de cada estudante matriculado. Essa votação retirada de pauta para dar lugar a uma anterior que diz respeito à regulamentação geral que permite cursos de especialização pagos dentro da UFSC, a qual ainda está em trâmite.

A existência de um curso pago em uma universidade pública fere seu princípio de gratuidade e seu caráter público¹². Nos últimos anos vemos um crescente desmonte da universidade pública: o abandono de sua função social, o financiamento de universidades privadas mediante endividamento estudantil junto aos bancos, os decrescentes investimentos em acesso e permanência. Além disso, novamente a EC 95/2016 agrava a situação.

4. A FAPESC e a iniciativa privada

No início de 2019, várias/os pós-graduandas/os da Universidade Federal de Santa Catarina que recebem bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) relataram que o pagamento referente à janeiro só foi efetivado no dia 20 de fevereiro. Quando questionada pela APG- UFSC, a fundação afirmou que o problema se deve à “troca de gestão” em meio ao funcionamento atípico da máquina administrativa em janeiro, o que ainda que poderia se repetir pelos próximos dois meses. Esse atraso contrasta com o imediatismo que a FAPESC atribuiu ao cancelamento da bolsa “em caso de insuficiência de desempenho do bolsista” (embora sem qualquer critério que defina tal insuficiência) no edital de outubro de 2017¹³.

Além do problema do repasse de bolsas e o aparente descaso com a permanência estudantil, a FAPESC caminha a passos largos e com os braços abertos ao encontro da iniciativa privada. O atual presidente empossado pelo novo governador de Santa Catarina, Carlos Moisés (PSL), Fabio Holthausen defende que a Universidade assuma “uma postura mais inovadora e empreendedora, seja contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura mais inovadora e empreendedora nas regiões onde atuam, seja transferindo o conhecimento existente entre ‘seus muros’ para o setor produtivo, para o governo e para a sociedade, seja adotando estratégias que as tornem, elas próprias, organizações inovadoras e

¹² *Especializações pagas: por que ser contra?*, da Associação de Pós Graduandos da UFSC <apg.ufsc.br/2019/03/27/especializacoes-pagas-por-que-ser-contra/>. Acesso em março de 2019.

¹³ *FAPESC lança chamada de bolsas de mestrado e doutorado*, da Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina <fapesc.sc.gov.br/fapesc-lanca-chamada-de-bolsas-de-mestrado-e-doutorado>. Acesso em março de 2019

empreendedoras”¹⁴.

Não é dessa gestão que a FAPESC assume um discurso de pacto com os empresários catarinenses. A gestão anterior de Sergio Luiz Gargioni, já enfatizava apenas questões de mercado e financiamento de empresas, deixando de lado a pesquisa básica, as ciências humanas, a educação, as bolsas e a demanda por uma produção científica e tecnológica a serviço das necessidades da maioria do povo¹⁵. Não há horizonte possível de financiamento público da ciência em Santa Catarina enquanto a direção da FAPESC estiver defendendo uma política de redistribuição regressiva de renda. Para impulsionar e aprimorar a ciência catarinense, é necessário debater profundamente o que se entende por ciência, qual seu papel em uma sociedade profundamente desigual, e melhorar qualitativamente a distribuição de recursos segundo essa concepção revigorada daquilo que a ciência pode fazer pelo povo catarinense.

5. CAPES-PRINT

Está em voga nos últimos anos, um processo de internacionalização dos programas de pós-graduação, a fim de submeter a Ciência nacional aos modelos geopolíticos e restringir a autonomia de pesquisa brasileira. Em 2017 temos o lançamento do edital do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES- PrInt) que prevê uma nova organização para bolsas de sanduíche em universidades do exterior durante a pós-graduação, com foco no doutorado e pós-doutoramento. O programa é imposto de forma arbitrária e de cima para baixo, além de surgir em meio a diversas dúvidas por parte de professores e estudantes. Há nesse programa um ranqueamento entre supostas “áreas prioritárias” e a elitização dos programas de acordo com sua nota na CAPES, com prioridade para programas nota 5, 6 e 7.

No edital lançado pela CAPES em 2017¹⁶, a palavra “gestor” é central, o que nos remete à lógica empreendedora e capitalista a qual esse programa está submetido. Além disso, a parceria com as instituições se dá com países com os quais a Capes mantém “cooperação efetiva”, sendo 15, dos 26 países listados, europeus e os demais reconhecidas economias mundiais¹⁷. Importante ressaltar também que o edital alerta para a contratação de professores com “reconhecido desempenho científico em nível internacional”, ou seja, só reforça o caráter produtivista do horizonte de Ciência defendido.

¹⁴ *Com governador Moisés, FAPESC continua na direção errada*, da Associação dos Pós-Graduandos da UFSC <apg.ufsc.br/2019/01/08/com-governador-mois-es-fapesc-continua-na-direcao-errada/>. Acesso em março de 2019.

¹⁵ *A FAPESC precisa de uma direção comprometida com a Ciência e a Tecnologia Públicas*, da Associação de Pós-Graduandos da UFSC. <apg.ufsc.br/2018/07/17/a-fapesc-precisa-de-uma-direcao-comprometida-com-a-ciencia-e-tecnologia-publicas/>. Acesso em março de 2019

¹⁶ *Edital 41/2017 - CAPES PrInt* <capes.gov.br/images/novo_portal/editais/editais/20032019_CAPES_PrInt_EDITAL_41_2017_-_ALTERA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em março de 2019.

¹⁷ Anexo I: relação dos países com os quais a cooperação científica e acadêmica com o Brasil tem se mostrado mais efetiva, CAPES-PrInt <capes.gov.br/images/stories/download/editais/02022018-Edital-41-2017-Print-alteracao-anexo-1.pdf>. Acesso em março de 2019

O CAPES-PrInt ainda gera um certo monopólio das pesquisas disponíveis para internacionalização, tendo temas prioritárias de investimento. No edital lançado pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2018¹⁸, as prioridades são:

- “a)Internacionalização do ensino superior, incluindo linguagem, cultura e identidade;
- b)Sustentabilidade ambiental, incluindo gestão de recursos hídricos e de resíduos, fontes renováveis de energia, e conservação e uso da biodiversidade;
- c)Indústria 4.0, incluindo automação, internet das coisas, e computação em nuvem;
- d)Biotecnologia e biomedicina, incluindo saúde humana;
- e)Nanociência e nanotecnologia, incluindo materiais, fármacos,compósitos, sensores e dispositivos”.

Autonomia

A concepção de autonomia (didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial) está vinculada ao financiamento, o que pressupõe o financiamento público como garantia para a autonomia universitária. Esta está prevista no artigo 207 da Constituição Federal.

A autonomia também está vinculada com o funcionamento democrático das instituições, com base em colegiados e cargos de direção eletivos. Uma ameaça que se coloca no atual governo é a indicação de reitores não eleitos democraticamente. Ainda que vigore a legislação do período da ditadura empresarial militar, há uma prática difundida amplamente entre as universidades de consulta à comunidade para o cargo de reitor e encaminhamento de uma lista tríplice ao MEC com os mais votados, a qual costuma ser respeitada indicando o mais votado, com algumas exceções. O governo atual já anunciou que não tem compromisso com essa prática democrática.

Recentemente fomos surpreendidos também pelo Decreto nº 9.725, de 12 de março de 2019, que tratou da extinção de milhares de cargos na Administração Pública Federal, com a exclusão imediata de mais de 2 mil vagas em funções gratificadas e/ou comissionadas no âmbito da educação superior pública brasileira, além de milhares de vagas administrativas no âmbito geral da Administração Pública. Além disso, condena ao fim mais milhares de vagas a partir do segundo semestre de 2019. Foram extintas todas as funções gratificadas de cinco universidades federais. Também foram extintas mais de mil e oitocentas vagas de Coordenação de Curso das Universidades Federais. Isso pode significar, com a exclusão do pagamento da gratificação, que o exercício da função de Coordenação, indispensável ao funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação nas Universidades continue a ser

¹⁸ *Edital conjunto CG-PRINT/UFSC nº. 01/2018/PROPG/PROPESQ, de 15 de janeiro de 2018, da Universidade Federal de Santa Catarina <http://propg.ufsc.br/files/2016/07/Edital-Retificado-01_2018_PROPG_PROPESQ.pdf>. Acesso em março de 2019.*

feito pelos professores, sem que essa seja sua atribuição, sem a respectiva retribuição financeira pelo exercício da atividade.

Em outro âmbito, as ações da Polícia Federal e da Polícia militar nas universidades públicas têm revelado o ataque à autonomia das mesmas. Duas situações recentes acontecidas na UFSC exemplificam o problema. O episódio da invasão do Bosque pela Polícia Federal em 2014, feita de forma truculenta com agressão a estudantes e professores com a suposta alegação de reprimir o tráfico de drogas no ambiente acadêmico. Continuam sofrendo processos judiciais professores, TAES e estudantes da UFSC, com a intenção de intimidar e criminalizar, bem como desqualificar a imagem da universidade pública. Outro caso se refere à Operação *Ouvidos Moucos* que investigou desvio de dinheiro de programas de ensino à distância na UFSC, via Fundações de “apoio”, em 2017. A ação truculenta da Polícia Federal levou ao suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier. Quanto às fundações de apoio, além de serem de direito privado, elas atuam sem controle efetivo por parte das universidades. O recurso público tem que ser gerido de forma transparente e ser utilizado unicamente para o financiamento das atividades universitárias, de finalidade social e não individual.

Além da presença de fundações de direito privado nas instituições públicas, outras organizações passam a gerir espaços e recursos públicos. É o caso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, a qual se constitui em ataque à autonomia universitária e aos serviços prestados nos Hospitais Universitários. Os problemas iniciaram no processo de adesão das universidades. Na UFSC, por exemplo, foi feita uma consulta à comunidade que resultou na posição contrária à adesão, ainda assim ela foi acordada numa reunião do Conselho Universitário realizada no Colégio Militar, sede da Polícia Militar e com forte aparato de segurança. Após mais de três anos de adesão à EBSEH na UFSC, a precarização dos serviços, do atendimento à população e dos profissionais da saúde continua.

A difusão do Projeto Escola Sem Partido (ou Escola com Mordação) constitui-se em outra ameaça à autonomia universitária, particularmente autonomia didático científica. Este visa o controle das atividades acadêmicas, dos professores, dos livros e materiais didáticos e dos estudantes, bem como difunde o assédio moral, opressão e discriminação de gênero, etnia, diversidade sexual e de pessoa com deficiência. O controle ideológico tem o objetivo de impedir qualquer forma de resistência ao processo de privatização em curso. É expressão da onda conservadora e antidemocrática que avança sobre o país e atenta contra a liberdade de pensamento, de expressão e de ensino, assegurada pela Constituição Federal de 1988 (Art. 5º, incisos IV, VIII e IX; Art. 206, incisos II e III).

Por fim, a aceleração dos processos diretos e indiretos de privatização das universidades públicas remete às parcerias público-privadas, nas quais as universidades têm total autonomia para empreender, inovar, fazer negócios e parcerias.

Com relação às instituições privadas de ensino superior, a autonomia interna dos

professores e gestores é ainda mais limitada, visto que a autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial são reguladas pelas prioridades determinadas pelo lucro (daquelas instituições mercantis) ou pelos fundos advindos do pagamento de mensalidades, de programas com fundos públicos (PROUNI e FIES) e outros.

No que diz respeito à pós-graduação, é mais evidente ainda a dependência da autonomia ao financiamento.

Por último, não podemos deixar de nos remeter à atual militarização do MEC (os militares ocupam postos estratégicos como o próprio ministro e outros 6 militares, a presidência da CAPES, a regulação do ensino superior e a distância, gerenciamento da EBSEH), a presença dos evangélicos, a presença de representante do Escola Sem Partido na Coordenação do ENEM e o pano de fundo da política econômica neoliberal. Nas disputas entre militares, *olavistas*, evangélicos, há o consenso sobre o controle ainda maior das instituições e limitação da autonomia.

Diante de tudo isso, nos cabe a defesa da autonomia universitária, tendo por base um projeto de universidade classista e democrático, com base na gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica.

Financiamento e seus problemas:

A Ementa Constitucional 95 (EC 95) é uma afronta ao conjunto dos serviços públicos, pois altera o Ato das Disposições Transitórias para instituir o novo regime fiscal. Esta ementa limita em 20 anos o orçamento fiscal individualizado para as despesas primárias. Tomou como base o orçamento fiscal de 2015 acrescido a cada ano do IPCA e veda a abertura de créditos suplementares. O Presidente poderá propor novo método de correção do valor depois de 10 anos de exercício. Além de termo um contingenciamento no âmbito do orçamento fiscal desde 2014 às universidades federais vêm sofrendo cortes orçamentários que chegaram a uma ordem de 30% de corte em despesas de custeio e 70% de corte nas despesas de capital. E esta é a realidade de financiamento da UFSC e da UFFS atualmente.

Já a UDESC também sofre o mesmo movimento, segundo os relatórios de Gestão o orçamento tanto de receita quanto das despesas da UDESC estão em torno de 8,89% do PIB do Estado e mantém uma constância, no entanto encontramos notícias esparsas sobre problemas financeiros e possíveis soluções como o rebaixamento de salários dos professores substitutos, proposta que não foi aprovada conforme reunião da Consepe da Udesc, na tarde de 19.02.2019.

Outro problema que ainda é uma ameaça é a Desvinculação Total das Receitas da União. Hoje a educação pública tem uma vinculação de 25% da arrecadação dos estados e municípios e complementação de até 18% da União. Se aprovada a desvinculação estes percentuais não precisaram ser cumpridos, precarizando ainda mais os recursos para educação.

GT 4 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional e tecnológica (EPT) consiste em uma das modalidades e níveis de ensino definidos no Capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei 9394/1996)¹⁹ que entende a mesma como uma possibilidade de formação que deve ser integrada aos diferentes níveis de ensino e modalidades além das dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Segundo a LDB, a EPT abrange os seguintes cursos: a) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; b) de educação profissional técnica de nível médio; e c) de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. A LDB também dispõe que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional”. A LDB prevê que o conhecimento adquirido no mundo do trabalho pode ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para o prosseguimento ou conclusão de estudos, como exemplo da Rede Certific, vinculada ao MEC. A EPT é ofertada por diferentes redes de ensino, tanto pública (federal, estadual e municipal) quanto privada.

Em Santa Catarina, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é oferecida em todas as suas formas: articulada com o Ensino Médio (integrada e concomitante) e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio. A Secretaria de Estado da Educação possui Centros de Educação Profissional (CEDUP's), distribuídos pelo estado e que atendem os setores primário, secundário e terciário. Os CEDUPs atendem cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), além dos cursos concomitantes e subsequentes. (Fonte: SED/SC)

No estado existem diversas instituições que ofertam EPT. Da rede federal temos o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Federal Catarinense (IFC); da rede estadual existe o Centro de Educação Profissional (CEDUP) e na rede privada diversas instituições oferecem diferentes modalidades de cursos em EPT, com destaque para o Sistema S (SENAI, SESC, SENAR).

Por exemplo o SENAI conta com 66 unidades fixas e 23 unidades móveis. Presente em 250 dos 295 municípios do estado. O Instituto Federal Catarinense (IFC) possui atualmente 15 *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul (11), Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, uma Unidade Urbana em Rio do Sul, além da Reitoria, instalada na cidade de Blumenau. O IFSC conta com 22 câmpus espalhados por todas as regiões de Santa Catarina, dotados de autonomia administrativa e oferta própria de cursos, elaborada de acordo com as necessidades locais. São eles: no Sul:

¹⁹ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/CARVALHO \(2015\) HOLOS, Ano 31, Vol. 8 5170320/65.pdf?sequence=3](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/CARVALHO%20(2015)%20HOLOS,%20Ano%2031,%20Vol.%208%205170320/65.pdf?sequence=3)>. Acesso em 14 mar. 2019

Araranguá, Criciúma, Garopaba e Tubarão. No Vale do Itajaí: Gaspar e Itajaí. Na Grande Florianópolis: Florianópolis, Florianópolis - Continente, Palhoça e São José. No Oeste: Caçador, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Xanxerê. No Planalto Serrano: Lages e Urupema. No Norte: Canoinhas, Jaraguá do Sul - Centro, Jaraguá do Sul - Rau e Joinville.

Os CEDUPs atendem cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), além dos cursos concomitantes e subsequentes. O Estado conta com 20 unidades, localizados nos municípios de Tubarão, Criciúma, Laguna, Blumenau, Lages, Joinville, São José do Cerrito, Água Doce, Canoinhas, Campo Erê, São Miguel do Oeste, Mafra, Timbó, Guarimirim, Abdon Batista, Rio Fortuna, São Bento do Sul, Curitibanos, Florianópolis e Chapecó. É importante destacar que o curso de Magistério apresenta um número importante de matrículas, sendo ofertado em 66 escolas estaduais.

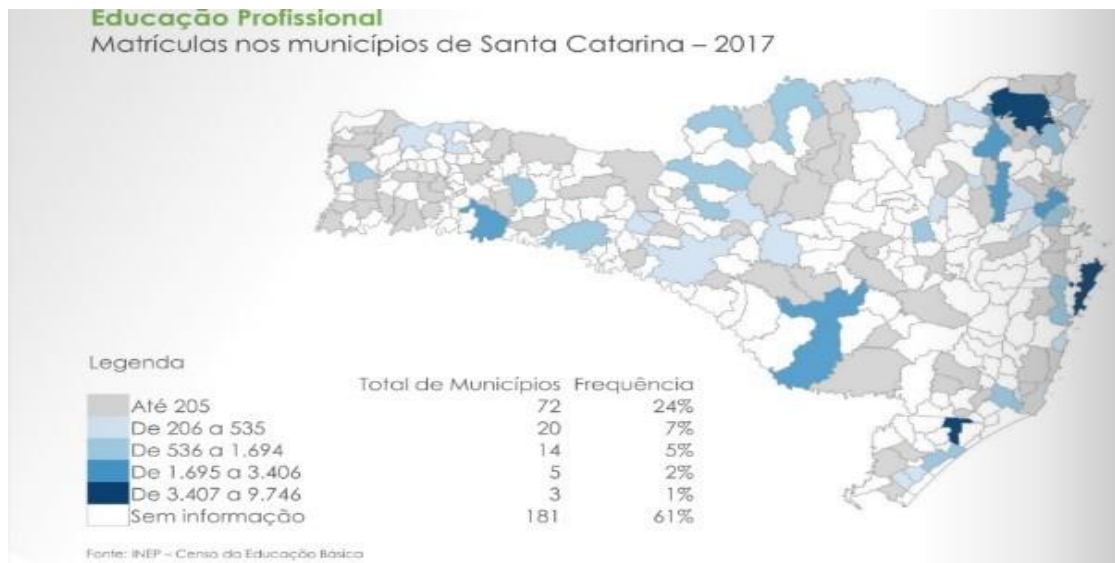
Entre os anos de 2010 e 2017 houve uma importante expansão da oferta de EPT no estado, principalmente da oferta de ensino médio integrado, sendo a expansão das instituições federais (IFSC e IFC) o principal vetor de tal crescimento.

Educação Profissional
Matrículas por forma de articulação, em Santa Catarina – 2010 a 2017

Forma de Articulação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	8.134	9.902	11.622	12.200	13.181	11.433	13.104	14.657
Ensino Médio Normal/Magistério	6.781	6.011	5.163	4.965	4.712	4.697	5.227	5.874
EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano	-	-	241	122	56	-	-	-
Curso Técnico (Ensino Médio) Integrada à EJA	398	518	289	484	363	196	165	348
Curso Técnico - Concomitante	11.063	7.266	14.184	20.017	17.241	12.550	10.552	8.286
Curso Técnico - Subsequente	28.053	30.482	26.999	28.645	36.903	33.671	30.471	31.605
Curso FIC	330	370	162	419	241	280	1.958	885
Total	54.759	54.549	58.660	66.852	72.697	62.827	61.477	61.655

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica
Nota: Inclui matrículas das seguintes Etapas de Ensino: Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), Ensino Médio Normal/Magistério, Cursos Técnicos Concomitante e Subsequente, Curso FC Concomitante, Cursos FC Integrado à EJA de níveis Fundamental e Médio, EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio) de Ensino Regular, Especial e/ou EJA.

A distribuição geográfica das matrículas em EPT está diretamente relacionado aos centros econômicos mais dinâmicos do Estado. Cidades como Joinville, Florianópolis, Criciúma, Lages, Chapecó, Blumenau e Jaraguá do Sul se que destacam pelo número elevado de matrículas.



No estado a maior parte das matrículas concentra-se na rede pública, 55,23% do total, com destaque para as redes federal e estadual. A rede privada apresenta um grande número de matrículas, com 44,77% da oferta.



Interessante notar que a distribuição das matrículas muda consideravelmente quando analisado o tipo de curso ofertado. O ensino médio integrado é majoritariamente ofertado pela rede pública, federal e estadual, (IF's e CEDUP's), que atende um público mais jovem, principalmente adolescentes entre 14 e 19 anos. Já os cursos subsequentes e concomitantes são ofertados predominantemente na rede privada, que em geral, abarca um público que já está inserido ou buscando inserção no mundo do trabalho.

Educação Profissional

Estabelecimentos de ensino por dependência administrativa e zona de localização, em Santa Catarina – 2017

	Localização/Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Urbana	265	34	106	1	124
Rural	13	3	9	-	1
Total	278	37	115	1	125

Educação Profissional

Estabelecimentos de ensino por dependência administrativa e forma de articulação, em Santa Catarina – 2017

Forma de articulação	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	29	47	-	4	80
Ensino Médio Normal/Magistério	-	66	-	-	66
Curso Técnico (Ensino Médio) Integrada à EJA	3	-	-	2	5
Curso Técnico - Concomitante	16	8	-	85	109
Curso Técnico - Subsequente	28	17	1	99	145
Total	76	138	1	190	405

O Plano Nacional de Educação (Lei N° 13.005/2014) sinaliza para duas metas em relação a educação profissional: a) Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional; b) Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Já o Plano Estadual de Educação (Lei N° 16.794, de 14 de dezembro de 2015)²⁰ aponta para as seguintes metas para EPT, a serem atingidas entre 2015 e 2024: a) Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência deste Plano; b) Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da expansão no segmento público.

A reforma do ensino médio (Lei n° 13.415/2017) trouxe como mudança significativa na estrutura curricular do ensino médio a possibilidade de oferta da educação técnica e profissional como um itinerário formativo, que pode ser ofertado pelos diferentes sistemas de ensino.

Novos apontamentos:

Como novos apontamentos acolhidos na 2ª Etapa Preparatória de Santa Catarina para o III Encontro Nacional de Educação e que nas próximas atividades da COEEDep serão desdobrados em investigações desse GT, indica-se:

- a) investigar o conteúdo da formação voltado para os interesses dos arranjos

²⁰ SANTA CATARINA. Lei n° 16.794, de 14 de dezembro de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16970-plano-estadual-de-educacao>> Acesso em: 29 mar 2019.

- produtivos locais;
- b) investigar os interesses subjacentes ao boicote sofrido pelo IFC de Abelardo Luz em razão de ter um projeto educativo vinculado ao movimento social;
 - c) investigar o aumento do Ensino Médio Integrado no IFSC, no qual apresenta permanência estudantil precária e um baixo número de concluintes em comparação aos ingressantes;
 - d) Explorar a relação existente entre as prescrições contidas nos documentos dos Organismos Multilaterais, o lugar do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho e o Ensino Técnico, enquanto processo de formação cada vez mais fragmentado e que reduz as possibilidades criativas e críticas do formando;
 - e) Pesquisar mais informações e os desdobramentos acerca do itinerário formativo do Ensino Técnico e Profissional na Reforma do Ensino Médio, como por exemplo a admissão de professor com notório saber na área de formação, mesmo que sem titulação e o ensino na própria indústria

Referências:

SANTA CATARINA. Indicadores Educacionais de Santa Catarina: Atualização 2018. Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: <<http://online.anyflip.com/bgxm/ykdm/mobile/index.html>> Acesso em 14 mar. 2019.

MINAS GERAIS**Relatório Preparatório para III ENE – SIND-REDE – BH (21/03/2019)**

Mesa de Abertura: Raquel Dias (1ª Tesoureira – ANDES-SN), Gustavo Olimpio (SindUte – Contagem – CSP-Conlutas);

Coordenação: Antônio Libério de Borba (1º Vice-Presidente – SRL – ANDES-SN)

Local: Sind-Rede – BH (Ava. Amazonas, 491 – 10º andar – Centro – BH)

Tema: *“Lutas, desafios e resistências – Por um projeto classista e democrático de educação”*.

O encontro contou com a participação de 106 pessoas, na sua maioria professores e estudantes, representando as seguintes entidades:

DCE UFV

DCE UFMG

FENET

AMES

UBES

CSP CONLUTAS

SINDUTE – CONTAGEM

SINDUTE – BARREIRO

SIND-REDE

COLETIVO DE DOCENTES DA UFMG

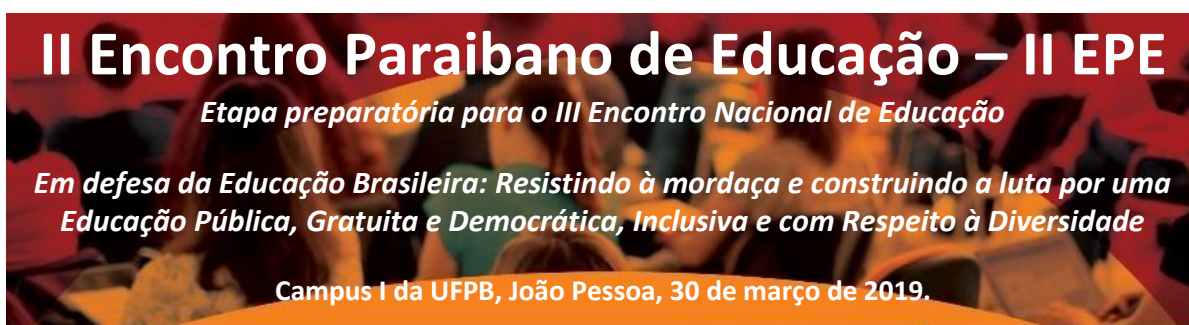
APUBH

ANDES-SN

Após a exposição feita pelos palestrantes, foi aberto o debate, acolhendo uma longa lista de inscrições, que abordaram à temática em exposição.

Ficou definido que a CSP-Conlutas centralizaria a organização de caravanas para o III ENE em Brasília-DF.

PARAÍBA



O evento foi precedido por reuniões organizadoras envolvendo entidades sindicais das categorias docentes e servidores técnico-administrativos da Educação Básica e Ensino Superior além de representação estudantil que ocorreram nos meses de janeiro a março de 2019.

A escolha pela pré-inscrição em formulário eletrônico foi acertada, assim como a divulgação em página eletrônica e redes sociais. Com isso, as inscrições online atingiram 509 interessados em participar.

No dia 30 de março, compareceram 155 participantes, além dos dois palestrantes. Destes 90 eram Estudantes (incluindo 2 da Educação Básica (EM); 2 do Ensino Técnico; e 86 do Ensino Superior), 43 eram Docentes (sendo 18 da Educação Básica (EF ou EM); 3 da Educação Infantil e 22 da Educação Superior), e 11 eram de outras categorias ligadas à educação (sendo 5 Trabalhadores da Educação (2- Coordenador pedagógico; Orientadora Educacional de Sapé; 2 não especificaram; e 6 em outras situações (Fui aprovada para estudar na UFPB, porém estou esperando as aulas se iniciarem; Professora aposentada; Trabalhar com atividades de reforço escolar e incentivo à leitura e escrita; Mãe de alunos da educação básica; Estudante de Pós-graduação; Sou professora do Ensino Médio Integrado com o Técnico, do Ensino Técnico e do Ensino Superior), além de uma trabalhadora de outra área (q não da educação).

Os participantes puderam apreciar várias atividades culturais durante o evento. Às 8h30 iniciamos a projeção do Festival de Curtas da ADUFPB com o tema: precarização e condições de trabalho na UFPB e Mostra de vídeos sobre atividades culturais da ADUFPB. Às 13h00 houve show da professora aposentada, da Psicologia, Eugênia Correia que é compositora e cantora com participação da Escritora Maria Valéria Rezende. E às 13h30, performance e lançamento de livros do professor e pesquisador da Cultura Popular Gilmar Leite.

Pela manhã, após a mesa de abertura com as entidades presentes, sob Coordenação do Prof. Carlos Cartaxo, CCTA/UFPB e secretaria da Prof^a Terezinha Diniz, Diretora da ADUFPB, aconteceu a mesa debate sobre o tema do Evento com a Prof^a Raquel Dias, Diretora do ANDES-SN, e o Prof. Tiago Bernardon, do CCHLA/UFPB, contando com a mediação do

Prof. Cristiano Bonneau, Presidente da ADUFPB.

Na parte da tarde aconteceram os grupos de trabalho onde os eixos do III ENE foram reagrupados em 4 temas. Os encaminhamentos de cada GT foram compartilhados e apreciados na plenária de consolidação que aconteceu no início da noite sob a Coordenação de Cristine Hirsch e Josevaldo Cunha, Vice-Presidentes Regionais da Secretaria Nordeste II do ANDES-SN, Néelson Júnior, Presidente da ADUEPB, e Luciana Leandro, Presidente da ADUFCG. À mesa de encerramento, Prof. Cristiano Bonneau agradeceu a presença de todos, considerando que o evento foi muito exitoso.

Os encaminhamentos, por GT, ficaram assim aprovados:

GT 1 - Financiamento

Eixos do III ENE: Financiamento da Educação; Trabalho na Educação e Condições de Estudo; Universalidade da Educação, Acesso e Permanência.

Coordenadoras: Andréia e Lenilda (ADUEPB)

Relatora: Evanda Helena.

➤ Financiamento da Educação:

o Aprovação do Fundeb como política permanente de estado, com recursos suficientes para garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade;

- o Pela manutenção das vinculações constitucionais de recursos para a saúde e a educação;
- o Contra o contingenciamento de recursos da educação;
- o Contra todas as formas de ajuste fiscal em todos os níveis. Organizar contas públicas cortando privilégios, e não direitos. Defender e fortalecer a luta pela auditoria da dívida pública federal e estadual. Pela revogação da EC 95/2016, da reforma trabalhista e da Lei Estadual 10.660 (ajuste fiscal do governo do estado da Paraíba). Contra a reforma da previdência;
- o Financiamento público exclusivamente para a educação pública. Não à destinação de recursos públicos para instituições de ensino privadas;
- o Contra todas as formas de privatização e de terceirização;
- o Lutar contra os cortes no orçamento da Universidade Estadual da Paraíba e defender a autonomia financeira, administrativa e pedagógica desta instituição;
- o Contra os cortes no PNAES: pela ampliação dos recursos para a assistência estudantil;
- o 10% do PIB para a Educação Pública;
- o Contra a ingerência do banco mundial na definição das políticas educacionais brasileiras;
- o Pela defesa de mais recursos para a realização da pesquisa na educação pública, garantindo e fortalecendo a produção científica brasileira.

➤ Trabalho na Educação e Condições de Estudo

- o Garantia de condições adequadas para realização do trabalho nas instituições de ensino públicas em todos os níveis de ensino;
- o Garantia de condições adequadas nas escolas para os alunos: refeitório, vestiários, áreas de convivência e descanso, quadras cobertas, bibliotecas, laboratórios, entre outros;

o Definição de uma nova política para o ensino médio, que garanta acesso, permanência e condições adequadas de funcionamento.

➤ Acesso e Permanência

- Contra o corte de vagas na universidade estadual da Paraíba e em todas as universidades públicas;
- o Defesa de uma política de estado para a erradicação do analfabetismo no Brasil e no estado da Paraíba e universalização da pré-escola, ensino fundamental e médio com condições plenas de funcionamento para a garantia do direito à educação de qualidade;
- Contra o fechamento de escolas e turmas da EJA e de escolas da zona rural no estado da Paraíba;
- Defesa de concurso público, planos de cargos, carreiras e remuneração compatível com a complexidade da profissão e condições adequadas de trabalho;
- Reconstrução do Comitê Estadual em Defesa da Escola Pública (CEDEP-PB), como espaço da luta pela educação pública em todos os níveis e modalidades.

GT 2 - Escola sem Mordação

Eixos do III ENE: Conhecimento, Currículo e Avaliação; e Formação de Trabalhadores da Educação.

Coordenação: Rita Porto (ADUFPB)

- Garantir o espaço de discussão do Projeto Político Pedagógico - PPP nas escolas, com toda a comunidade escolar, a partir de cada realidade social e cultural;
- Defender as modalidades de ensino na educação básica, que já estão contempladas nas diretrizes curriculares nacionais e nos planos nacional, estaduais e municipais (EJA, indígena, campo e quilombola).
- Exigências, a todos os níveis de governo, da permanência da liberdade de ensinar e de aprender.
- Pela revogação da Reforma do Ensino Médio e contra o professor notório saber, com a defesa intransigente da formação do professor com curso superior de licenciatura.
- Por uma educação pública, estatal, laica, gratuita, crítica, popular e de qualidade.
- Pela não aprovação das militarizações nas escolas.
- Refletir sobre as ameaças da “escola sem partido” e defender a escola sem mordação.
- Fomentar a obrigatoriedade do ensino de filosofia/sociologia no ensino médio.
- Incentivo a prática do diálogo, reflexão e pensamento em outra língua (inglês, espanhol, etc.).
- Construção do currículo através do trabalho coletivo interdisciplinar, com educação permanente para professores, garantia da unidade/teoria prática, e estágio permanente ao longo do curso.
- Contra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Garantia da manutenção das diretrizes curriculares da formação inicial e continuada de professores (DCN N°. 2/2015).
- Garantia dos 10% do PIB para a educação pública.

GT 3 - AUTONOMIA

Eixos do III ENE: Gestão e organização do trabalho; e Organização da Classe Trabalhadora

Coordenação: Luciana Leandro (ADUFCG) e Nelson Junior (ADUEPB)

- Construir a Greve Geral da classe trabalhadora;
- Apontar para as centrais sindicais e demais entidades a necessidades de construção de um Encontro Nacional da Classe trabalhadora;
- Retomar a unidade de luta e mobilização, por meio da organização de Plenárias da Educação, pressionando as centrais, sindicatos e demais entidades a construir um movimento unificado, desde as bases;
- Retomar e fortalecer o Comitê Paraibano em Defesa da Educação Pública como espaço de discussão e articulação política entre diferentes seguimentos da educação em prol da luta por um projeto classista e democrático de educação (indicativo de reunião de preferência na última semana de abril/2019 na UFPB);
- Lutar por um projeto democrático de educação que atenda aos interesses da classe trabalhadora;
- Reforçar a luta pela autonomia das instituições educacionais em sua função de produção e divulgação do conhecimento artístico e científico.
- Lutar pela liberdade de cátedra e pela liberdade de ensino e de pesquisa, garantidas pela nossa constituição, nos opondo veementemente a todo e qualquer movimento que queira amordaçar ou ferir esses princípios;
- Lutar pela garantia de financiamento público para a educação pública e pelos 10% do PIB para a educação pública;
- Lutar contra o projeto ultraliberal que prevê a desvinculação total do orçamento, retirando a obrigação do Estado de investir percentuais mínimos em educação e saúde;
- Lutar pela garantia de financiamento adequado que assegure a qualidade da educação básica e superior;
- Retomar a luta pelas garantias constitucionais de assegurar autonomia didático-pedagógica, administrativa e financeira das instituições educativas;
- Retomar a luta pela federalização da educação, de modo a fazer com que a União assumira de forma mais veemente o compromisso com o financiamento da educação pública e com a construção de um sistema nacional de educação;
- Lutar contra todas as formas de terceirização e privatização da educação pública, denunciando as arbitrariedades e violações que as empresas e OS, por meio das parcerias público-privadas e dos contratos de prestação de serviços, vem fazendo no interior das nossas escolas;
- Reafirmar o lugar dos funcionários (merendeira, segurança, etc.) e técnicos que trabalham nas escolas, no sentido de unificar as lutas, já que todos são fundamentais para a realização plena do processo educativo;
- Lutar em defesa de um Plano de Carreira para todos os trabalhadores da educação que garanta o devido respeito e valorização salarial, garantindo, no mínimo, o pagamento do Salário Mínimo de acordo com o DIEESE e jornada de trabalho de 20h, provimento de cargos

EXCLUSIVAMENTE por concurso público para todos os segmentos, bem como condições de trabalho dignas e adequadas;

- Retomar a luta pela GESTÃO DEMOCRÁTICA do ensino, garantindo eleições diretas para direção de escola e a participação efetiva de toda comunidade nos processos decisórios;
- Lutar pela Garantia de bolsas e assistência estudantil adequada (alimentação, moradia, etc.) para garantir a permanência dos estudantes nas instituições;
- Lutar por uma avaliação interna e institucional participativa, que faça sentido para a comunidade que nela trabalha, de acordo com as condições e os objetivos traçados por cada escola e universidade;
- Fortalecer a luta pela gestão democrática da educação e pela autonomia universitária, retomando a luta PELO FIM DA lista tríplice e contra a Nota Técnica Nº 402/2018 do MEC que impõe 70/15/15 através da paridade ou voto universal ENTRE OS TRÊS SEGMENTOS nas eleições de reitor e direção de centros (Reitor eleito é reitor empossado);
- Lutar pela democratização e formação paritária dos conselhos e câmaras universitárias, de forma a garantir representatividade paritária e legitimidade das decisões;
- Resistir aos projetos que atentam contra a autonomia didático-pedagógica das instituições educativas, tais como a BNCC e a Residência Pedagógica;

GT 4 Enfretamento e Diversidade

Eixos do III ENE: Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais; e Educação do Campo e das Populações Originárias.

Coordenadores: Paulo Palhano e Nilvânia Santos (ADUFPB)

Encaminhamentos:

- Manutenção e/ou aprimoramento de legislações (leis, diretrizes, etc) específicas para que possa haver a Inclusão Social (como a dos Quilombolas, a da Educação do Campo, Indígena, Educação de pessoas com necessidades educativas especiais);
- Mais/melhores investimentos nas ações voltadas para garantir a equidade da educação, de forma a possibilitar a todos o acesso a uma educação de qualidade voltada para a construção de cidadãs, em uma formação integral, em que o “eu” lute e se reconheça no bem estar do(s) outro(s) e do seu contexto(s), considerando as especificidades do Brasil;
- Uma prática educativa marcada pela perseverança/luta destinada/por mais e melhores Políticas Públicas destinadas a Inclusão social, respeitando as singularidades dos sujeitos atendidos pela educação, assim como a diversidade que perpassa este processo;
- Formações iniciais/continuadas as quais possibilite ao profissional de educação uma atuação na qual se respalde no respeito as singularidades e as diversidades do público alvo dos processos educativos;
- Compreensão de que os movimentos sociais não podem descansar, na luta contra o analfabetismo.
- Procurar estabelecer um diálogo efetivo com a sociedade, enfrentando a indisponibilidade da

sociedade em dialogar, construindo um olhar sensível ao outro, uma relação de sonoridade.

- Luta pela igualdade salarial dentro da categoria docente, entre efetivos e prestadores de serviço.
- Unir as diferentes entidades, movimentos sociais, sindicatos, universidade para atuar junto as redes básicas, aos espaços públicos.
- Conscientização racial aos jovens expostos a situação de marginalidade.
- Formação de professores em diversidade étnica racial, LGBT, gênero e sexualidade.
- Trabalhar para titulação das comunidades quilombolas que são respectivamente 40 e apenas 2 tem a titulação (ou seja apenas 2 tem a posse da terra garantida).
- Reforçar o movimento camponês, afim de reafirmar a importância das escolas do campo que estão sobe ameaça de extinção, visto que estão sendo fechadas.
- Reforço a educação voltada para população cigana, com capacitação dos profissionais da educação e formação docente desde a graduação sensível a estas comunidades.

Combater a banalização dos discursos de ódio, racistas, LGBT fóbicos, bullying, misoginia: mostrando que a escola é espaço de diferença, de respeito; e reforçando os movimentos cyber por meio das # como: #ninguém solta a mãe de ninguém, #chegadefiu, #chegaderacismo, #asenzalaacordou #lutecomoumagarota

BAHIA
II ENCONTRO ESTADUAL COMITÊ EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
ETAPA BAHIA 30 E 31 DE MARÇO DE 2019
UEFS - FEIRA DE SANTANA
Relatório PRé-ENE ETAPA ESTADUAL_BAHIA

	Local e data 30 e 31 de março de 2019 –
Estado	Universidade Estadual
Bahia	de Feira de Santana

Número e
perfil de
participantes
176 partici-
pantes/ pro-
fessores da
educação bá-
sica e superior
e estudantes
da educação
básica e supe-
rior

Entidades participan-
tes: ADUSC, ADUFS,
ADUNEB, ADUSB,
SINEASEF, REGIO-
NAL III DO ANDES,
UJC E CSPCONLU-
TAS

RECOMENDAÇÕES GERAIS

- Que todo documento do PRÉ-ENE tenha flexão de gênero. E que seja levada essa proposta ao III ENE;
- Adotar como padrão de nomenclatura o termo LGBTQI+;
- O termo xenofobia deve ser incluído em todas as teses do III ENE em que houver descrição das opressões a serem combatidas no ambiente escolar.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

1. Que todo o recurso público deva ser destinado exclusivamente para as instituições educacionais públicas, com investimento mínimo de 10% do PIB para a educação pública estatal já.
2. Pela renovação já do FUNDEB com melhorias e ampliação dos recursos;
3. Garantir a participação democrática da comunidade na gestão transparente dos recursos do FUNDEB.
4. Fortalecer a luta pela revogação da EC 95;

UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA

1. Assegurar o princípio constitucional para garantir a autonomia política, financeira, administrativa, pedagógica e acadêmica das universidades;
2. Abertura de cursos e concursos públicos para a formação e contratação de professores/as intérpretes em Libras, para a inclusão desta língua no currículo;
3. Estabelecimento de uma política de permanência estudantil do começo do curso até sua conclusão, que garanta a criação e a expansão das residências universitárias, a oferta gratuita de restaurantes universitários, de atendimento psicopedagógico, de creches para filhos e filhas de estudantes e trabalhadores/as e de transporte público, combatendo qualquer forma de cobrança de taxas e de redução à bolsificação no acesso às políticas de permanência;
4. Lutar pela efetivação da assistência estudantil na educação básica;

5. Rechaçar o fechamento das escolas públicas estaduais e municipais, em especial as do campo; reafirmar o ensino presencial, em todos os níveis;
6. Aplicar plenamente a Lei de Cotas (n.12.990/2004) nas universidades;
7. Lutar pela ampliação do sistema de cotas na graduação (não apenas na primeira) e na pós-graduação, contemplando negros/as, indígenas, quilombolas, ciganos, LGBTQI+, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; garantindo políticas específicas de assistência durante todo o seu processo formativo.
8. Lutar para tornar o PNAES lei ampliando os seus recursos e pela efetivação do repasse dessas verbas para as Universidades, bem como lutar pelo retorno e ampliação dos recursos do PNAEST;
9. Lutar pela paridade entre estudantes, técnicos/as e professores/as em todas as instâncias deliberativas da Universidade, no sentido de aprofundar a democracia universitária; exceto nas instâncias políticas, como assembleias gerais universitárias, onde a universalidade deve prevalecer;

GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

1. Defesa da gestão na educação, levando em consideração os seguintes princípios:
 - A. Contra a militarização das escolas públicas;
 - B. Assegurar condições para eleições de diretores/as nas escolas, através do voto direto dos membros da comunidade escolar (pais, mães, responsáveis; estudantes; funcionários/as e professores/as concursados/as)
 - C. Lutar contra a lei da mordaza na educação pública;
 - D. Fortalecer a formação política, científica e cultural da classe trabalhadora;
 - E. Defesa de elaboração dos PPPs nas escolas públicas, por membros da comunidade escolar, tomando como referência: condições de trabalho e estudo; formação científica humanística da classe trabalhadora; ampliação de recursos públicos para compra de equipamentos e laboratórios na escola; assegurar a participação dos/as estudantes na discussão e encaminhamentos dos processos decisórios na gestão das escolas;
2. Ampliar a discussão sobre a participação nos conselhos municipais de educação, conselhos do FUNDEB e conselhos da merenda escolar;
3. Regulamentação das políticas de estágio (nos colégios estaduais, por exemplo), sem mediação das instituições privadas, como por exemplo IEL/CIEE

CONHECIMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

1. Construir um projeto estratégico de educação popular, pública, financiada com recurso público, crítica, laica e emancipatória para e **com** a classe trabalhadora.
2. Defender o projeto de escola pública emancipatório de formação integral que atenda aos interesses da classe trabalhadora;
3. Reforçar o caráter científico das diversas áreas do conhecimento e do ensino, dentro do contexto das contrarreformas dos governos neoliberais.
4. Reafirmar os estudos de gênero, sexualidade e étnico-racial como campo do conhecimento de caráter científico que devem constar no currículo escolar, sendo imprescindíveis para a formação humana e superação de desigualdades históricas estruturais.
5. Combater a nova BNCC e seu caráter universalista, meritocrático, alinhada aos setores empresariais, fomentando a elaboração de um currículo construído a partir das relações sociais que circunscrevem a escola e suas contradições entre capital-trabalho.
6. Construir uma campanha nacional em defesa da escola pública, crítica, laica, e financiada com recurso público;
7. Combater as políticas de ranking entre as escolas e universidades, pautadas nos mecanismos de avaliações e controle;
8. Defender a autonomia das escolas e universidades na construção e implementação de seus instrumentos políticos e pedagógicos;
9. Combater qualquer movimento que cerceie o pensamento crítico e fortalecer a Frente Nacional Escola Sem Mordança;
10. Combater o Movimento de ensino domiciliar (Home-School) reinteirando o papel político e científico da escola na formação humana e social;
11. Introduzir na discussão curricular e nos currículos temas relacionados ao capacitismo e outros demandados pela própria realidade.

<p>FORMAÇÃO DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E TRABALHO NA EDUCAÇÃO; CONDIÇÕES DE ESTUDO</p>
--

1. Organizar e realizar o Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) no ano de 2019, para articular o conjunto dos trabalhadores, definir táticas de resistência e enfrentamento ao projeto da extrema direita no Brasil e avançar na construção da unidade para superar a sociedade de classes;
2. Articular e debater com trabalhadores/as da Educação sobre a necessidade de educação classista e popular, reforçando a manutenção dos direitos humanos e a necessidade de transformação radical da ordem do capital.

3. Criar espaços de formação e debate permanente para os trabalhadores e as trabalhadoras terceirizados/as, de modo a promover a aproximação entre os trabalhadores/as que atuam nos diversos setores da educação.
4. Lutar contra a meritocracia, por entender que esta aprofunda as desigualdades sociais, promove o adoecimento mental e físico e aliena o/a trabalhador/a da sua condição.
5. Lutar pela garantia da execução da Lei do Piso Nacional para as/os trabalhadoras/es da educação e de sua ampliação no sentido de assegurar condições de trabalho, tempo de planejamento, estudo e ócio.
6. Criação de Observatório permanente sobre condições de trabalho nas instituições de ensino, vinculado ao Comitê Local em Defesa da Educação.
7. Formular estratégias de autodefesa dos/as profissionais da educação para enfrentar os ataques a liberdade de cátedra, dentre outras formas de violência e desrespeito a Constituição cidadã, incluindo a criação de uma Frente Jurídica dentro do Comitê Local em Defesa da Educação Pública.
8. Realizar formações continuadas com base no projeto classista para a educação da classe trabalhadora;
9. Defender a formação dos/as profissionais da educação: na modalidade presencial, continuada e qualificada, a partir de um projeto classista que leve em consideração a formação dos/as profissionais da educação das comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais, tomando como referência os quatro eixos: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho.

<p>GÊNERO, SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E QUESTÕES ETNICOR- RACIAIS</p>
--

1. Elaboração de uma campanha de comunicação com diferentes materiais formativos e informativos, numa perspectiva classista e interseccional, para combater a discriminação étnico-racial, de gênero e de orientação sexual nas instituições de ensino.
2. Lutar pelo fortalecimento e ampliação de programas nacionais que acolham ao público vítima de violência dentro das instituições em todas as modalidades de Ensino (racismo, machismo, lgbtfobia, capacitismo, assédio moral e sexual e xenofobia), incluindo a contratação de profissionais qualificados para esses atendimentos.

2.1 Envidar esforços para garantir comissões responsáveis para apurar casos de assédio e/ou violência de gênero, racismo, lgbtfobia, capacitismo, assédio moral e

sexual, xenofobia e outras formas de opressão tenham composição majoritariamente de mulheres, LGBTQI+, negras e negros e pessoas com deficiência.

3. Lutar por políticas nacionais e ações efetivas de inclusão e permanência no sistema de ensino público, direcionadas para a população de mulheres negras, povos indígenas, comunidades tradicionais e da agricultura camponesa, migrantes, refugiados e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica no campo e nas cidades.

4. Lutar por uma política específica de permanência para população LGBTQI+, com acompanhamento psicossocial, psicológico, pedagógico, jurídico e de órgãos e/ou grupos voltados para o atendimento e acolhimento na universidade e na rede básica de ensino.

5. Lutar por uma política de ações afirmativas para travestis e transexuais afim de garantir o acesso e permanência em instituições públicas de ensino superior como cotas e o uso efetivo do nome social, bem como assegurar o devido acompanhamento e avaliação dessas políticas, certificando que a população trans participe desse processo.

6. Lutar pela construção de um programa nacional de acesso à educação formal e continuada para a população encarcerada, incluindo jovens cumprindo medidas socioeducativas ou em privação de liberdade, que é majoritariamente composta por negros e negras.

7. Lutar pela efetiva aplicação da legislação educacional vigente no que se refere às leis 10.639/03 e 11.645/08 afim de valorizar as histórias, as culturas e identidades afro-brasileiras e indígenas em projetos educacionais permanentes que contribuam para a extinção do racismo institucional e da intolerância religiosa.

8. Lutar pela retomada e fortalecimento das políticas públicas educacionais voltadas aos povos e comunidades tradicionais e populações em situação de itinerância, combatendo o racismo, o anticiganismo e a xenofobia.

9. Acompanhar e apoiar discussões sobre as políticas decoloniais e bem viver dos povos tradicionais.

10. Cobrar do Ministério da Educação e Secretarias Estaduais e Municipais que profissionais das comunidades e povos tradicionais componham as comissões de reformulação curricular na construção de ementas que abordem a educação e a cultura dos povos e comunidades tradicionais.

11. Envidar esforços para garantir a inclusão do ensino de Crítica da mídia e uso da tecnologia no currículo escolar e na formação de professores/as para usar a comunicação como forma de expansão do debate sobre populações oprimidas e super exploradas em sala de aula.

12. Cobrar das instituições de ensino que gestantes e lactantes não trabalhem em ambientes insalubres.

13. Lutar para que as trabalhadoras e os trabalhadores da educação, inclusive os profissionais terceirizados, mães e pais de crianças de até quatro anos, tenham prioridade na elaboração do horário de trabalho.
14. Cobrar a efetiva aplicação das leis e implementação de programas que promovem a transferência de renda e o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura camponesa, a exemplo da Lei 11.947/09 (alimentação escolar), respeitar as diretrizes curriculares com recorte étnico e o Decreto 6040/07 (sobre PCTAF).
15. Reivindicar a valorização do magistério indígena e sua inclusão no plano de carreira correlato a sua categoria.
16. Na educação escolar indígena, defender a adoção de uma perspectiva da interculturalidade em sua transversalidade e não enquanto component curricular;
17. Reivindicar a garantia do direito ao transporte escolar de qualidade levando em consideração as especificidades das comunidades.
18. Lutar pela adoção da pedagogia da alternância e respeito às dinâmicas socioprodutivas locais inclusive nos mecanismos burocráticos de registro escolar.
19. Lutar pela garantia da formação continuada docente laica com a perspectiva anti-capitalista, anticapacitista, antimachista, antilgbtqi+fóbica, antirracista, antixenófoba.
20. Lutar pela paridade de gênero nas diferentes instâncias das instituições de ensino.

Fotos do Evento:

ENCONTRO PREPARATÓRIO - BAHIA

III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

30/03

08H CREDENCIAMENTO
09H MESA DE ABERTURA
10H CONFERENCIA DE ABERTURA
"SOAMENTE A LUTA MUDA A VIDA: POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO"
12H ALMOÇO
14H GRUPOS DE TRABALHO
19H JANTAR
20H ATIVIDADES CULTURAIS

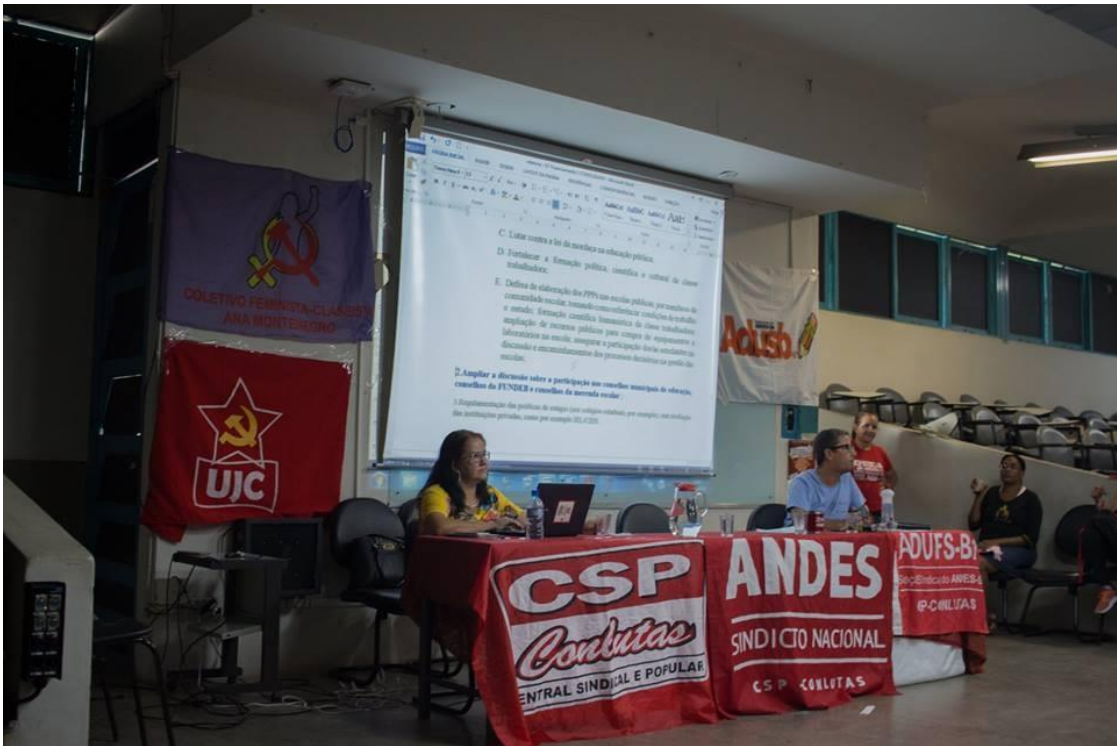
31/03

08H CAFÉ DA MANHÃ
09H MESAS TEMÁTICAS CONCORRENTES:
1-FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
2-PROJETOS ANTAGÔNICOS DE SOCIEDADE: EDUCAÇÃO, ESPAÇOS DE LIBERDADES, AUTONOMIA E DEMOCRACIA.
12H - ALMOÇO
13:30H - 17H PLENÁRIA FINAL

30 E 31 DE MARÇO
UEFS

REALIZAÇÃO:
COMITÊ ESTADUAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (BAHIA)

FB.COM/CEDEPBAHIA









ESPÍRITO SANTO

Roteiro para relatório

Estado:

ESPÍRITO

SANTO

Local e data;

ADUFES

Entidades participantes: Sinasefe-

IFES, SINTUFES, Fórum

Permanente de Educação Inclusiva,

MOVIMENTO NEGRO –

CECUN, Movimento

LGBT, Movimento

Mulheres em Luta, Fórum

de Mulheres, CDHH/Serra,

Sindicato dos Jornalistas,

Psol, Coletivo de Oposição

Sindiupes pela Base,

SINPRO, Sindical, Fórum

Capixaba de Lutas Sociais,

CEDH, Frente Estadual

pelas Liberdades

democráticas.

Número e perfil
de participantes

556 participantes

Eixos	Realidade local	Enfrentamentos realizados	Proposta para projeto classista e democrático de educação
<p>Conhecimento, Currículo e Avaliação Formação de trabalhadores da educação Trabalho na Educação e Condições de Estudo</p>			<p>Universalização da Educação, Acesso e Permanência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de levantarmos informações e analisarmos os dados sobre a expansão da educação superior privada; - Importância de não perdermos o horizonte da luta pela universalização da educação. Devemos também reconhecer a limitação que as cotas sociais e raciais, apesar de sua importância estratégica;

Universalização
da Educação,
Acesso e
Permanência

contra a privatização.

- Necessidade da creche para filhos de estudantes e profissionais da educação, em especial para estudantes da educação do campo (em janeiro, inclusive)
- Qual a situação a assistência estudantil? Necessidade de mais estudos sobre a utilização desses recursos de forma a conseguir mais controle social e reivindicar ampliação
- Criarte precisa de mais vagas e concursos. Muitos professores voluntários. Reserva de vagas para comunidade universitária é uma luta diária.
- Preocupação com os estágios no Hospital Universitário, cortes de contratos com escolas técnicas particulares (radiologia e outros) por gastos excessivos de materiais.
- Importância da alimentação para crianças na educação infantil. Educação integral não é realizada adequadamente. Falta de profissionais específicos para crianças com deficiência.
- Pauta unitária: Lutar contra o capitalismo, contra as desigualdades,
- Contra a substituição de profissionais contratados pelo serviço voluntário.
- Merendeiras cuidando da inclusão de crianças no ambiente escolar. Destacar o papel do profissional da educação.

- Diferença de atendimento entre as escolas da periferia e dos bairros da classe média. Dificuldade de atendimento às pessoas com deficiência.
- A descentralização dos recursos para as escolas gera desigualdades no fornecimento da merenda. A terceirização gera um distanciamento desses profissionais com o projeto da escola.
- Exigir a transparência do orçamento da educação e aumento dos recursos para alimentação que se demonstram insuficientes.
- Verba da assistência estudantil da Ufes está sendo utilizado para gastos com mão de obra terceirizada (RU) quando deveríamos contratar trabalhadores efetivos para essas funções. Os gastos com moradia também não constroem patrimônio para a Universidade.
- buscar estratégias para garantir o acompanhamento das demandas da educação para estudantes com deficiência (frágil acompanhamento na educação especial).
- Financiamento para as escolas de educação especial – retrocesso diante dos avanços das políticas públicas de inclusão social

- Definir com clareza o orçamento público para assistência estudantil dos IFES
- Substituição das bolsas administrativas para bolsas acadêmicas,
- Combater a transferência de recursos da educação para entidades filantrópicas
- Em defesa das políticas de acesso e permanência específicas para negros, indígenas, quilombolas, sujeitos do campo, e pessoas com deficiência.

Gestão/Organização do Trabalho Escolar

Fortalecimento da Frente estadual pelas Liberdades Democráticas
Incluindo nos debates Qual é a nossa concepção de educação?
Qual é o projeto educativo que combatemos?
Qual é a nossa conceituação da educação?
O que de fato esperamos que os docentes façam em sala de aula?

Gestão/Organiz
ação do Trabalho
Escolar

LLL

O projeto político pedagógico deve ser construído pela própria escola. Mas a partir de quais instrumentos. Gestão de baixo para cima.

Quais são as ações da classe trabalhadora?

Eleições na gestão do ensino: como será na instância municipal, estadual e nas universidades e nos institutos federais.

A gestão das Unidade de Ensino no atual contexto tonou-se um campo de negociação em prol de obtenção de recursos orçamentários. Buscar trabalhar na Frente Estadual pelas Liberdade Democrática evitar tal forma que evite essa mercantilização no ensino.

Lutar pela garantia das eleições escolar de forma democrática nas instancias municipais, estaduais e nas Universidades e Instituto Federais;

Acesso a todos os profissionais da educação para se candidatar a direção, desde que tenham os pré-requisito exigido para o cargo.

Fortalecimento dos conselhos da escola, através da formação/qualificação.

Na luta estudantil fortalecimentos dos conselhos no grêmio estudantil.

Estimular o envolvimento/participação da comunidade escolar na gestão do ensino.

Gênero,
Sexualidade,
Orientação
Sexual e
Questões
Étnico-Raciais

Grupo: Questões étnico-raciais

Após um período de discussões, o grupo reunido para discussão das questões raciais na terceira etapa preparatória para o III Encontro Nacional de educação no dia 20 de março de 2019 apresentou as seguintes conclusões:

1 – A sociedade brasileira é estruturalmente racista e esse racismo se reflete nas instituições públicas e privadas de ensino, como racismo institucional.

2 – É preciso que haja uma defesa permanente não por uma educação não-racista, mas sim por uma educação antirracista. Apenas uma educação antirracista pode promover a superação do racismo estrutural brasileiro.

3 – O racismo reforça, alimenta e mascara a luta de classes no Brasil, justificando e sustentando, entre outras coisas, o genocídio da juventude negra promovido pelo Estado através de seus braços policiais, bem como paralelamente a ele.

4 – Uma vez que a educação não se desenvolve apenas dentro da sala de aula, é precisamos compreender a escola como um todo e considerar TODOS os profissionais que atuam no ambiente escolar como essenciais ao processo educacional. Portanto, é preciso defender e lutar por uma formação antirracista para TODOS os profissionais e

trabalhadores da educação.

5 – É indispensável lutar pela manutenção e ampliação para todas as políticas afirmativas atualmente em vigor, em especial a Lei de Cotas e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

6 – É necessário buscar mecanismos para garantir o acesso e a efetivação das cotas em especial com relação à especificidade dos concursos para professores universitários.

7 – Uma política de cotas que seja efetiva e realmente atenda negros e indígenas é primordial para o combate ao racismo e à desigualdade social gerada por ele. Por isso, é preciso ampliar o debate sobre as comissões de verificação de cotas, incluindo os movimentos sociais de negros e indígenas nas discussões.

8 – É necessário lutar pela ampliação de políticas e recursos específicos para permanência de alunos cotistas nas instituições públicas de ensino.

9 – É primordial compreender que os projetos conservadores que tomaram o poder e estão disputando o controle do país nesse momento se baseiam na manutenção dos privilégios de uma minoria branca e se apoiam no

discurso religioso para justificar e defender diversas formas de preconceitos, em especial o racismo e a algofobia, além de atitudes violentas e discriminatórias que atacam as liberdades individuais. Portanto, é primordial que a luta por uma educação de qualidade e antirracista esteja atrelada à luta contra todo e qualquer projeto conservador, especialmente aqueles que ataquem a história, a cultura e a religiosidade negra.

Relatório Grupo de trabalho inclusão / pessoas com deficiência

1. Que o ENE discuta os retrocessos na atualização da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
2. A necessidade de garantir o financiamento da educação, derrubando os cortes da EC 95/2016, a fim de garantir o acesso, a permanência e conclusão dos diversos públicos excluído do espaço educacional, especialmente das Universidades.
3. Que as IFES implementem suas políticas de acessibilidade com ações de curto, médio e longo prazo.
4. a Ampliação da oferta das disciplinas no campo da inclusão, contemplando outros cursos para além

das licenciaturas.

5. Promover orientações às famílias para que possam conhecer e lutar pelos direitos das pessoas com deficiência, dando mais visibilidades às entidades, movimentos sociais e sindicatos.

6. Ter especial atenção ao adoecimento mental/sofrimento mental na sociedade capitalista.

7. Promover ações que favoreçam romper com a concepção de capacitismo, que oprime e discrimina as pessoas com deficiência.

GRUPO DE TRABALHO- INDÍGENAS

PROPOSTAS APROVADAS:

1- Apoiar no III ENE as 25 propostas aprovadas na II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, em 2018, com consolidação em uma política nacional de educação escolar indígena. As principais reivindicações são relacionadas a realização de concursos públicos para professores indígenas, garantia de infraestrutura nas escolas e valorização das línguas indígenas.

(http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=799)

2- Exigir implementação da Lei 11.645/2008 que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Com enfoque no ensino da História dos povos indígenas no Brasil e no Espírito Santo, bem como a criação de material didático atualizado e com produções de autores indígenas.

3- Promoção do acesso e permanência de estudantes indígenas nas universidades brasileiras, através de reservas de vagas e vestibulares diferenciados e na língua materna, moradia e assistência estudantil diferenciada de acordo com a especificidade étnica e regional.

4- Criação de legislação que promova a reserva de vagas em concursos públicos para indígenas como exemplo da Lei 12.990/2014 sobre a reserva de 20 por cento das vagas para negros.

5- Reivindicar e garantir criação escolas de ensino médio nas aldeias, especialmente nas comunidades de Aracruz no Espír

6- Fomentar a reserva de vagas na Universidade Federal do Espírito Santo através da criação de uma Política de Acesso e permanência, com negociação das vagas

suplementares para indígenas e cálculo com impacto de vaga > 1 (maior que um).

7- Sugerir a criação de Coordenações Indígenas nas Secretarias Estaduais de Educação.

8- Fomentar criação de cursos de graduação indígena como a Licenciatura Intercultural Indígena e no Espírito Santo o programa Proind da UFES se tornar um curso permanente de graduação na universidade.

SUGESTÃO DE MOÇÃO:

III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- ETAPA

ESTADUAL/ES, CONTRA A MP 870/2019, o qual transfere as Demarcações de terras indígenas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Grupo de Trabalho - LGBT Encaminhamentos:

1. Saúde LGBT: Fomentar o debate através da educação sobre saúde da comunidade LGBT à nível nacional com cartilhas educativas e informativas.
2. Incluir e incentivar a literatura que aborda temas LGBTs para o ensino regular num processo de desmistificação da vivência LGBT.

3. Fortalecer e estabelecer núcleos e secretarias de Direitos Humanos com políticas para a comunidade LGBT nas Universidades Federais.
4. Estabelecer amparo psicológico junto à assistência social das instituições de ensino, a partir das PROAECIs.
5. Criação de um núcleo que pense o pólo de saúde, permanência e assistência aos LGBTs em situação de vulnerabilidade social.
6. Moradia:
 - Fazer um levantamento de Universidades Federais que já tem moradia estudantil que assista aos estudantes LGBTs e como é a vivência nesses ambientes;
 - Levantamento dos terrenos e prédios ociosos das Universidades Federais do Brasil para a construção da moradia estudantil;
 - Política de segurança universitária e de conscientização à toda comunidade acadêmica sobre os corpos das pessoas LGBTs;
 - Criação de uma política de “cotas” para os

LGBTs que foram expulsos de casa.

GRUPO – Mulheres Pautas propostas:

infantil) o debate de gênero.

1. Garantir na formação de professores (desde professores do ensino
2. Garantir o debate de gênero nos projetos pedagógicos dos cursos/escola desde o ensino infantil.
3. Garantir o acesso permanência – creches em tempo integral (contratação de profissionais por meio de concurso público e não terceirização de serviço; crianças à partir dos 6 meses de idade). Estratégias para possibilitar a formação continuada na Pesquisa/Ciência
4. Segurança não militarizada e garantida também por meio de infraestrutura adequada (iluminação).
5. Mapear, criar campanhas e estratégias de enfrentamento ao assédio sexual na Universidade (mulheres estudantes, servidoras não- terceirizadas e terceirizadas).
6. Garantir o debate sobre Escola Sem Partido e Reforma da Previdência – Impactos na vida e trabalho das mulheres.
7. Garantir o debate sobre famílias, possibilitar a

integração família e escola.

8. Inserir o debate de gênero nos cursos da área da saúde.

9. Reforçar a formação em gênero para docentes – inclusive para orientar pesquisas sobre o tema.

10 Implementar medidas nas instituições de ensino que garantam agilidade na apuração das denúncias de violência e assédio contra as mulheres e responsabilize os agressores.

11. Garantir a criação de espaços de enfrentamento e acolhimento de mulheres vítimas de assédio (todos os tipos) dentro da Universidade.

12 Construção de currículos em todos os cursos para que contemplem o debate de gênero

13 Questões relacionadas a linguagem nos sistemas – nomenclaturas de gênero (ex.: portal DO ALUNO).

14 Questões relacionadas a saúde mental na Universidade. (Pauta levantada, porém, sem propostas conclusivas.)

15 Defender o Estado e a educação laica.

16 Fortalecer a criação de coletivos de mulheres nos espaços da educação.

17 Fortalecer os Fóruns Escola sem Mordaça.

18 Defender a autonomia dos técnicos responsáveis pela elaboração da

prova do ENEM.

19 Lutar por políticas públicas de apoio às mulheres que denunciam seus companheiros, especialmente políticas de geração de emprego e renda.

20. Fortalecer a articulação da escola com a rede de serviços sociais públicos para encaminhar as demandas de estudantes e trabalhadores da educação

Financiamento
da Educação

Organização da Classe Trabalhadora
Outras informações relevantes

Eixo: Financiamento da Educação

- Aprovação de 10% do PIB para educação pública já.
- Revogação da emenda constitucional 95.
- Extinção das parcerias público-privadas na educação.
- Lutar pela auditoria da dívida pública.
- Contra a transferência de recursos da educação para iniciativa privada educacional (PROUNI, Pronatec, FIES, Nossa Bolsa)
- Projetos como Pronatec, Prouni, FIES são contraditórios pois tem um público beneficiado, porém fortalece uma concepção privatista da educação.
- Auditoria dos recursos públicos investidos no sistema S.
- Acompanhar as definições e as execuções orçamentárias exigindo-se transparência no cumprimento das metas, através de auditorias, tomando-se por base o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal.

GOIÁS
RELATÓRIO DA ETAPA GOIANA PREPARATÓRIA PARA O III ENE
29 E 30 DE MARÇO DE 2019
GOIÂNIA/GO

Ativistas, militantes, educadoras e educadores, trabalhadoras e trabalhadores e estudantes do campo e da cidade se reuniram entre 29 e 30 de março nas dependências da Universidade Federal de Goiás para discutir e deliberar sobre os temas do III Encontro Nacional de Educação. A seguir são apresentadas as resoluções de cada grupo de trabalho

GT-1: Autonomia, democracia e a luta pela liberdade de Ensino (GT conformado para discutir os temas dos GT “Organização da Classe Trabalhadora” e “Democracia, Autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra/ensinar”)

Resoluções

1. Reativar a Frente goiana por uma Escola sem Mordada.
2. Construir um Fórum popular, sindical e de Juventudes por liberdades democráticas e direitos sociais em Goiás.
3. Intensificar esforços e fortalecer iniciativas para construir um calendário unificado de lutas em defesa de direitos sociais, com ênfase na luta contra a reforma da previdência.
4. Pautar a defesa da educação pública, laica, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e contra toda forma de opressão nos diversos espaços e frentes de luta de classes trabalhadora.
5. Buscar a criação nas escolas de um núcleo de organização conforme a área de abrangência no bairro para: realizar o orçamento anual da escola, discutir propostas de combate a violência na escola e no bairro através dos moradores; e discutir a formação do currículo com a comunidade.
6. Defender 10% do PIB para a educação.

GT-2 Organização do trabalho e da estrutura escolar (GT conformado para discutir os temas dos GT “Conhecimento, Currículo e Avaliação”, “Formação de trabalhadores da educação”, “Trabalho na educação e condições de estudo” e “Gestão/Organização do trabalho escolar”.

Realidade local

- A questão das escolas militares, privatização e tercerização é central na conjuntura goiana. Ela representa a unidade de todas as logicas debatidas aqui.
- Pelo direito à educação de qualidade, integral e laica em qualquer período da sua vida.
- Pela formulação de políticas públicas que assegurem o direito da criança, dos jovens, adultos e idosos à educação.
- Defender a ideia de que estamos inseridos em uma sociedade de classes

- Luta em defesa da escola como espaço de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos.
- O contexto do processo de militarização das escolas públicas estaduais de Goiás ocorre como desdobramento de uma política voltada para o desmonte da educação pública do estado de Goiás. A rede estadual de ensino passa por um longo processo de precarização das condições de ensino (sucateamento), retirada de direitos dos trabalhadores da educação. Na medida em que a educação pública estadual se tornou caótica a proposta de militarização das escolas foi imposta em mais de 40 estabelecimentos de ensino no estado. Podemos caracterizar este processo com os seguintes elementos:
 - Imposição de um controle interno as escolas, realizados por policiais militares. Impondo uma disciplina e comportamentos aos estudantes públicos da estrutura hierárquica da polícia;
 - A direção e administração do processo escolar realizado por policiais militares, que passam a fiscalizar e formatar o trabalho docente e o comportamento discente, além de perseguir os professores militantes;
 - estabelecimento de contribuições financeiras “voluntárias” para as famílias dos estudantes;
 - criação de um ambiente educacional voltado para a lógica do reconhecimento da autoridade por meio de sanções contra as(os) estudantes, culminando em muitos casos de transferência dos “casos problemas” para escolas não militarizadas.
 - Defesa da educação infantil, como uma etapa da Educação Básica que possui uma proposta pedagógica.
- Falta de investimentos em estrutura, materiais pedagógicos e condições de trabalho do profissional.
- Escola precarizada em vista da demanda capitalista, aliada a substituição de professores como os pedagogos por profissionais não qualificados.
- Educação pela humanização.
- Considerar a discussão do eixo 2 passa por demarcar uma concepção de educação escolar. Para isso é necessário ter no horizonte de todas as nossas discussões e ações o fato de estarmos inseridos numa sociedade de classes. Portanto a educação pública escolar deve estar endereçada à classe trabalhadora para que esta tenha acesso dos conhecimentos artísticos, científicos e filosóficos, tendo em vista, uma formação integrada dos sujeitos. Disso se desdobra a defesa de uma formação de professores que não prime pelo aspecto pratico em detrimento do componente teórico; a defesa de uma escola que prime pela diversidade (ideias, sujeitos, trajetórias e conhecimentos); a defesa de uma escola que prime pelo acesso aos conhecimentos sistematizados da educação infantil à educação de jovens e adultos.
- Combate ao praticismo pedagógico na formação inicial de professores (residência pedagógica).
- Considerando os ataques às escolas, como a meta do atual governador de fechar cerca de 400 escolas de Ensino Médio, mas também diretamente às categorias de professores com a retirada de direitos como a reforma da previdência e aos estudantes com a inviabilização do uso do transporte público, com o aumento da passagem e a diminuição cada vez mais do acesso ao Passe Livre Estudantil;

propomos a união entre as categorias em torno desse espaço que, como o dito não fara revolução, mas ainda é um espaço de resistência.

- Lutar por maior espaço de debate no curso de formação dos professores de educação básica, como também na formação continuada, de questões relacionadas a violência simbólica, bullying, diversidade sexual, igualdade de gênero, discriminação racial e social, de forma a promover um currículo inclusivo e que respeite as diversidades.
- Não creditar todas a mudança às escolas. É necessário que haja políticas públicas Inter setoriais. Porém deve haver um esforço pratico da categoria, principalmente entre os militantes históricos, em ocupar os espaços da cidade e reivindicar essas políticas públicas. Instigar o movimento da classe.
- O enorme avanço da militarização das escolas no estado de Goiás e seus enfrentamentos frente ao projeto de educação em curso (tecnicista, privatizações, gestão anti-democrática)
- Jataí como experiência na implementação de OS que encontra um mercado grande em todos os segmentos da formação. E que vem com uma nova intensificação no ensino superior. Nos IFs recentemente houve desarticulações através do sucateamento no repasse de verbas em vista de justificar uma implementação do sistema.
- Combater o enxugamento da formação superior, a exemplo da declaração de Bolonha.

Resoluções

- Que exija profissionais qualificados, tempo integral e universalização das vagas.
- Fazer a chamada pública para educação de jovens, adultos e idosos como está na LDB.
- Incentivar que a escola vá além dos muros e incentive a classe a resolver seus problemas coletivamente, em seus conselhos e espaços de organização. Afinal todos os aspectos da vida da parcela da classe que está inserida na Educação Pública brasileira influenciam no seu acesso ao conhecimento sistematizado.
- Retomada da luta por projetos alternativos de educação, como a educação politécnica, de formação omnilateral nas diversas áreas do conhecimento e das fases educacionais.
- Construção de projetos de escolas com equipamentos múltiplos de formação comunitária, centrados nos pilares artísticos, tecnológicos, corporais e humanísticos, fora dos muros escolares.
- Combater o fim da democracia e autonomia nas deliberações das escolas, incluindo a retirada de eleições diretas da comunidade como método. Pela defesa da gestão democrática!
- Debater a questão da substituição dos cursos técnicos pelos cursos superiores. Defender a livre organização de grêmios estudantis e do movimento estudantil nas escolas como forma de resistência para os estudantes principalmente nas escolas periféricas. Lutar pela permanência dos estudantes.
- Chamar a população para debater a escola militar. Por exemplo através da pauta econômica, cobrança de taxas, preço do uniforme. Fere o principio da diversidade. Padronização por meio de

regimentos internos. Autoritarismo extremado. Mas por detrás dessa aparência estão pautados os pilares da investida neoliberal na educação pública. Pelo fim das escolas militares

- Debates e mobilizações contra as privatizações da educação pública tanto das etapas básicas quanto especiais, a qual se baseia numa gestão empresarial dentro da lógica neoliberal retirando a autonomia na/da organização da escola interferindo na autonomia da relação professor-aluno, organização estrutural e desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.
- Promover o combate contínuo aos modelos de privatização e terceirização da educação incluindo empresas públicas de direito privado (OS, OSCIP, PPP e fundações) pelo debate ideológico, aprofundando nas questões econômicas, precarizadoras do trabalho e da qualidade do sistema educacional, a exemplo do que acontece na saúde com a EBSEH.
- A formação continuada de professores é uma das condições para o fortalecimento de uma educação escolar pública. Para isso é necessário articular ao/as companheiros/as da categoria docente para o enfrentamento junto às secretarias que sejam garantindo: a) plano de carreira que considere a formação continuada; b) políticas que garantam a licença dos/as professores para estudarem.
- Combater as avaliações de larga escala como instrumento de regulação, controle e opressão da escola, que desde uma perspectiva individualista, não leva em consideração o contexto econômico, social e cultural da região. Defender a avaliação como meio e não como fim, de forma a incluir a criança e o aluno no processo de construção de conhecimento.
- Perspectiva de formação superior não centrada na especialização fragmentada, construindo espaços de articulação de complementariedade disciplinar e interdisciplinar com formação filosófica em todas áreas.
- Viabilização de programas de ensino, pesquisa e extensão na educação média pública, proporcionando a reflexão sobre as problemáticas da separação do trabalho manual e intelectual.

GT-3 Universalização da educação, acesso e permanência

Resoluções

- Defesa da educação pública superior Estadual
- Apoio ao movimento grevista na UEG por políticas de assistência Estudantil - Combate a terceirização!
- Fortalecimento das relações entre campo e cidade: alimentos saudáveis do campesinato e da agricultura familiar nas escolas, universidades e institutos como estratégia contra a terceirização, ampliando o atendimento
- Gestão dos restaurantes estudantis e universitários geridos pela universidade e seus conselhos de democracia interna.
- “Educação do campo é direito e não esmola!” – Expansão das escolas e modalidades da educação básica.

- Fortalecimento das licenciaturas em educação no campo, garantir o acesso dos camponeses por meio de processos seletivos específicos e participação nos conselhos responsáveis por fechamento das escolas do campo.
- Que trabalhadoras, trabalhadores tenham direito a educação básica garantida .
- Abertura de turmas e condições de permanência no EJA.
- Aumento do custo per capita de financiamento: “Pela permanência do ensino médio noturno!”.
- Consolidação das novas universidades federais de Jataí e Catalão - nomeação dos reitores escolhidos pela comunidade acadêmica: Derrotar o decreto 9725/2019!
- Defesa do PNAES como política de Estado com aumento progressivo de verbas sob controle de conselhos populares de estudantes e trabalhadores da educação.
- Constituição de conselhos populares eleitos com voto imperativo da classe trabalhadora da área, comunidade local como forma de administrar e organizar políticas educacionais para a escola – Levando em conta os arranjos sociais.
- Criação de centros de atendimentos multidisciplinares em todos os municípios e bairros como forma de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional.
- Por novos métodos de avaliação estimulem o aluno.
- Pela ampliação do FUNDEB e o fim do vestibular
- Universalização das políticas de permanência e acesso e fortalecimento dos programas de auxílio estudantil, democratização do acesso ao PIBIC e manutenção do PIBID como um programa de formação e estratégia de permanência.
- A luta pela universalização da educação, acesso e permanência está vinculada a luta da classe trabalhadora contra o capital e nesse momento contra os governos neoliberais ultraconservadores
- Contra o avanço da escola sem partido na forma das escolas militarizadas em Goiás
- Acrescentar ao final da ementa do GT 3 acrescentar “Visando a igualdade substantiva”

Análises

- Crise da permanência – Bolsas permanência e precarização do ensino e do trabalho.
- Unidade contra a EM 95 – Defesa do financiamento da educação, à luta contra o desmonte da UEG.
- Democracia, autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra.
- A defesa das políticas afirmativas de acesso como política de Estado.

GT-4 Financiamento e mercantilização da Educação

Resoluções

1. Identificar o que foi implementado e cumprido no Plano Estadual de Educação (PEE) e no Plano Nacional de Educação (PNE) tentando enriquecer o diagnóstico do desmonte da educação pública e gratuita.

2. Construção de um calendário para o sudoeste goiano voltado para discussão e construção de consciência popular.
3. Apoio no esclarecimento da transição das regionais Jataí e Catalão para, respectivamente, Universidade Federal de Jataí e Universidade Federal de Catalão com o apoio do ANDES, do DCE e interessados.
4. Debater e combater o Decreto 9725/19 em âmbito nacional.
5. Fortalecimento do controle social do financiamento de educação formal e popular.
6. Ações junto aos parlamentares da ALEGO – Comissão de Educação e parlamentares apresentando dados e documentos sobre a necessidade de financiamento adequado da educação pública em Goiás.
7. Combater as OS, contratações temporárias, desvinculações orçamentárias.
8. Identificar as organizações de trabalhadores nos níveis municipal, estadual e federal, para construir um calendário de lutas para contribuir na consciência política com pautas para serem problematizadas com os trabalhadores no sentido de desmascarar a lógica perversa do capital.
9. Fortalecer a luta e o debate para que o projeto de lei, que se encontra no Senado Federal, para que a Assistência Estudantil adquira status de política pública. Garantir o acesso e as condições de permanência do estudante com financiamento público até a conclusão do curso em universidade pública de qualidade e gratuita.
10. Fortalecer a luta, em parceria com o ANDES, movimentos sociais e estudantes, pela democracia e pelo processo de ruptura abrangendo periferias, desburocratizando e popularizando o debate e garantindo a participação social.
11. Defender a ampliação do financiamento da educação pública e de qualidade, baseada na transparência financeira, com gestores qualificados, capacitados e democráticos para fortalecimento, implantação e implementação de IES e escolas básicas nos diversos municípios do estado e país.
12. Barrar o crescimento do ensino privado, que capta financiamento com dinheiro público para o ensino privado, bem como a EAD.
13. Levar aos bairros periféricos, juntamente com entidades, sindicatos e movimentos sociais a discussão sobre direitos básicos garantidos na constituição federal, a saber: moradia, saneamento básico, saúde, mobilidade urbana, educação pública enfatizando creches e educação básica.

GT-5 Gênero, sexualidade, orientação sexual, questões étnico-raciais

Resoluções

1. Defender um dia nacional da luta contra a gordofobia. Abordar o tema da gordofobia de forma desconstruída, por meio de atividades multidisciplinares (biologia, educação física, sociologia, física e química, como também as áreas de humanidades).
2. Criação de uma agenda nacional sobre as lutas contra as opressões de gênero, sexualidade, orientação sexual e étnico-raciais fora dos muros das universidades nas seguintes datas:
 - 28/05 Dia Internacional da luta pela saúde da mulher e dia nacional de redução da morte materna.

- 23/09 Dia Internacional contra a exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças (Salientamos que Goiás se mantém há 10 anos como importante polo do tráfico internacional de mulheres, por isso sentimos a necessidade de pautarmos essa data).
- 10/10 Dia Nacional de luta contra a violência à mulher.
- 25/10 Dia Internacional contra a exploração da mulher.
- 28/06 Dia Internacional do orgulho LGBTQTT+
- 20/11 – Dia da Consciência Negra

3. Colocar gênero e saúde mental como componentes obrigatórios da educação básica e superior.

4. Garantir formação permanente para funcionários públicos sobre gênero, sexualidade e questões étnicas e raciais.

5. Lutar pelo fortalecimento e pronta implementação da lei 11645/08, além da criação de campanhas que trabalhem a memória sobre a escravidão, os escravizados e o racismo estrutural no Brasil.

6. Lutar pela permanência das disciplinas que provocam o conhecimento crítico (sociologia, filosofia, educação física e história), visando o acesso ao conhecimento e a formação de boa qualidade, evitando a terceirização do ensino, conseqüentemente formando mão de obra barata e sem senso-crítico, haja vista a problemática da Reforma do Ensino Médio.

7. Defender livros didáticos com conhecimentos amplos sobre diversidade de gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnicas e raciais. T

8. Criar uma comissão de acompanhamento da construção da nova Proposta Político-Pedagógica da Rede Municipal de Educação para a Educação Infantil, garantindo que sejam mantidos e ampliados os debates sobre as questões de gênero, diversidade e questões étnicas e raciais a partir de um viés classista.

9. Realizar um diagnóstico do déficit de vagas em creches e escolas nos municípios, com foco nos bairros periféricos, de maneira a aprofundar a luta pelo acesso à educação dos filhos e filhas da classe trabalhadora que são, em sua maioria, negros e negras.

10. Garantia do acesso à Educação às pessoas que não possuem comprovante de endereço, como aquelas em situação de rua, ou que vivem em ocupações.

11. Incentivar a organização estudantil em prol dos interesses e demandas dos estudantes, bem como garantir que as instituições de ensino e Estado reconheçam e não prejudiquem a luta dos estudantes.

12. Cobrar das Secretarias de Educação de cada Estado que criem uma Ouvidoria sistematizada das escolas (tanto públicas, estaduais, quanto privadas), para que a comunidade escolar (estudantes, professores, pais e responsáveis...) possam formalizar sua denúncia e terem acesso e transparência no andamento do processo de denúncia, como também, receber assessoria que possibilite e ajude as e os denunciantes, na conscientização de seus direitos, quais medidas necessárias a serem tomadas e como buscar amparo jurídico.

MOÇÕES APROVADAS

Moção de Apoio à luta em defesa da UEG

Docentes, estudantes, técnicos, lutadoras e lutadores reunidos na etapa goiana do III Encontro Nacional de Educação, realizada em Goiânia, entre os dias 29 e 30 de março, manifestam apoio ao movimento grevista e de luta em curso na UEG.

As políticas de austeridade engendradas pelo grande capital impactam a educação pública promovendo o sucateamento. No Estado de Goiás sofremos ainda com os governos conservadores, representantes de oligarquias e do agronegócio que historicamente tentam enfraquecer a educação pública por meio de terceirização, militarização e privatização. Neste momento, professores e servidores estão com salários atrasados. O mesmo ocorre com alunos e alunas que estão com bolsas suspensas, comprometendo a própria sobrevivência.

Contra toda forma de calote do governo Caiado. Em defesa do fortalecimento de melhores condições de acesso e permanência. Apoiamos a UEG e todos os seus estudantes, docentes e técnicos-administrativos em educação.

Moção de Repúdio à decisão da Direção da Faculdade de Direito da UFG sobre a fixação de cartazes e outros materiais

Docentes, estudantes, técnicos, lutadoras e lutadores reunidos na etapa goiana do III Encontro Nacional de Educação, realizada em Goiânia, entre os dias 29 e 30 de março, manifestam seu repúdio à proposta de resolução da Direção da Faculdade de Direito que pretende regulamentar “o uso de murais e fixação de cartazes, faixas e banners na Faculdade de Direito”.

Entendemos que em um período de ataques contra as liberdades democráticas, a proposta de regulamentação pode impedir que os movimentos docente, de técnicos-administrativos e estudantil sejam cerceados, já que cartazes, faixas, banners, pinturas, etc. são importantes instrumentos que contribuem para afirmar as pautas da comunidade acadêmica.

Além disso, a proposta de paredes higienizadas pode ser um instrumento para afirmar políticas conservadoras, silêncios afrontosos e a defesa de privilégios.

Em defesa da livre manifestação da comunidade acadêmica na universidade e da autonomia do movimento estudantil, defendemos que a proposta de regulamentação seja retirada de discussão.

DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO DA ETAPA ESTADUAL PREPARATÓRIA PARA O III ENE

29 E 30 DE MARÇO DE 2019

Brasília/DF

Ativistas, militantes, educadoras e educadores, trabalhadoras e trabalhadores e estudantes do campo e da cidade se reuniram entre 29 e 30 de março nas dependências da Universidade de Brasília para discutir e deliberar sobre os temas do III Encontro Nacional de Educação. A seguir são apresentadas as contribuições acumuladas pelo encontro.

PROPOSTAS DO GRUPO DE TRABALHO 1 DO PRÉ-ENE-DF – MILITARIZAÇÃO E LEI DA MORDAÇA.

- 1) Divulgar os 2 textos de contribuição lidos no grupo (da UJC e da CSP-CONLUTAS-DF) em todos os canais possíveis.
- 2) Barrar todos os Projetos de Lei (PL's) de propostas da Lei da Mordaza ("Escola sem Partido") em todos os âmbitos (Municipais, Estaduais e Federal).
- 3) Fortalecer a Frente Nacional Escola sem Mordaza.
- 4) Voltar aos princípios de defesa e promoção da Democracia e da Cidadania na Educação.
- 5) Combater o desrespeito a legislação das escolas.
- 6) Buscar radicalizar a democracia nas escolas.
- 7) Por todas as instâncias democráticas na escola para funcionar e fazer o debate permanente dos assuntos mais importantes nas escolas.
- 8) Realizar campanha de propaganda anti-militarização das escolas em 2 ambitos:
 - Interno – Realizar debates nas escolas aproveitando os dias letivos temáticos.
 - Externo – Levando as discussões à população externa das escolas.
- 9) Aproveitar os espaços da Secretaria de Educação e fazer projetos na área de Ciências Humanas pra fazer discussão social.
- 10) Defender a desmilitarização das PM's.
- 11) Defender a expansão da Gestão Democrática para todo o Sistema Educacional Brasileiro.
- 12) Combater a Privatização e a Terceirização nas e das Escolas.
- 13) Defender a Laicidade da Escola.
- 14) Realizar um ERE ou EDE (Encontro Regional ou Distrital de Educação) numa escola da periferia do DF e criar uma Coordenação Distrital de Defesa da Educação Pública (CODIDEP) a exemplo da CONADEP (Coordenação Nacional).

CONTRIBUIÇÃO SOBRE MILITARIZAÇÃO NAS ESCOLAS

Já nos primeiros dias de seu mandato o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, do MDB, anunciou o projeto de militarização de 40 escolas. Em quatro delas a gestão compartilhada com a Polícia Militar já foi implementada: CED 3 de Sobradinho, CED 308 de Recanto das Emas, CED 1 da Estrutural e o CED 7 de Ceilândia, todas na periferia do DF.

Durante a campanha eleitoral de 2018, o tema da educação ganhou centralidade. Em muitos aspectos, entretanto, ficou em segundo plano o debate sobre os projetos para a educação brasileira. A partir da disseminação de notícias falsas, algumas circulando na internet já ha quase dez anos, o debate foi deslocado da necessidade de mais investimento, infraestrutura e valorização dos professores, que é o que é apontado por especialistas, professores e estudantes como a principal debilidade da educação brasileira, para um debate moral deslocado da realidade.

Os setores de extrema-direita que pautam esse debate, atacam temas como a educação sexual nas escolas e o ensino do respeito à diversidade étnica e cultural, mas se dizem abismados com casos de gravidez na adolescência e de violência na escola. As soluções que apresentam passam desde o ensino religioso, até o armamento de professores!

Com mais ou menos radicalidade, existem diversas iniciativas para reformular a educação pública brasileira sob um ótica neoliberal, acrítica e de revisionismo histórico, que tenha foco técnico e desestímule o ingresso da juventude trabalhadora no ensino superior. A tentativa de eliminar filosofia, sociologia, artes e educação física dos currículos, ainda no governo Temer, por meio da reforma do ensino médio, e o projeto “escola sem partido”, são apenas alguns exemplos de um amplo processo de desmonte, que tem como pano de fundo a Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos públicos na educação por vinte anos; e a enorme influência dos grandes monopólios da educação, gestados nessas duas primeiras décadas dos anos 2000, na política brasileira. A afirmação do ministro da educação, Velez Rodriguez, de que a Universidade não é para todos, mas para uma elite intelectual explicita a visão do novo governo sobre o tema. É impensável dissociar a pretensa “elite intelectual” defendida pelo ministro, das elites econômicas.

Os filhos dessas, continuarão a estudar os conteúdos retirados das escolas públicas nos colégios particulares até ingressarem nas excelentes universidades públicas brasileiras. Já a juventude trabalhadora, ficará mais distante do ensino superior, e mais próxima do mercado de trabalho, altamente informal e ainda mais precário desde a contrarreforma trabalhista. A principal demanda da burguesia brasileira é por mão de obra barata, acrítica e obediente. E é nesse contexto que a militarização das escolas está inserido.

O então candidato, hoje presidente, Bolsonaro apresentava que a solução para a educação no Brasil estava na criação de mais colégios militares, e na ampliação dos existentes, que segundo ele apresentavam melhores resultados nos exames nacionais. Desde então muitas pessoas passaram a achar que militarização das escolas e colégios militares são a mesma coisa, mas não são.

É preciso analisar as diferenças entre colégios militares para as escolas militarizadas e também as razões para esse suposto desempenho superior dos colégios militares em relação às escolas públicas.

Em primeiro lugar os colégios militares são instituições de ensino do Exército Brasileiro, enquanto que a militarização das escolas consiste na gestão compartilhada entre civis, que cuidam dos aspectos pedagógicos e a polícia militar, que cuida das questões burocráticas e disciplinares das escolas públicas. A justificativa apresentada para esse modelo é a necessidade de combate à violência nas escolas, desconsiderando que em muitos casos a violência ocorre do lado de fora das escolas, onde em muitos casos falta patrulhamento escolar.

No modelo de escola militarizada, os estudantes tem de usar corte de cabelo militar, as meninas com coque; e o uniforme em estado impecável. Nesse processo a individualidade dos alunos passa a estar submetida a um ambiente rígido e repressivo, sem espaço para o exercício da identidade, como por exemplo ter um cabelo blackpower.

Além disso, em Goiás, estado precursor da militarização, as famílias foram convidadas a “contribuir voluntariamente” com uma mensalidade de R\$ 50,00 e R\$100,00 pela matrícula, atacando diretamente o princípio da educação pública, universal e gratuita como direito de todos e dever do Estado; e como é regra do neoliberalismo jogando a conta para os mais pobres.

A gestão militar nas escolas contraria o que há de mais moderno nos estudos sobre a aprendizagem e à própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que preconiza a gestão democrática das escolas, fundamentada na ideia da escola como parte da sociedade e não um ente a parte dela.

A escola entendida como um espaço de estudo mas também comunitário, de promoção de lazer, cultura e integração. Essa perspectiva vê o estudante como um futuro cidadão, com diversas potencialidades e que precisa desenvolver a capacidade de diálogo para a solução de problemas e para pensar alternativas de forma coletiva e democrática.

Na gestão democrática a escola é construída por todos aqueles que dela fazem parte, alunos, professores, diretores e as famílias. O exemplo dado pelos estudantes secundaristas em 2016 nas ocupações contra a EC que estrangula a educação pública brasileira, foram uma grande demonstração de democracia e participação, em que estudantes e muitos professores e famílias se uniram à luta em defesa da educação e reconheceram-se como parte da escola. Muitos foram os casos em que bairros e comunidades inteiras realizaram almoços coletivos, mutirões de limpeza, aulões e aulas públicas durante as ocupações. Cidadania, diferentemente da obediência, pressupõe debate, participação e alteridade.

Outro ponto importante é com relação ao desempenho dos colégios militares. É preciso observar, que esses colégios não são como outras escolas públicas. Além de receberem 3 vezes mais investimento do que a média das escolas públicas brasileiras, os colégios militares tem um rigoroso filtro de seleção, com provas de admissão e cobrança de mensalidades. Só essas duas medidas já descaracterizam o caráter público e universal da educação.

Os Institutos Federais, entretanto, sem qualquer tipo de exame admissional ou mensalidade e tendo menos gastos que os Colégios Militares, apresentam resultados melhores. Das 10 melhores instituições públicas no país, 7 são federais; e enquanto o custo médio por aluno em um colégio militar é de R\$19 mil por ano, as escolas federais custam R\$16 mil.

Ou seja, boa parte dos dados que são usados para embasar a defesa da militarização das escolas ou a ampliação dos colégios militares estão incompletos ou distorcidos e não tem a ver com economia ou resultados, mas com um projeto de educação voltado ao trabalho obediente

A luta contra a militarização das escolas do Distrito Federal é parte de uma luta mais ampla em defesa da democracia nos espaços de ensino, da Educação Pública brasileira, e contra o avanço neoliberal que se manifesta em um modelo de ensino puramente técnico, acrítico. Estando inserida também no contexto de restrição ao acesso às Universidades, tornando-as uma vez mais espaços elitizados e restritos, ainda menos conectado com a realidade dos trabalhadores e das periferias.

Só por meio da organização e unidade entre professores, estudantes secundaristas e universitários, diretores, famílias e de todos os trabalhadores da educação é que será possível conter os retrocessos e fazer avançar a luta por um modelo de educação que atenda às necessidades da juventude trabalhadora, com mais democracia e participação!

A luta contra a militarização é uma luta de toda a sociedade brasileira!

Lutar, criar Educação Popular!

CONTRIBUIÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO NO DF

A rede pública de educação do DF conta hoje com cerca de 500 mil estudantes. São mais de 600 escolas espalhadas pelo DF. Entretanto o quadro da educação pública é de abandono. Relatório do TCDF de 2018 aponta que 90% das escolas do DF precisam de reparos médios ou grandes. Relatório do TCDF também revela que em 2014 a demanda de professores efetivos na rede era de 2.641, sendo que o concurso público realizado em 2013 visava o preenchimento de apenas 749 destas carências. Em 2017, novo concurso disponibilizou mais 697 vagas, o que não resolveria nem mesmo o déficit que já havia em 2014 e que aumentou nesses últimos 4 anos. Há também uma elevada carência de profissionais da carreira Assistência, totalizando 2.609 cargos não preenchidos. Algumas áreas ficaram sem concurso por mais de 10 anos, por exemplo orientador educacional. Além disso, várias cidades satélites não possuem unidades escolares em quantidade suficiente para atender a população local, obrigando milhares de estudantes a se deslocarem para outras cidades satélites para conseguir vaga, a exemplo do Itapoã, que apresenta um déficit de cerca de 5 mil vagas nas escolas. E, em muitos casos provocando também a superlotação das salas de aulas e das unidades escolares.

Além dos problemas de estrutura que atingem a educação pública, nos últimos anos iniciativas de reformulação das grades curriculares e dos processos avaliativos, tais como a semestralidade e os ciclos,

foram feitos de maneira atabalhoada, sem respeitar a opinião dos trabalhadores de educação e tem gerado ainda mais problemas no sistema educacional do DF. Mas o quadro ainda pode piorar, pois a bancada conservadora da CLDF e do Congresso Nacional tem feito esforço para impor a Lei da Mordaza (escola sem partido), que ataca o direito à autonomia pedagógica e impede que a escola cumpra seu papel de construção de um processo de aprendizado crítico com base no respeito à diversidade humana.

Há também um problema sério no que diz respeito a educação superior no DF, pois há somente uma universidade pública, a UnB, mantida pelo governo federal e o IFB (que também oferece cursos de graduação e pós-graduação). O GDF possui apenas a FEPECS que oferece apenas 2 cursos de graduação. Todos os anos cerca de 70 mil estudantes saem do ensino médio, mas são oferecidas um pouco mais de 8 mil vagas no ensino superior público. Essa política tem beneficiado as faculdades particulares que oferecem mais de 80% das vagas no ensino superior no DF.

PDE: um plano insuficiente, com um modelo privatista e que não respeita a diversidade de gênero e a luta contra as opressões.

O processo de construção do Plano Distrital de Educação seguiu os parâmetros estabelecidos pelo PNE. Depois de debates nas escolas e plenárias nas cidades de todo o DF, a Conferência Distrital de Educação aconteceu em maio de 2014. Lá, cerca de 400 delegados e delegadas, representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, aprovaram o texto final do Plano.

Cumprido esse procedimento, o PDE seguiu para a Câmara Legislativa do DF, onde foi aprovado em junho de 2015 – com prejuízo dos recortes de gênero e diversidade que o PDE antes contemplava. O Governador Rodrigo Rollemberg, entretanto, sancionou o Plano vetando 42 estratégias. Além do mais, o PDE mantém uma lógica privatista ao incluir em suas metas uma política de destinação de verbas públicas para o setor privado, principalmente na educação básica.

O PDE é composto de 21 metas a serem alcançadas em 10 anos. O caráter dessas metas abrange uma quantidade variada de temas, desde o financiamento para a educação, acesso as diversas modalidades e etapas de ensino, valorização dos profissionais de educação até qualidade do ensino.

Após 3 anos em vigor, a maior parte das metas não foi alcançada e não tiveram evolução significativa. Há casos gritantes inclusive, como por exemplo a meta para a integração do EJA com o ensino profissionalizante, que alcançou apenas 0,3%, quando deveria já estar com pelo menos 75% da meta alcançada em 2019. Ou da educação em tempo integral que abarca somente 6,6% dos estudantes de escola pública. Sem contar as metas de financiamento para educação que não teve qualquer evolução nesse período, nesse sentido o DF segue investindo somente 2,1% do PIB na educação.

As perspectivas de mudança no currículo escolar no DF

Desde a aprovação da nova BNCC que reduziu sobremaneira a visão sobre a integração e amplitude do currículo escolar, um enorme ataque a educação pública principalmente, houve algumas iniciativas no DF na época do governo Rollemberg para tentar mudar o currículo escolar da educação pública, mas felizmente nada ainda foi implementado. O modelo proposto por Rollemberg visava a criação de dois caminhos curriculares, um voltado para “olimpíadas do conhecimento” e outro caminho curricular voltado para a integração no mercado de trabalho. Ambos os caminhos representavam diminuição das matérias ofertadas pela escola e complementação do currículo escolar em cursos e oficinas, que poderiam ser oferecidos pela própria secretaria de educação ou pelo setor privado fora da escola de origem do estudante.

Com a mudança de governo e chegada de Ibaneis ao GDF, esse projeto está na geladeira. A principal política de Ibaneis nesse momento, para levar adiante um projeto de mudança curricular é mudar o Projeto Político-Pedagógico das escolas, transformando apenas em projeto pedagógico. Essa iniciativa, além de ser parte de uma política para mudar o processo de gestão democrática das escolas é também parte da preparação necessária para levar adiante a política curricular-pedagógica estabelecida pela nova BNCC e pela reforma do ensino médio. O objetivo é tirar do projeto escolar qualquer tipo de itinerário político-pedagógico que dificulte ao governo levar a cabo o processo de redução das disciplinas escolares.

O projeto curricular em vigor na secretaria de educação, “currículo em movimento”, é bastante limitado e não consegue garantir com efetividade a participação da comunidade escolar no processo de construção dos itinerários curriculares. Mas, diante dos projetos em curso do governo Federal e do GDF, se impõe na ordem do dia a luta pela contra a aplicação da BNCC e da mudança dos projetos políticos pedagógicos das unidades de ensino.

RELATÓRIO DO III ENE – AMAZONAS

Período: dias 22 e 23 de março

Local: Instituto de Educação do Amazonas

Entidades Organizadoras: REGIONAL NORTE 1 DO ANDES-SN, ADUA-S.SIND, SINTESAM, SINASEFE-AM, SARES, MOVIMENTO PUXIRUM, ANEL,CSP-CONLUTAS-AM, LUTA EDUCADOR

Número de inscritos: 51 inscritos no Eixo Gênero, Sexualidade/Orientação Sexual e Questões Etnico-Raciais; 10 inscritos no Eixo Organização da Classe Trabalhadora; 89 inscritos no Eixo Trabalho na educação, Condições de Estudo e Universalização da educação, acesso e permanência; 46 inscritos no Eixo Financiamento. Docentes: 41 Estudantes:160 Técnico-administrativos: 08 Outros: 43

Número total de participantes: no dia 22- 75 pessoas ; no dia 23- 50 pessoas no turno matutino e 48 pessoas no turno vespertino.

No dia 22 de março aconteceu a abertura com as conferências “Conjuntura Nacional e os Ataques a Educação Pública”, com exposição da Secretaria Geral do ANDES-SN, prof. Dra. Eblin Farage e “A Situação da Educação no Amazonas”, com exposição da profa. Dra. Silvia Conde, Diretora da Faculdade de Educação da UFAM. Em seguida, aconteceu um debate entre os presentes.

No dia 23 de março seriam debatidos os quatro eixos escolhidos, porém, devido ao número de participantes, foi deliberado pelo debate dos eixos Gênero, Sexualidade/Orientação Sexual e Questões Etnico-Raciais e Condições de Estudo e Universalização da Educação, Acesso e Permanência, em forma de plenária geral, e não mais em grupos de trabalhos separados.

SOBRE O EIXO: GÊNERO, SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E QUESTÕES ÉTINO-RACIAIS.

Realidade Local

Cresce o pensamento conservador e os ataques aos trabalhadores em educação.

Cresce o número de escolas públicas com gestão militar no Estado, com discurso de que nelas existe uma educação de qualidade.

Crescem os ataques as políticas educacionais que enfatizam a participação dos sujeitos na definição de seus caminhos (indígenas, do campo e das comunidades tradicionais)

Existe um PL da Escola Sem Partido – Estado – deputado Platiny – não reeleito. Em Manaus, o vereador Marcel (PHS) apresentou o projeto sobre “ideologia” de gênero, que foi aprovado na casa. O grupo de pesquisa Ediversa entrou com uma representação contra o projeto (uma ação direta de inconstitucionalidade) que foi aprovada pelo TJAM.

Existem cursos de formação de professores indígenas e do campo (licenciaturas interculturais, especialização em educação escolar indígena, educação do campo e cursos de magistério indígena) – UFAM, UEA, IFAM, SEDUC/CETAM, SEMED/Manaus.

- Os cursos de licenciatura intercultural da UFAM funcionam por meio de recursos oriundos do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND, política que está ameaçada por meio do desmonte da SECADI e de outras políticas que atendiam a diversidade. Na UFAM, até o mês de março de 2019, não há recursos assegurados para a continuidade das atividades dos cursos e de outras políticas afirmativas que atendem a diversidade.

- Sobre escolas indígenas, os números são: 1.067 escolas indígenas; 65.767 estudantes indígenas; 4.571 professores/professoras Indígenas (CENSO, 2015). A maioria dos/das docentes indígenas é contratada de forma precária, a cada ano letivo, o que configura a precarização do trabalho docente nas escolas indígenas, visto que chegam a perceber cerca de 7 a 8 meses de salário a cada ano letivo. Há que se destacar que o Amazonas tem uma realidade específica e diversa de outros estados da região norte, dada a sua extensão territorial, a pluralidade de povos, culturas e línguas indígenas. Dentre os desafios dos cursos de magistério indígena, licenciaturas interculturais e outros cursos específicos existe dificuldade em relação ao ensino e aprendizagem das línguas indígenas, bem como na inclusão dos saberes e epistemologias indígenas nos currículos dos cursos, numa perspectiva intercultural crítica.

- Outras iniciativas em relação a inclusão das questões da diversidade na educação.

- Curso de especialização em História, Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo;

- Cota em cursos regulares de graduação e pós-graduação – UEA, UFAM, IFAM;

- Políticas afirmativas para indígenas e quilombolas – Programa de Bolsa Permanência – PBP – UFAM.

- Inexistência de políticas efetivas e contínuas de formação de formadores que atuam junto à diversidade.

Enfrentamentos realizados

- Atuação do Movimento Indígena organizado por meio do Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena - FOREEIA;

- Ações do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – CEEI/AM;

- Existe a Frente da Escola Sem Mordada, mas não tem reunido por que o projeto de Lei está parado, tendo em vista que o deputado que propôs não se reelegeu e o relator disputou o governo e perdeu.

- Houve uma ação jurídica do grupo de pesquisa Ediversa (??) que gerou a Posição do TJ do Estado do Amazonas – em fevereiro de 2019- considerando inconstitucional o PL que proíbe a discussão de gênero nas escolas

Proposta para projeto classista e democrático de educação

O financiamento diferenciado e específico para a realidade amazônica, em razão das especificidades (distâncias, custo do transporte, dispersão da população indígena, ribeirinha, dificuldades de acesso aos materiais didáticos específico, cursos de formação inicial e

continuada, rede de internet, alimentação escolar regionalizada, concursos públicos específicos, etc).

Garantia de políticas de formação docente para a diversidade, sendo que as propostas de educação escolar indígena e de educação do campo precisam ser discutidas com os sujeitos desses processos educacionais.

Os sindicatos precisam ser ouvidos nas discussões desses projetos educacionais.

A criação de cursos diurnos de EJA que atenda populações diversas, como travestis, e outras pessoas que trabalham a noite.

O Estado deve oferecer um conjunto de políticas sociais que favoreçam o acesso, a permanência e conclusão exitosa nos diferentes níveis e modalidades de ensino das pessoas mais afetadas/estigmatizadas pela exploração e pelas diversas opressões. Como, por exemplo, a existência de creches próximas às escolas onde estudam essas pessoas.

Construir grupos de estudos para defender nossas pautas, como forma de fazer o enfrentamento aos ataques. Exemplo: Gênero; Educação do campo; educação escolar indígena; Paulo Freire e Marxismo.

Elaborar um projeto de educação que considere as necessidades dos povos migrantes em seus diversos aspectos. Temos uma presença marcante no Amazonas de haitianos e venezuelanos no ensino local;

Incluir o combate aos preconceitos na formação de docentes para atuar junto à diversidade sexual, étnico-racial;

Ampliar os recursos para os programas voltados aos setores mais oprimidos, com garantia de deslocamentos, permanência, moradia para estudantes no ensino superior;

Realização de cursos nas aldeias/comunidades indígenas e do campo;

Garantia em lei nacional do reconhecimento do nome social pelas escolas;

Incluir a questão da diversidade religiosa nos programas curriculares e nos programas de combate aos preconceitos

Necessidade das IES criarem políticas públicas e garantir recursos específicos para a diversidade (indígenas, do campo, quilombolas, comunidades tradicionais, mulheres...).

Outras informações relevantes

Importância da questão das cotas para gêneros, tanto para mulheres trans quanto mulheres cis, mulheres indígenas e quilombolas;

Há relatos de que quando o professor passa a respeitar o nome social dos estudantes a evasão tende a diminuir;

Considerar o papel das igrejas e da imprensa na propagação dos preconceitos e no e também no seu enfrentamento;

Trabalhar na elaboração de material didático que possa combater o discurso de ódio e todas as formas de opressões.

SOBRE EIXO: TRABALHO NA EDUCAÇÃO, CONDIÇÕES DE ESTUDO E UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA.

Educação Básica

Matricula total no estado: 1.165,354

Educação Infantil (creche: 30.906 e pré-escolar: 122,245); Ensino Fundamental (Anos Iniciais: 405.108 e Anos Finais: 299.899); EJA (Ensino Fundamental: 57.914 e Ensino Médio: 20.975); Ensino Médio (Propedêutico: 200.325, Técnico-Integrado: 5.340 e Magistério: 33); Educação Especial (Classes Comuns: 14.644 e Classes Exclusivas: 3.006) (INEP, 2018)

Creche – quantidade de crianças atendidas, vagas na rede pública (federal, estadual, municipal) e privada.

Total de vagas no estado: 30.906 – urbano (25.708 – 22 estaduais, 19.597 municipais e 6.089 rede privada) e rural (5.198 – todas municipais). (INEP- 2018)

Manaus- 9.830 vagas: 3.195 em tempo integral (1.870 na rede municipal e 1.325 na rede privada); com 6.635 em tempo parcial (22 estadual, 2.719 municipal e 3.894 na rede privada); Urbano (22 estadual, 4.519 municipal e 5.219 privada) e Rural (70 municipal). (INEP/2018)

Crianças de 0 a 3 anos na escola (2016): 12,8% / fora da escola: 252.637; crianças de 4-5 anos na escola (2016): 83%/ fora da escola: 23.558 (REL.PNE-2018).

Considerando dados do censo de 2010 do IBG/- em Manaus havia uma população de 129.820 pessoas na faixa etária de 0 – 3 anos. Nota-se que o número de vagas oferecidas em creches no município de Manaus não corresponde a 10% da demanda de 2010.

Ensino fundamental - quantidade de crianças atendidas, vagas na rede pública (federal, estadual, municipal) e privada

Crianças de 6-14 anos na escola (2017): 96,7%/ fora da escola: 22.235 (REL. PNE 2018);

Adolescentes com 16 anos com EF concluído (2017): 77,4%; de 15-17 anos que concluíram a educação básica: 91,9%; de 15-17 anos que frequenta o ensino médio: 67%; De 15-17 anos fora da escola: 20.060; de 15-17 anos fora do ensino médio/não concluíram a educ.

básica: 82.111 (REL.PNE,2018)

De acordo com os dados do censo de 2010 do IBGE, no Amazonas, havia uma população de 706.760 pessoas na faixa etária de 6– 14 anos, destes, 393.063 estavam na faixa etária de 6-10 anos (anos iniciais) e 313.699 na faixa etária de 11-14 anos (anos finais), lembrando que o número de vagas oferecidas no Estado para esse segmento foi de 405.108 (anos iniciais) e 299.899 (anos finais) em 2018. Considerando o incremento populacional do ano de 2010 para 2018 pode-se afirmar que a universalização não foi alcançada.

No que diz respeito ao ensino médio, a tendência é a mesma. Para uma população de 227.444 entre 15-17 anos (em 2010). Em 2018 o estado ofereceu 205.698 vagas

Jovens de 18-24 anos no Ensino Superior: 498.393 (REL. PNE 2018);

Educação Básica: Abandono – 20.673: 9,31%; Reprovação – 12.2014: 5,50% (SEDUC, 2018);

Na região do Alto Solimões não tem ensino médio privado

Ensino Superior

Maior número de vagas do ensino superior alocadas no ensino privado. Com uma enorme rede do EAD em crescimento, maioria dos cursos voltados para a formação de professores/as.

UFAM – 81 cursos de graduação em Manaus; 6 cursos de graduação em Benjamin Constant; 7 cursos de graduação em Coari, 6 cursos de graduação em Humaitá; 9 cursos de graduação em Itacoatiara; 7 cursos de graduação em Parintins. (5.318 vagas). 24 Programas de pós-graduação. Diversas especializações (Humanas, Exatas e Biológicas). UEA- 25 cursos tecnológicos, 24 licenciaturas e 35 bacharelados: (Presencial, Modular Presencial, Mediado). 8 Mestrados – acadêmicos e profissionais: 2 Doutorado – Medicina Tropical e Direito Ambiental. 3 MBA (Gestão e Tecnologia do Gás Natural, Gestão em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Tecnologia da Informação). 28 especializações (H,E,B)

EAD – públicas- (federal, estadual, municipal) e privada : UFAM- 5 cursos (Adm. Pública, Artes Visuais, Biologia, Ciências Agrárias e Educação Física) e 7 Especializações (Gestão Municipal, Gestão Pública, Gestão em Saúde, Ensino de Filosofia, Mídias na Educação, Ensino da matemática no ensino médio); UEA- 3 Cursos tecnológicos (Gestão Comercial, Gestão Pública, Logística) 4 licenciaturas (Ed. Física, Letra- Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia/Intercultural Indígena) e 4 bacharelados (Ciências Econômicas, Direito, Ed. Física, Saúde Coletiva).

Matrícula total em cursos de graduação (presenciais e EAD)

Rede Pública : 51.592 – federal: 31.651 e Estadual:19.941= 31,1%

Rede Privada: 114.506 = 68,9%

Gasto médio por aluno da UEA 2016: 16.938,09/ano

Sobre os Institutos Federais do estado: Ifam tem 15 unidades no Amazonas, apenas 3 tem alojamento para os estudantes (meninos); O IFAM Manaus- zona leste possui equipe multiprofissional. Foi relatada a diferença que esses profissionais desempenham no ambiente escolar. Este possui alimentação para todos. Nos demais o auxílio-moradia vem diminuindo gradativamente. Instituto federal regrediu através da forma de entrada (não mais por prova, e sim por notas). Os editais de cotas não contemplam a realidade do interior.

Os discentes que vem de outros lugares não podem contar com a casa do estudante e RU o que leva a evasão.

SOBRE OS TRABALHADORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO NO AMAZONAS

Quadro docente

Professores: 24.843 – efetivos (18.064) Temporários (6.779); Pedagogos: 1.050; TAES: 7.242 (efetivos) e 142 (comissionados) (SEDUC-2019).

Rendimento Bruto Médio dos Professores da rede pública: R\$ 2.992,10 / outras profissões: R\$ 4.898,66 (REL. PNE -2018).

Formação de professores da rede pública:

Titulados no Amazonas por 100 mil habitantes: Mestrado 15% e Doutorado 3,27%. Professores do Ensino Superior: Mestrado (71,2%) e Doutorado (28%). Prof. Educação Básica com pós-graduação (24,6%), totalizando 11.136. Percentual de docentes com formação superior adequada a área de atuação no magistério (educação infantil: 54,3%; anos iniciais do EF: 66,4%; anos finais do EF: 35,9%; ensino médio: 66,9%). (REL. PNE-2018 – dados de 2016).

Os professores possuem dificuldade de conseguir afastamento para estudo, apesar do direito estabelecido por lei.

Saúde d@s professores/as – Dados da SEDUC-AM-2018

Abandono de cargo – 414 – 366 capital e 48 no interior; Licença para tratamento – 4.011/capital e 1.658/interior; Afastamento por depressão: 1.644;

Registros de violência nas escolas: Agressões físicas (788); Bullying (902); Gravidez precoce (462); uso de drogas (711); exploração sexual infanto-juvenil (130); tentativa de suicídio (66); suicídios (67); tráfico humano (4); furtos e roubos nas escolas (598);

O acesso e a permanência dos professores da Seduc nas áreas rurais não é regulamentado como regime especial de trabalho (auxílio localidade, periculosidade, insalubridade); Tem havido casos de suicídios de estudantes e professores, inclusive no ensino superior;

As condições de saneamento nas comunidades ribeirinhas são bastante precárias. Na época da cheia a condição de saúde da população piora.

Professores que atuam na formação pelo Parfor recebem o pagamento atrasado e têm arcado com os custos para se deslocar para outra cidade.

A visão empresarial do modelo de avaliação vigente, aos quais os trabalhadores da educação precisam se adequar, distorce o sentido pedagógico e aumenta os casos de assédio moral e de adoecimento mental, uma vez que a satisfação profissional e o senso de eficácia da atuação profissional ficam abalados. Especialmente os professores que não gozam de estabilidade (temporários) sofrem bastante assédio moral.

Gestão escolar

Apenas no Amazonas, Tocantins e Roraima, o cargo de direção da escola é feito por indicação do governo (Rel. PNE)

O atual prefeito de Manaus determinou que o presidente do conselho escolar deve ser o diretor da escola. Tal mudança limita a efetiva democratização da gestão escolar.

Inclusão de pessoas com deficiência

População com deficiência de 4-17 anos que frequenta a escola- 19.450 (75,5%). População com deficiência que não frequenta a escola – 6.304: 24,5%. Amazonas apresenta maior

número de pessoas com deficiência que não frequenta a escola. Das pessoas que frequentam – 82% negra, 70,3% indígena, 85% amarela, 83% branca. (REL. PNE- 2018).

Outras questões relevantes

Programa EducaMais/MEC- repasse de verbas públicas para rede privada da creche ao ensino superior (cursos técnicos, pre-vestibular, preparatórios para concurso, idiomas, cursos profissionalizantes, EJA);

Programa Bolsa Universidade – Prefeitura de Manaus – repasse de verba pública para a rede privada do ensino superior;

As escolas de ensino médio são em número reduzido, no interior. Impera o Ensino médio Tecnológico com monitores de ensino médio ou outra formação;

A rede privada cresceu no interior, usando inclusive prédios de escolas públicas;

Há relatos de merenda escolar não regionalizada e insuficiente, em algumas escolas do interior tem merenda apenas para 10 dias. Quando acaba, as escolas reduzem o horário escolar para que os alunos não percam o dia letivo; Os condutores escolares passam meses sem receber;

As classes multisseriadas ainda existem em algumas escolas do interior, além disso, a carência de profissionais leva muitos professores a trabalharem com várias disciplinas;

O discurso oficial afirma que existe vaga para todos, mas as salas superlotadas dificultam o acesso, permanência e a garantia da educação pública de qualidade;

Formação dos professores a partir do itaú social. A árvore de livros (lima Brothers) – implementação de projetos que colocam o professor como executor de programas que possuem pouca eficácia local;

5 bilhões e 600 milhões – gasto com educação no Amazonas.

Necessidade de implementação de cursos de mestrados e doutorados em várias áreas para qualificação dos trabalhadores em educação do estado- Plano nacional descentralizado, com participação das IES públicas consolidadas.

Enfrentamentos realizados

O sindicato dos trabalhadores da educação básica há mais de duas décadas não tem atuado muito pela categoria. Houve a criação de uma Associação com um grupo de professores de Manaus e existem coletivos políticos de oposição a direção do sindicato. Em relação ao ensino superior existe o SINTESAM que atua na UFAM e UEA - mais focado no segmento dos técnico-administrativos, existem duas seções do ANDES-SN: a ADUA- UFAM e a SIND-UEA-UEA e na EBTT existe o SINASEFE/AM.

Propostas para o projeto classista e democrático de educação

Incluir a sociedade civil organizada, através das associações de moradores, na elaboração e gestão da política educacional

Ampliar o acesso das pessoas das camadas menos favorecidas via edital no interior

Garanti equipes multidisciplinares nas escolas, como pelo menos, assistentes sociais e psicólogos.

Garantir a formação docente inicial por meio de educação presencial e com fundamentos históricos, filosóficos e reflexiva das relações entre indivíduo e sociedade.

Revogação da EC 95

Limitar a quantidade de aluno por sala de aula de acordo com os níveis de ensino

Reafirmar a gestão democrática na escola Revogação da Reforma do Ensino

Médio e da BNCC

Manutenção da Vinculação de, no mínimo, 20% da arrecadação dos municípios para a educação

Articular a política de educação as políticas de moradia, emprego, saúde, cultura, lazer e esporte.

Dinheiro público só para a escola pública

Estreitamento de laços entre universidades e professores da rede pública

Cumprimento da lei do HTP

Aproximação dos terreiros de umbanda, candomblé, igrejas católicas, evangélicas. Fortalecer a Política de concurso para professores. Em muitos municípios não tem concurso, a maioria é processo seletivo, gerando insegurança desse trabalho intermitente (março a dezembro) e tornando os professores alvos fáceis de pretensões eleitoreiras. Quando tem concurso não nomeiam. Tem professor de biologia dando aula na creche. Daqui a 5 anos 50% dos professores vão se aposentar sem garantia de reposição de vaga

SERGIPE
RELATÓRIO DA ETAPA SERGIPANA PREPARATÓRIA
PARA O III ENE

Estado: Sergipe

Local e data:
Auditório da Didática
VII - Universidade
Federal de Sergipe
(São Cristóvão-SE),
 27/03/2019

Número e perfil de participantes:

Cerca de 100 pessoas entre professores, estudantes de graduação e pós-graduação, movimentos sociais e entidades sindicais.

Entidades Participantes:

ADUFS-SS, SINTESE, SINASEFE, MTST, MUP, NEABI/UFS, CONAQ, OAB, DALIGEO, UJC, AFRONTE, SINTUFS; entre outras.

O Pré-ENE Sergipe teve início com o Credenciamento e Acolhimento dos participantes às 8h00 do dia 27 de março de 2019. Em seguida, na Mesa de Abertura, houve a saudação aos participantes pelo professor Saulo Henrique S. Silva (Vice-presidente da ADUFS e membro do GTPE) e na sequência foi realizada a apresentação do evento pela professora Prof^ª. Shiziele Shimada (ADUFS/GTPE), a qual desfez a Mesa de Abertura e convocou a Prof^ª Silvana Bretas para conduzir os trabalhos da Mesa I.

Mesa I: 08h30min às 10h30min

Debate de Conjuntura: Educação, Mundo do Trabalho e Democracia

Prof^ª. Raquel Dias Araújo: (UECE/ANDES)

Prof^ª. Sofia Pádua Manzano (UESB)

Moderação: Prof^ª. Silvana Bretas (ADUFS/GTPE)

Relatoria: Prof. Marcos Pedroso (ADUFS/GTPE)

I) Aspectos Principais do Debate:

Professora Raquel Dias– Discorreu sobre os ataques da direita e da extrema direita ao movimento docente. Demonstrando a gravidade a que estamos submetidos nesta conjuntura. E contra esses ataques é preciso construir a mais ampla unidade para derrotar estas forças que estão atuando no País. É necessário unidade e ação em defesa da educação pública, de qualidade, laica e gratuita.

Ressaltou o Percurso do fechamento político no Brasil atual, destacando que vivemos com a possibilidade de um governo fascista ou fascistizante, onde a democracia corre grande perigo. Coisas que denotam esse fato são as notificações aos movimentos sociais, democracia em perigo, combinando vários modelos, do fascismo ao fechamento do modelo sem rompimentos bruscos. Lucro ideológico como o anticomunismo. Ataque - esquerda e aos movimentos de esquerda, etc. Valoração do projeto escola sem partido. Existência de uma tropa de choque constituída ou milícias como se percebe no caso de Marielle Franco.

Nesse cenário, a professora destacou que é preciso se preocupar com o caminho que está se apresentando e as medias que estão sendo tomadas como a reforma da previdência, a mais agressiva de todas, o congelamento dos gastos primários por vinte anos e a desvinculação dos orçamentos da União. Entre outros elementos que sofrerão retrocesso nos direitos conquistados até aqui.

Professora Sofia Manzano– A partir da análise da conjuntura atual, a professora afirmou, é possível desnudar muitos elementos que envolvem diretamente os rumos da educação brasileira. Sobretudo, o tripé que relaciona: educação, mundo do trabalho e democracia.

O que fazer? As estruturas produtivas vão permitir que o ataque à educação ocorra? Sofia afirma que sim, haja vista que o mercado deve servir ao capital, por que a relação entre mercado de trabalho e educação? A educação é uma forma dos seres humano se apropriarem do conhecimento produzido pela humanidade, mas deve servir à humanidade, aos trabalhadores. Porém, a educação no neoliberalismo é posta como treinamento a serviço do capital. A educação torna-se uma mercadoria.

Essa constatação conduz à insolúvel relação entre educação e democracia. Isto porque a educação não é a solução para tudo, mas ajuda nas escolhas, é formação para a vida democrática.

Então, o que fazer? Resistir, para não ser esmagado! Para isso, precisamos avançar em proposta para poder alicerçar a resistência na multidão. Portanto, é preciso se organizar, sentar com as pessoas, explicar porque elas têm que ir às ruas. É preciso promover

formas alternativas de avançar na luta. Como ocupar a fábrica, e tomar a administração da produção. Pensar formas de resistência e de avançar em propostas revolucionárias.

II) Propostas surgidas com o Debate da Mesa I:

- É preciso proteger e cuidar do professor;
- Formar uma frente de técnicos, professores e alunos em defesa da Universidade Pública;
- O eixo mobilizador seria a Contrarreforma da previdência e a destruição que a mesma ocasionaria para a educação.

Ao final da Mesa I, a Prof^a. Silva Bretas encerrou os trabalhos e convidou o Prof. Romero Venâncio para iniciar a Mesa II.

Mesa II: 10h30min às 12h30min

Painel: Experiências de Educação Popular e de Gênero em Sergipe:

Elis Regina dos Santos (MTST)

Fillipe Matheus Elizeu Marques (MUP)

Edinéia Tavares Lopes (NEABI/UFS)

Wellington Movimento Quilombola (CONAQ)

Silvania Correria de Moura (Quilombo Lagoa de Campinhos)

Mônica Porto (OAB-Comissão dos Direitos LGBTQI+)

Moderação: Prof. Romero Junior Venâncio Silva (ADUFS/GTPE)

Relatoria: Prof^a. Rosana de Oliveira Santos Batista (ADUFS/GTPE)

I) Aspectos Principais do Debate

Elis (MTST)-Narrou a experiência de educação popular desenvolvida pelo MTST no Bairro Japãozinho, zona norte de Aracaju, com a ocupação Beatriz Nascimento.

Fillipe Eliseu (MUP)– Pontuou o projeto de educação popular em busca da autonomia e organização da classe trabalhadora, na especificidade do movimento estudantil. A promoção de eventos como o Pré-ENE é importante porque permite pautar temas e promover discussões com os movimentos educacionais e os modelos de resistências nessa sociedade democrática em crise.

São citados modelos de projetos de educação popular com pescadores e pescadoras na Escola das Águas, Cursos do MTST, Programa de educação Ambiental com Comunidades Costeiras em defesa dos territórios de vida dos povos das águas. Finaliza a fala alertando para as disputas da UNE nas Universidades pela Direita, sobretudo, com o MBL. Por isso, é preciso refletir sobre a possibilidade da direita estar à frente de movimentos estudantis na atual conjuntura.

Wellington (Quilombola/SE DE Porto D'Areia em Estância/SE)- Trouxe a reflexão sobre a relação entre a educação Popular e a Formal, pautando o princípio do reconhecimento na formação social. Discorreu sobre a proposta de Educação Escolar Quilombola junto ao Núcleo da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe para atender 51 comunidades quilombolas e outras em processo de reconhecimento. Assim, as escolas quilombolas devem existir junto ao cadastro do MEC. Relatou ainda sobre a estrutura das escolas quilombolas que atuam com precariedade.

Wellington defende a necessidade de levar para as comunidades as parteiras para um diálogo na escola para que os alunos conheçam seus modos de vida. Informa que em Sergipe o Ministério Público Federal vem atuando no âmbito escolar para pensar, pelos direitos constitucionais, a educação escolar quilombola observando que os próprios quilombolas, ao estudarem em ensino superior formal, não possuem em seus currículos educação quilombola. O grande desafio é a falta do auto-reconhecimento, de ter a posse territorial e, somente depois, tomar consciência dos problemas sociais.

Silvania (Quilombo Lagoa de Campinhos)- A fala da professora Silvania remanescente quilombola da cidade de Canhoba-SE nos trouxe a narrativa sobre a educação quilombola da qual faz parte. A luta dos quilombolas pelas condições de acesso e permanência nos espaços de formação. Pensar em educação quilombola é entender a relação homem-natureza-educação, seus dilemas e desafios na perda de referência de luta da comunidade; por isso, os Movimentos Sociais devem se organizar para compreender o movimento diverso dos territórios quilombolas.

A terra adquirida não é valorizada pelos filhos e filhas dos quilombolas, que acabam tendo seus filhos migrando para a capital e buscando outras formas de vida. Assim, as diretrizes curriculares elencam a necessidade de um currículo próprio, mediante cada comunidade.

Os quilombolas precisam de unidade para articular e resistir às investidas de um governo que vem promovendo o desmonte dos avanços de políticas desde 2012. Assim, a Comunidade de Campinhos possui fardamento diferenciado demonstrando sua cultura. Os professores e o diretor devem ser quilombolas que atuam com projetos na Secretaria de Educação para possibilitar debater com os alunos temas de identidades culturais. A jornada pedagógica da rede municipal de ensino discutiu a lei 10 639, enfatizou a luta e as denúncias feitas no MPF para fazer valer os direitos quilombolas, como à formação continuada, professores de capoeira, financiamento para atuar na terra e, principalmente, o combate ao racismo.

Mônica Porto (OAB-Comissão LGBTQI+)- Refletiu Sobre os marcos legais da educação com a comunidade LGBTQI+. A fala inicia pela disposição do uso de fardas. Numa sociedade patriarcal apenas são condicionados dois gêneros, o feminino e o masculino. Mônica nos trouxe relato de escola Situada no município de Barra dos Coqueiros-SE onde estudantes *transgênero* não podem usar maquiagem e/ou usar banheiros adequado à sua realidade de gênero, o mesmo tendo que se adequar à farda pelo sexo e não pelo gênero. Mônica defendeu a necessidade de se trabalhar o ser humano em sua integralidade.

Edinéia Tavares (NEABI/UFS)- Discorreu sobre as ações do NEABI/UFS que buscam discutir as políticas antirracistas na conjuntura do governo atual. O movimento negro tem percebido a necessidade de tornar público as dificuldades para enfocar o compromisso da temática da inclusão étnico-racial, relacionando a escola e a universidade. Na formação inicial, os alunos saem do nível superior sem conhecer as especificidades da educação escolar indígena e quilombola. Como problematizar esses tipos de educação com direitos e questões específicas? Poder-se-ia iniciar pelo fato da Universidade Federal de Sergipe até hoje não ofertar a licenciatura intercultural sobre as políticas afirmativas o PAFs/UFS. Existe uma dificuldade de reflexão sobre as cotas nas pós-graduações, que é uma demanda do NEABI; como pensar as entradas na Universidade?

Nos últimos dois anos o NEABI tem se fortalecido junto aos movimentos e à sociedade em geral. Em setembro de 2017 várias entidades de negros e indígenas tiveram presentes numa audiência com a reitoria da Universidade Federal de Sergipe em busca desse fortalecimento.

As ações do NEABI têm produzido trabalhos com Roberto Lacerda/Campus Lagarto, Professora Alexandra/ São Cristóvão, Maria Batista/São Cristóvão, Romero Venâncio/São Cristóvão, Teresa/ São Cristóvão com a preocupação de reconstrução de ações para dar conta de questões sociais.

II) Propostas surgidas com o Debate da Mesa II:

- a) O ENE deve brigar para que as escolas quilombolas estejam dentro do cadastro do MEC;
- b) A proposta para entender quais são os alunos quilombolas que estão no ensino superior na Universidade Federal de Sergipe e em outras universidades brasileiras para discutir os desafios de ser quilombola e pensar a Educação como política pública e libertação para Educação Popular e/ou formal;
- c) Aprofundar a discussão para a criação de disciplinas e licenciaturas que tratem da educação intercultural;
- d) O ENE deve defender a garantia dos recursos para as Escolas Famílias Agrícolas do Brasil.

Ao final da Mesa II, o Prof. Romero Venâncio encerrou os trabalhos da manhã e convidou os participantes para a primeira Mesa (III) da tarde, conduzida pelo Prof. Saulo Silva.

Mesa III: 13h30min às 15h30min

Debate: Os Ataques à Educação Pública e a Reafirmação do Projeto Classista:

BNCC e o Ensino Profissionalizante: os rumos dos cursos integrados com a reforma educacional

Prof^a. Tânia Regina Barbosa de Sousa (SINASEFE)

Financiamento da Educação

Prof. Joel Almeida (SINTESE)

Trabalho na Educação, Condições de Trabalho e Organização da

Classe Prof^a. Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (ANDES)

Moderação: Prof. Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS/GTPE)

Relatoria: Prof^a. Silvana Bretas (ADUFS/GTPE)

I) Aspectos Principais do Debate

Professor Joel (SINTESE)- Discorreu sobre o Financiamento da Educação Básica no contexto de aprofundamento do golpe de 2016 até hoje. Assim, o PNE – meta 20 – trata do Financiamento da educação e prediz a ampliação do investimento público em 10% do PIB. O maior investimento foi em 2013 quando chegou em 13%, depois houve um crescente rebaixamento.

Estratégia – PNE: garantir fontes de investimento permanentes. Os estados e municípios devem fazer esforços para garantir e aumentar os percentuais da educação. A Exploração de petróleo e gás natural possibilitaria esse investimento, garantido chegar aos 10% do PIB. Porém, o que houve foi a venda das reservas e a ausência de investimento para exploração do Pré-sal.

Em Sergipe, as grandes reservas dariam recursos suficientes para resolver o problema da previdência. Porém, o Governo Federal trabalha com a ideia da privatização.

Vigência de 2014 a 2024 – Custo Aluno Qualidade – CAQi – para cada aluno matriculado, os estados e municípios recebem um valor por ano conforme o nível de ensino. Levam-se em conta diversos fatores para se estabelecer o CAQi.

O CAQ seria uma evolução para que o Brasil chegasse aos patamares de países desenvolvidos. Partia do princípio que haveria recursos suficientes do Pré-sal para chegar a esse nível de qualidade.

A União definiria o valor do custo aluno segundo uma qualidade básica. Do PNE-2014, A Previsão de responsabilidade educacional para garantir a qualidade em 2014 até agora não foi criada.

Após o golpe, nada avançou, ao contrário. Veio a EC nº95/2016 do teto com os gastos sociais. O Governo Temer começa a privatizar o Pré-sal, inclusive no Estado de Sergipe. O Governo Bolsonaro radicaliza a privatização geral e irrestrita. Agenda de ataques às organizações sindicais como ocorre com o decreto proibindo o desconto consignado em folha de pagamento. Dá dinheiro aos bancos, dificuldades de recebimento, endividamento dos sujeitos sindicalizados, a ideia é sucumbir os sindicatos.

Revogação do Parecer 08/2010/CNE – para estabelecer os padrões mínimo de qualidade de educação e que fornece elementos para desenvolver o CAQi e o CAQ. Temer revogou a portaria de Dilma. Bozo quer revogar o Parecer 08/2010/CNE o qual em 26 de março de 2019 foi revogado por unanimidade no Conselho Nacional de Educação para impedir qualquer debate de melhoria da educação.

Além disso, o Ministro da Economia pretende colocar em prática a desvinculação da receita da educação. Paulo Guedes começou a conversa com os governadores para acabar com a vinculação.

Nesse cenário, temos constatado um declínio dos recursos para a educação. Quase todos os governadores querem isso. Esperam que a União mantenha seu recurso de 18%, com a prerrogativa de gastar menos com a educação.

Outro tema abordado por Joel Almeida foi o Fundeb, criado para vigorar até 31 de dezembro de 2020, 20% dos recursos que os estados arrecadam tem como destino o Fundeb. Se aprovar a desvinculação será o fim do Fundeb. Corre-se o risco de 80% das redes municipais acabarem. O Fundef e Fundeb chegaram a um patamar de importante investimento em educação. A grande maioria dos municípios não tem arrecadação suficiente para manter as suas escolas. Podemos dizer que a educação pública poderá acabar.

Ao final, Joel enfatizou que o que está posto pelo projeto de privatização de Bolsonaro é a miséria! Esse governo, sabe o que quer, sabe o que faz e não se importa com as consequências. É momento de profunda reflexão e de ação organizada. Sobretudo, no governo de Bolsonaro a mulher é o alvo. A previdência ataca as mulheres, a posse de arma é para matar as mulheres e os filhos! Acabar com a educação, mercado de trabalho da área social, onde milhares de mulheres estão presentes.

Profª. Tânia Regina Barbosa de Santos (SINASEFE)- Tânia fez fala sobre a nova BNCC e o Ensino Profissionalizante, enfatizando a realidade dos Institutos Federais e discutindo sobre essa modalidade de educação para os filhos da classe trabalhadora. Sendo um modelo de ensino integrado e envolvido com ensino e experiências profissionais, eis as questões, como formar um sujeito em sua humanidade? Essa era a preocupação?

A BNCC permitirá, com a própria EAD, a disparidade entre escolas públicas e a rede privada. Por isso, o Ensino Integrado, o mais procurado pelos estudantes, maior média do SISU deve ser expulso dos IFES, será então atacado por permitir o acesso da classe trabalhadora ao ensino de qualidade!

A não retirada do Ensino Integrado dos IFES é uma luta do sindicato, SINASEFE, porque sabemos dos riscos eminentes de fechamento dos institutos no interior. A BNCC é um golpe porque quem não tiver condições de pagar o ensino privado, será o ensino a distância a única possibilidade. Termina aqui a linha para quem quer estudar, mas não tem recursos próprios.

BNCC traz os moldes da educação da década de 40! Nossa luta dentro do IFS (Instituto Federal de Sergipe) está em manter as atuais condições realizadas de educação. Desconstrução do projeto pedagógico de decadência do ensino integrado, estudantes formados especificamente para o mercado. Sergipe tem 10 *campi*, com a BNCC e o reordenamento do financiamento da educação implica fechar boa parte dos *campi* de Sergipe. Hoje o aluno pode fazer o EM, EP, Graduação e até o mestrado. A tentativa está na volta do modelo de escola de aprendizes de artífice! Em pleno século XXI, fadado para o atraso!

Outra consequência será a exclusão das Ciências Humanas do processo de formação dos jovens! É preciso, portanto, chamar para o debate e ganhar a defesa dos IFES!

Profª. Sonia Meire (ANDES)- Propôs discutir 3 temas, a saber, trabalho, educação e condições de trabalho na educação e organização da classe. Para Sônia, nossas condições de trabalho na educação indicam a volta à situação de que os prefeitos e os governadores paguem o que eles quiserem para os professores.

A situação é de fechamento de escolas, privatização do ensino com o apoio do judiciário. Conseguimos a universalização dos anos iniciais da EF e não os anos finais. O Pacto nacional com a Constituição Federal de 1988 constituiu direitos, ainda que formais, que estão sendo rompidos agora. Tais medidas constituem completo ataque à democracia e à vida.

Nossa democracia é frágil porque chegou pelas mãos da burguesia. E agora temos um governo de ultra-direita, proto-facista, que atenta contra as liberdades democráticas e visa estabelecer uma justiça seletiva. Por isso, O MEC é pautado por 3 seguimentos: militares, olavistas e evangélicos. O pacto foi rompido para atender outro pacto: aquele do capital internacional.

Em Aracaju, já temos fechamento de escolas e apenas 4 creches abriram vagas. A desvinculação orçamentária e o fim da previdência será o fim dos municípios. Haverá processo de desinvestimentos, como em Sergipe que a Fafen está fechada!

Mas a nossa classe não está derrotada! Temos condição de agir e derrotar este projeto que está posto. Lembrem-se do movimento Ele, não!?! Este ano, no 8 de março, tivemos atos representativos em todas as capitais nacionais contra a privatização da previdência, o feminicídio, contra a posse de arma! A Classe trabalhadora precisa, porém, se organizar em vista da grande unidade porque as nossas vidas estão em risco, e gravidade sem precedência!

É preciso ir às ruas, conversar com a população, conversar inclusive com as pessoas que votaram no atual presidente, usando uma só linguagem. É preciso também aprofundar

as estratégias nos sindicatos para fazer as cobranças, fazer o dever de casa, conversar com os aposentados. A reorganização da classe é fundamental! Vai precisar dos movimentos sociais, partidos, sindicatos, reunir toda a população.

Finalizando, para este semestre, não vamos revogar e combater todas as medidas só na institucionalidade. Temos que ir para as ruas! Levar a multidão para as ruas. Trabalhar em todos os locais, bairros, associações para construir a greve geral! A luta não prescinde de ninguém! Temos que ter gente porque o governo paga para nos dizer que existe um rombo na previdência! Usar as redes sociais, todos aqui precisam ser multiplicadores da mobilização porque um governo fascista só se instala se tiver escola e mídia que façam lavagem cerebral na população. E a escola é o único aparelho social que está na periferia. O ENE se insere nesse espaço de encontro com diferentes pessoas, diferentes espaços para fortalecer a luta!

II) Propostas surgidas com o Debate da Mesa III

a) Trabalhar em todos os locais, bairros, associações para construir a Greve Geral.

Ao final da Mesa III, o Prof. Saulo encerrou as atividades e abriu a Plenária Final.

Plenária Final: 16h00

Moderação: Prof. Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS/GTPE)

Relatoria: Prof^a. Shiziele Shimada (ADUFS/GTPE)

O Prof. Saulo iniciou a Plenária Final agradecendo a participação das entidades, discorreu sobre a organização do ENE nacional e convidou as organizações presentes para participar do Encontro Nacional de Educação em Brasília. Em seguida, tivemos a fala das entidades abaixo:

- a) Antônio representando o MTST indicou o interesse de enviar Elis Regina, porém o MTST não possui condições financeiras para tanto.
- b) Fillipe do MUP afirmou o interesse da organização em estar presente, e ficou de trazer mais informações após reunião da organização que ele representava.

- c) Ednalva do SINTESE tem interesse de participar e discutirá o tema internamente com a diretoria do SINTESE.
- d) Representante do SINTUFS também afirmou que a diretoria avaliaria as condições pelas quais se farão presentes no III ENE.
- e) Daniel, representado o coletivo Afronte, também afirmou o interesse em participar.
- f) Sérgio, professor da rede estadual presente no evento, solicitou uma vaga para o MPA e uma para o MST, pois seria importante a participação desses movimentos devido a educação da alternância.
- g) Rannier do DALIGEO, Diretor Acadêmico Livre de Geografia da UFS, pediu também a participação no evento com uma vaga, caso haja ônibus.

Às 17 horas os trabalhos foram devidamente encerrados e foi oferecido aos participantes um café da tarde para a confraternização de todos.

Relatores:

Prof. Marcos Pedroso (ADUFS/GTPE)

Prof^a. Rosana de Oliveira Santos Batista (ADUFS/GTPE)

Prof^a. Silvana Bretas (ADUFS/GTPE)

Prof^a. Shiziele Shimada (ADUFS/GTPE)

Consolidação do Relatório:

Prof. Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS/GTPE)